

Relatório de Gestão - 2004

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Pedro Luis do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria Executiva

Coordenação de Planejamento e Supervisão

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria Executiva - DE

Relatório de Gestão – 2004

Rio de Janeiro
Setembro de 2005

Relatório de Gestão – 2004

Diretoria Executiva

Apresenta e analisa os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e as práticas ocorridas no exercício de 2004.

Coordenação

Gylcilene Ribeiro Storino

Gerente do Projeto

Fábio Thomaz Barbosa

Equipe Técnica

Ana Maria Martins Neves
Maria do Socorro Alves Nunes
Márcio Bonel Marchione
Sandra Rosa Pereira

Colaboradores

Antonio Ferreira Antunes
Antonio Fernando de Andrade Alves
Elizabeth de Carvalho Faria
Fernando Soledade da Cunha
Frederico Vieira Hull
Geisa Maria Tavares da Silva
Júlio César Dutra de Oliveira
Maria Vilma Salles Garcia
Marise Maria Ferreira
Nelson Baptista Moreira
Rose Mary Rodrigues
Sandra Cavalcanti de Barros
Taurino de Vasconcelos Millen
Valmir Ferreira da Silva Junior

Apresentação

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE vem, através desta publicação, prestar informações acerca da sua Gestão Organizacional no exercício de 2004.

Considerando que o Relatório de Gestão é um instrumento de fundamental importância para o acompanhamento do desempenho de uma instituição, o IBGE iniciou em 2003 a sua reestruturação, com base no modelo de excelência em gestão pública, preconizado pelo Programa de Qualidade do Serviço Público – PQSP, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, e cuja finalidade é levar as organizações públicas brasileiras a padrões elevados de desempenho. Dessa forma, a Instituição, além de atender, gradativamente, aos padrões estabelecidos pelo PQSP, busca cumprir as recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU.

As informações necessárias à elaboração do presente documento foram obtidas por meio de um levantamento feito junto às diversas áreas do IBGE, específicas e singulares, no primeiro trimestre de 2005, como também através de outras fontes de informação.

Cabe ressaltar que os responsáveis pelas gerências de planejamento setoriais têm sido incansáveis colaboradores na consecução desse trabalho, imprimindo um esforço contínuo e consciente na busca da Qualidade.

O documento está estruturado em dois capítulos: Perfil da Organização; e Práticas de Gestão. O primeiro contém dados sobre a Instituição – sua institucionalidade, estrutura e dinâmica organizacional; o segundo, descreve os instrumentos e ferramentas organizacionais e a forma como são utilizados, apresentando as realizações no exercício de 2004.

Por fim, cabe lembrar que as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e do Tribunal de Contas da União (TCU) vêm ao encontro de nossas necessidades de aprimorar um instrumento que permita, com mais clareza e concisão, tornar conhecidos os procedimentos administrativos e as atividades desenvolvidas no IBGE, e que de nosso esforço conjunto pode resultar não só o atendimento correto às demandas do Governo Federal, e da sociedade, mas, sobretudo, à consolidação de uma rotina útil e adequada de monitoramento de nosso trabalho.

Eduardo Pereira Nunes
Presidente

Sumário

Introdução	06
Perfil da Organização	07
1.1 Institucionalidade	07
1.1.1 Competências Legais e Regimentais	07
1.1.2 Estrutura Organizacional	08
1.1.3 Organograma Institucional	10
1.1.4 Instalações e Localidades	10
1.1.5 Unidades Gestoras Cadastradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)	11
1.2 Vinculação Programática	12
1.2.1 Programas sob a Responsabilidade do IBGE	12
1.2.1.1 Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas	12
1.2.1.2 Programa Recenseamentos Gerais	15
1.2.2 Ações em Programas de Responsabilidade de Outros Órgãos da Administração Pública Federal	16
1.2.2.1 Programa Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária - Ministério da Educação	16
1.2.2.2 Programa Apoio Administrativo - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	17
1.2.2.3 Programa Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	18
1.2.2.4 Programa Operação Especial: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	18
1.2.2.5 Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União Ministério da Previdência e Assistência Social	19
1.3 Processos de Trabalho	19
1.3.1 Processos Finalísticos	19
1.3.2 Processos de Apoio	21
1.4 Público Alvo	23
1.5 Parcerias Institucionais	23
1.6 Quadro de Pessoal	24
Práticas de Gestão	26
2.1 Gestão Estratégica	26
2.1.1 Formulação de Políticas	26
2.1.2 Desdobramento das Estratégias	28
2.1.3 Indicadores ou Parâmetros de Gestão	31
2.2 Gestão da Qualidade	34
2.2.1 Histórico da Qualidade	34
2.2.2 Fundamentos da Qualidade	35
2.3 Gestão da Imagem e do Relacionamento com o Cidadão-Usuário	37
2.4 Gestão da Informação	41
2.4.1 Comunicação Interna	41
2.4.2 Sistemas Gerenciais	42
2.5 Gestão Operacional	45
2.5.1 Descrição dos Resultados Alcançados em 2004	45
2.5.2 Comportamento das Metas Físicas/Financeiras	72
2.5.3 Restrições e Providências	75
2.5.4 Resultados – Séries Históricas	79
2.6 Gestão Orçamentária e Financeira	86
2.6.1 Planejamento Orçamentário	86
2.6.2 Execução Orçamentária e Financeira	87
2.6.3 Transferência de Recursos (convênios e outros meios)	91
2.6.4 Entidades de Previdência Privada Patrocinadas	92
2.6.5 Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos	94

2.7	Gestão de Pessoas	95
2.7.1	Situação do Quadro de Pessoal	95
2.7.2	Gastos com Remuneração	97
2.7.3	Valorização do Servidor	98
2.7.4	Terceirização de Mão-de-Obra	105
2.7.5	Ações Disciplinares	106
2.8	Gestão do Suprimento de Bens e Serviços	107
2.8.1	Estoque e Suprimento	107
2.8.2	Compras e Licitações	108
2.8.3	Expedição de Material	108
2.8.4	Obras e Afins	109
2.8.5	Telefonia	110
2.8.6	Administração de Contratos	111
2.9	Gestão Patrimonial	112
2.9.1	Imóveis	112
2.9.2	Móveis e Equipamentos	113
2.9.3	Veículos	114
2.9.4	Adequação dos Recursos Patrimoniais	115
	Referências Bibliográficas	117
	Anexo	121
	Lista de Endereços	121

Introdução

As organizações governamentais brasileiras, atentas às novas perspectivas de gestão das políticas públicas respaldadas nas expectativas do cliente-cidadão, vêm buscando, nas iniciativas de adequação, em nível macro às tendências mundiais de universalização da informação e de diminuição de distâncias entre cidadãos, governos e informações. Internamente, buscam a adequação de suas estruturas e a orientação de seus servidores, de forma a oferecer mais e melhores serviços ao seu público-alvo.

Partindo desse pressuposto, a Administração Pública do Brasil não pode prescindir das modernas tecnologias da informação no desenvolvimento de suas políticas públicas e, conseqüentemente, na prestação de seus serviços à sociedade.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE constitui-se no principal provedor de dados e informações do País que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Estatísticas sociodemográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas são elementos imprescindíveis para diagnosticar e monitorar a dinâmica econômica, demográfica, social e política de uma sociedade, fundamentar ações de planejamento, tanto na área pública como na iniciativa privada, e contribuir para o processo de consolidação da cidadania.

A necessidade destas informações é ainda mais premente quando se trata de uma sociedade em constante processo de transformação, ocupando um território de grande extensão e caracterizada por fortes desequilíbrios socioeconômicos, cuja expressão espacial mais marcante são as desigualdades regionais.

O IBGE, seguindo às orientações emanadas do Governo Federal, vem desenvolvendo ações visando à garantia da democratização do acesso aos dados e informações produzidos no seu âmbito.

Coletar, armazenar, analisar e disseminar informações que descrevam de forma adequada a realidade brasileira, em suas múltiplas dimensões, constituem a tarefa básica da produção técnica do IBGE.

Perfil da Organização

1.1. Institucionalidade

1.1.1. Competências Legais e Regimentais

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, CNPJ 33.787.094/0001-40, é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi instituída nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003 publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 215 de 12 de agosto de 2004 e publicado no DOU nº156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Tem como missão *retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania*, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Compete ainda ao IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, criado pela Lei nº 5.878, de 1973, após consulta à sociedade por meio da promoção das Conferências Nacionais de Estatística – CONFEST e de Geociências – CONFEGE, a serem realizadas em intervalos não superiores a cinco anos; atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, criados pelo Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Além disso, o IBGE mantém cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, em áreas correspondentes àquelas de sua competência, observada a legislação educacional vigente; e firma acordos afins à sua missão institucional, a título

gratuito ou oneroso, com entidades públicas ou privadas, preservadas, na produção e uso das informações, as concepções básicas estabelecidas, as normas técnicas e operacionais expedidas e o sigilo previsto em lei.

1.1.2. Estrutura Organizacional

A Fundação IBGE possui três órgãos colegiados de direção superior, a saber: Conselho Diretor; Conselho Técnico e Conselho Curador. O Conselho Diretor estabelece políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE. O Conselho Técnico é responsável pela apreciação das propostas do Conselho Diretor referentes aos planos de trabalho anuais e plurianuais e respectivos orçamentos; relativas ao relatório anual de atividades da Instituição e execução dos planos; e acerca dos assuntos de natureza técnica submetidos pelo próprio Conselho, pelo Conselho Diretor e pelos órgãos governamentais e sociedades civis; além do encaminhamento de conclusões e recomendações à Direção do IBGE. A fiscalização, o acompanhamento e o controle permanente da gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira cabem ao Conselho Curador.

O Gabinete da Presidência caracteriza-se como órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, cuja atividade consiste em assessorá-lo na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Três órgãos seccionais cuidam das questões de caráter geral e administrativo da Instituição, quais sejam: Auditoria Interna; Procuradoria Federal e Diretoria Executiva. A Auditoria Interna fiscaliza o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras e comprova a legalidade e legitimidade das ações administrativas. A Procuradoria Federal representa a Fundação IBGE judicial e extrajudicialmente e presta assessoramento aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica; além de apurar a liquidez e certeza de créditos das atividades da Instituição, inscrevendo-as em dívida ativa. A Diretoria Executiva exerce as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como organiza, coordena, orienta e executa as atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades.

Para consecução dos objetivos institucionais, o IBGE conta com cinco órgãos específicos singulares: Diretoria de Pesquisas; Diretoria de Geociências; Diretoria de Informática; Centro de Documentação e Disseminação de Informações; e Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

A Diretoria de Pesquisas desenvolve estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e executa ações da Fundação IBGE no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

A Diretoria de Geociências realiza estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, bem como relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente, e executa ações da Fundação IBGE no âmbito da coordenação dos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria geocientífica.

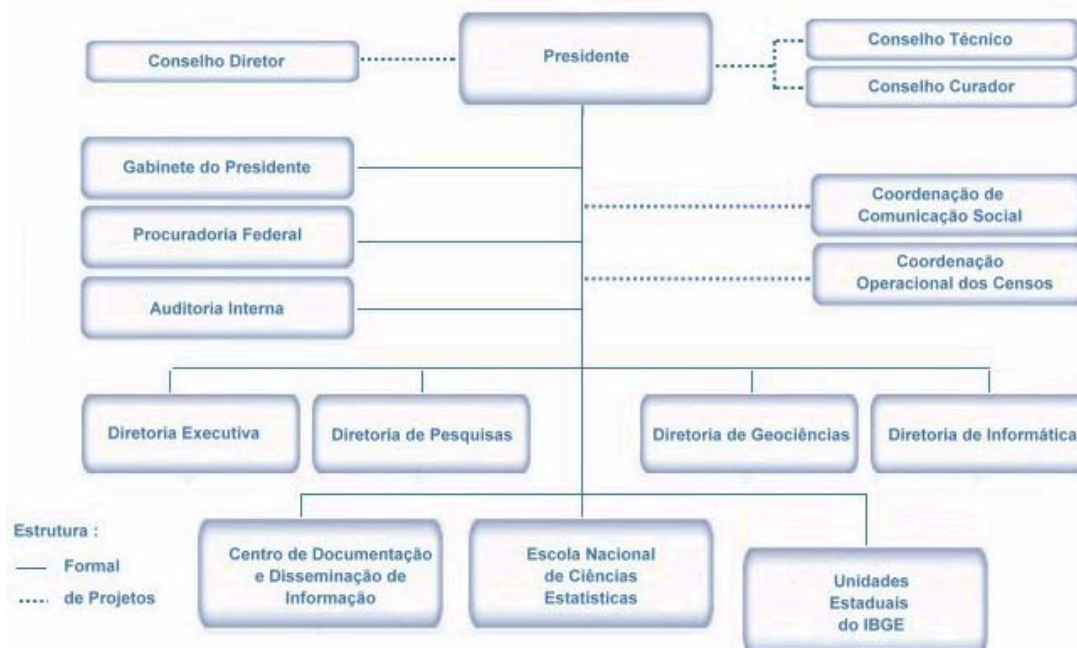
A Diretoria de Informática encarrega-se das atividades de processamento de dados e de informações científicas e administrativas, desenvolvendo processos de informatização, administrando o parque central de equipamentos e infraestrutura básica de informática, garantindo a preservação da integridade das informações contidas nas bases de dados do IBGE, e promovendo a prospecção e difusão de novas tecnologias aos demais órgãos da Fundação.

O Centro de Documentação e Disseminação de Informações é responsável pelas atividades de documentação e disseminação do acervo de informações; desenvolve produtos e serviços de informação segundo os diversos segmentos de usuários; promove a divulgação e a comercialização desses produtos e serviços; divulga a imagem; e preserva a memória institucional.

O IBGE também desenvolve atividades de ensino e pesquisa em matéria estatística e geográfica; implementando atividades de treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa, podendo manter cursos de graduação, de especialização e de pós-graduação direcionados tanto aos funcionários do IBGE quanto ao público em geral, através da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Ademais, o IBGE possui órgãos descentralizados - Unidades Estaduais cuja responsabilidade é desenvolver atividades técnicas e administrativas da Fundação no limite de suas jurisdições.

1.1.3. Organograma Institucional



1.1.4. Instalações e Localidades.

A Presidência do IBGE está situada no município do Rio de Janeiro, na Avenida Franklin Roosevelt, número 166, Centro, CEP 20021-120, e pode ser contactada através dos telefones (21) 2142-4501, (21) 2142-4502 e 0800.218181 e facsímile: (21) 2142-0893.

As quatro Diretorias que compõem a Fundação, ou seja, a Diretoria Executiva (DE), de Pesquisas (DPE), de Informática (DI), de Geociências (DGC); como também o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) encontram-se situados no município do Rio de Janeiro; enquanto que as Unidades Estaduais, órgãos descentralizados da Instituição, que representam o IBGE em todo o território nacional e formam uma extensa rede de pesquisa e disseminação composta por 27 Unidades Estaduais, localizam-se nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal, e as 533 Agências nos principais municípios brasileiros. As localidades físicas das Diretorias e Unidades Estaduais estão relacionados no Anexo.

O endereço do Portal do IBGE na Internet é <http://www.ibge.gov.br>. O Portal é voltado para um conjunto diversificado de usuários, com canais de conteúdos direcionados aos jovens e adolescentes, canais de banco de dados e *download* de resultados de estudos e pesquisas para estudiosos e pesquisadores, canais de conteúdo histórico e loja virtual.

1.1.5. Unidades Gestoras Cadastradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

O código do IBGE e das Unidades Gestoras (Ugs) utilizados no SIAFI são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Código do IBGE e das Unidades Gestoras utilizados no SIAFI

ORGAO: 25205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística GESTÃO:11301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			
Ugs	TITULO	UF	FUNÇÃO SITUAÇÃO ATIVO
114601	Fundação IBGE. Administração Central/RJ	RJ	Execução
114602	Unidade Estadual do IBGE em Rondônia	RO	Execução
114603	Unidade Estadual do IBGE no Acre	AC	Execução
114604	Unidade Estadual do IBGE no Amazonas	AM	Execução
114605	Unidade Estadual do IBGE em Roraima	RR	Consulta contábil
114606	Unidade Estadual do IBGE no Pará	PA	Execução
114607	Unidade Estadual do IBGE no Amapá	AP	Consulta contábil
114608	Unidade Estadual do IBGE no Maranhão	MA	Execução
114609	Unidade Estadual do IBGE no Piauí	PI	Execução
114610	Unidade Estadual do IBGE no Ceará	CE	Execução
114612	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte	RN	Execução
114613	Unidade Estadual do IBGE na Paraíba	PB	Execução
114614	Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco	PE	Execução
114615	Unidade Estadual do IBGE em Alagoas	AL	Execução
114616	Unidade Estadual do IBGE em Sergipe	SE	Execução
114617	Unidade Estadual do IBGE na Bahia	BA	Execução
114618	Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais	MG	Execução
114619	Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo	ES	Execução
114620	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul	MS	Execução
114621	Coordenação de Recursos de Mat. Do IBGE/RJ	DF	Execução
114622	Unidade Estadual do IBGE em São Paulo	SP	Execução
114623	Unidade Estadual do IBGE no Paraná	PR	Execução
114624	Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina	SC	Execução
114625	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	RS	Execução
114626	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso	MT	Execução
114627	Unidade Estadual do IBGE em Goiás	GO	Execução
114629	Unidade estadual do IBGE no Distrito Federal	DF	Execução
114631	Unidade estadual do IBGE no Rio de Janeiro	RJ	Execução
114635	Complexo da Av. Chille DPE/DI-Rio de Janeiro	RJ	Execução
114636	Complexo de Lucas - DGC - Rio de Janeiro	RJ	Execução
114637	Complexo da Tijuca - CDDI - Rio de Janeiro	RJ	Execução
114639	Unidade Estadual do IBGE em Tocantins	TO	Consulta contábil
114640	Administração de recursos externos	RJ	Execução
114641	Contrato de EMPR.EXT.BID-991/OC/BR/BRA/97/013	RJ	Execução

1.2. Vinculação Programática

1.2.1 Programas sob a Responsabilidade do IBGE

Os programas sob a responsabilidade do IBGE no Plano Plurianual para o período de 2004 – 2007 são: o *Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas (IEG)* e o *Programa Recenseamentos Gerais (RG)*.

Os programas institucionais do IBGE contribuem para o alcance de todos os Megaobjetivos das Orientações Estratégicas do governo e encontra-se alinhado aos Objetivos Setoriais definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com ênfase no Objetivo relativo à coordenação, implantação e gestão de sistemas de informações confiáveis, estáveis, transparentes, integrados e com padronização conceitual, visando ao conhecimento da realidade nacional e do exercício da cidadania; e com ênfase no Objetivo relativo ao conhecimento da realidade demográfica e social do País no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades, por meio de levantamento de dados censitários.

A seguir são apresentados os programas institucionais e as ações desenvolvidas pela Fundação no exercício de 2004.

1.2.1.1 Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

Este programa, enquadrado no tipo Finalístico por resultar em bens ou serviços ofertados diretamente à Sociedade, tem por objetivo elaborar e disseminar informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica – e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Está voltado ao Governo e à Sociedade em suas necessidades de conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas socio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais; fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

O Programa engloba as pesquisas de natureza estatística desenvolvidas pela Diretoria de Pesquisas – DPE, as informações geográficas e ambientais da Diretoria de Geociências – DGC, a disponibilização dos resultados das pesquisas e estudos realizada pelo Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI e a manutenção e atualização do sistema informatizado de dados e inserção tecnológica, de responsabilidade da Diretoria de Informática – DI.

O Quadro 2 apresenta as atividades e os projetos do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas, discriminado a finalidade, produto e unidade de medida, bem como identifica as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária de 2004.

Quadro 2 - Ações que compõem o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

<i>Atividades</i>			
Pesquisas Conjunturais			
<i>Finalidade:</i>	Produzir indicadores que permitam analisar o comportamento socioeconômico do País, em curto prazo		
<i>Produto:</i>	Resultado divulgado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	141	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 5.873.245
Pesquisas Estruturais da Área Econômica			
<i>Finalidade:</i>	Produzir, contínua e sistematicamente, um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação econômica do País.		
<i>Produto:</i>	Resultado divulgado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	15	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 3.187.200
Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica			
<i>Finalidade:</i>	Produzir informações de natureza estatística, por meio de implementação de estudos, pesquisas e trabalhos voltados ao conhecimento da realidade sociodemográfica do País.		
<i>Produto:</i>	Resultado divulgado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	4	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 3.854.322
Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas			
<i>Finalidade:</i>	Documentar e disseminar as informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE.		
<i>Produto:</i>	Usuário atendido	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	4.800.000	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 2.566.000
Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais			
<i>Finalidade:</i>	Realizar análises espaciais compreendendo áreas urbanas e rurais, elaborando divisões regionais, definindo quadros de referência da organização social e econômica do País, e sistematizar dados e informações referentes aos recursos naturais e ao meio ambiente e sua dinâmica.		
<i>Produto:</i>	Resultado divulgado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	159	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 1.000.000
Sistema Informatizado de Dados Estatísticos			
<i>Finalidade:</i>	Garantir a informatização dos processos de trabalho e fomentar a utilização da tecnologia de informação em nível nacional, administrando seus recursos de processamento, sua rede e acervo institucional de dados provendo, dessa forma, suporte à utilização desses recursos e ao desenvolvimento de sistemas estatísticos e geocientíficos.		
<i>Produto:</i>	Sistema mantido	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	1	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 12.321.800

Quadro 2 - Ações que compõem o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

continuação

Atividades			
Sistema Geodésico Brasileiro			
Finalidade:	Garantir a atualidade do referencial geodésico nacional, base das medições destinadas à definição de posicionamento em termos de coordenadas geodésicas (latitude, longitude e altitude) e de valores da aceleração da gravidade no território nacional, bem como sua consistência global.		
Produto:	Estação geodésica mantida/implantada	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	3.000	Meta Financeira:	R\$ 700.000
Mapeamento Topográfico de Referência			
Finalidade:	Retratar o território brasileiro, em escala topográfica e geográfica, garantindo a representação sistemática do País através de mapas e cartas, necessários à atuação pública e privada no desenvolvimento de projetos que demandem referencial geométrico e de localização, integrando bases geométricas do território e dados tabulares em particular as estatísticas econômicas e sociais, bem como apoiar a Coordenação do Sistema Cartográfico		
Produto:	Mapa divulgado	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	900	Meta Financeira:	R\$ 1.825.000
Publicidade de Utilidade Pública			
Finalidade:	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.		
Produto:	Ação padronizada	Unidade de Medida:	Ação padronizada
Meta Física :	Ação padronizada	Meta Financeira:	R\$ 300.000
Projetos			
Implantação do Índice de Preço ao Produtor			
Finalidade:	Desenvolver Programa de índices de preços ao produtor, de interesse do Governo, do setor privado e do próprio Sistema Estatístico Nacional. Inicialmente, o Programa propõe-se à implementação para o segmento da indústria de transformação para, sucessivamente e de forma gradual, incluir os demais segmentos da economia.		
Produto:	Pesquisa implantada	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	100	Meta Financeira:	R\$ 323.648
Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia			
Finalidade:	Implantar, em larga escala, a geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção cartográfica, consolidando o sistema de produção cartográfica digital e reduzindo os custos e os prazos de produção, em atendimento à demanda da sociedade por informações sobre o território nacional que contemple dados atualizados e georreferenciados, privilegiando a disponibilidade em ambiente web.		
Produto:	Sistema implantado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	15	Meta Financeira:	R\$ 800.000
Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor			
Finalidade:	Dar continuidade ao planejamento e implantação de um novo modelo para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, em nível nacional e para cada uma das 27 unidades federativas, a partir dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003; aprimorar a forma de cálculo e outros aspectos conceituais.		
Produto:	Modelo implantado	Unidade de Medida:	% de execução física
Meta Física :	70	Meta Financeira:	R\$ 563.164
Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações			
Finalidade:	Melhorar a qualidade da produção de informações estatísticas necessárias à definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do País.		
Produto:	Metodologia desenvolvida	Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física :	20	Meta Financeira:	R\$ 800.000

1.2.1.2 Programa Recenseamentos Gerais

Este programa, classificado no tipo Finalístico por resultar em bens ou serviços ofertados diretamente à Sociedade, tem por objetivo fornecer informações demográficas, sociais e econômicas, com vistas ao conhecimento do País.

Busca prover o Governo e a Sociedade quanto ao conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

O Quadro 3 apresenta as Ações do Programa Recenseamentos Gerais, discriminando sua finalidade, produto e unidade de medida, bem como são identificadas as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária de 2004.

Quadro 3- Atividades e Projetos que compõem o Programa Recenseamentos Gerais.

Atividade	
Publicidade de Utilidade Pública	
<i>Finalidade:</i>	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
<i>Produto:</i>	Ação padronizada
<i>Meta Física:</i>	Ação padronizada
	<i>Unidade de Medida:</i> Ação padronizada
	<i>Meta Financeira:</i> R\$ 1.000.000
Projeto	
Censo Agropecuário 2004 e Contagem da População 2005	
<i>Finalidade:</i>	Levantar informações sobre a produção agropecuária, a distribuição e o uso da terra, ao nível dos municípios, das localidades, dos assentamentos fundiários, das unidades de conservação ambiental e das terras indígenas. Possibilitar a atualização das estimativas populacionais com vistas a ajustá-las, durante o período intercensitário, levando em conta o intenso fluxo migratório intermunicipal e a evolução do crescimento populacional; permitir a melhoria das pesquisas amostrais do IBGE que utilizam as projeções de população para criar fatores de expansão das amostras; fornecer dados mais precisos para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios; atender às demandas dos ministérios da Saúde e Educação para a estimativa da população municipal por faixa etária; fornecer insumos para subsidiar Ações de planejamento de políticas públicas e privadas.
<i>Produto:</i>	Censo divulgado
<i>Meta Física:</i>	6
	<i>Unidade de Medida:</i> % de execução física
	<i>Meta Financeira:</i> R\$ 29.000.000

1.2.2 Ações em Programas de Responsabilidade de Outros Órgãos da Administração Pública Federal

O IBGE também participa do PPA, desenvolvendo ações em programas de outros órgãos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como no Ministério da Educação e no Ministério da Previdência Social, através da Diretoria Executiva (DE), da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI).

1.2.2.1 Programa Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária - Ministério da Educação

Este programa, de responsabilidade do Ministério da Educação, tem por objetivo ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, com melhoria da qualidade, incorporando novos atores sociais ao processo de formação profissional, técnica e tecnológica visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

A definição da finalidade, produto, unidade de medida e das metas física e financeira das atividades que compõem este Programa está demonstrada no Quadro 4.

Quadro 4. Atividades do Programa Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária.

Atividades			
Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências			
<i>Finalidade:</i>	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos de graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico.		
<i>Produto:</i>	Aluno matriculado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	310	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 189.750,00
Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências			
<i>Finalidade:</i>	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos pós-graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.		
<i>Produto:</i>	Aluno formado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	148	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 333.830,00

1.2.2.2 Programa Apoio Administrativo - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este Programa, de caráter contínuo, padronizado e multissetorial, tem por objetivo prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus Programas finalísticos, e engloba Ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos Programas finalísticos e demais Programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação, no momento, àqueles Programas, como as despesas de manutenção de serviços administrativos gerais, de bens imóveis, de transportes e de administração de recursos humanos. O detalhamento das atividades e operações especiais que compõem o Programa encontra-se no Quadro 5.

Quadro 5- Atividades e Operações Especiais do Programa Apoio Administrativo.

Atividades			
Administração da Unidade			
<i>Finalidade:</i>	Construir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos Orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em Programas ou Ações finalísticas		
<i>Produto:</i>	Ação padronizada	<i>Unidade de Medida:</i>	Ação padronizada
<i>Meta Física :</i>	Ação padronizada	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 319.729.672
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
<i>Finalidade:</i>	Proporcionar aos servidor, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.		
<i>Produto:</i>	Pessoa beneficiada	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	44.618	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 16.062.480
Auxílio – Transporte aos Servidores e Empregados			
<i>Finalidade:</i>	Pagar o Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como adquirir vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.		
<i>Produto:</i>	Servidor beneficiado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	10.087	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 5.830.469
Auxílio – Alimentação aos Servidores e Empregados			
<i>Finalidade:</i>	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, adquirir vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.		
<i>Produto:</i>	Servidor beneficiado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	10.073	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 11.120.769
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
<i>Finalidade:</i>	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.		
<i>Produto:</i>	Criança de 0 a 6 anos atendida	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	1.046	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 1.117.271
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
<i>Finalidade:</i>	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.		
<i>Produto:</i>	Servidor capacitado	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	2.568	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 840.820

Quadro 5- Atividades e Operações Especiais do Programa Apoio Administrativo.

Continuação

<i>Operações Especiais</i>	
Contribuição à Previdência Privada	
<i>Finalidade:</i>	Assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações.
<i>Meta Física :</i>	Ação padronizada <i>Meta Financeira:</i> R\$ 10.208.021

1.2.2.3 Programa Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este Programa objetiva realizar pagamentos de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentenças Transitada em Julgado. O detalhamento da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pecatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas encontra-se no Quadro 6.

Quadro 6 - Operações Especiais que compõem o Programa Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais

<i>Operações especiais</i>	
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pecatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	
<i>Finalidade:</i>	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas
<i>Meta Física :</i>	Ação padronizada <i>Meta Financeira:</i> R\$ 13.083.151

1.2.2.4 Programa Operação Especial: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este Programa objetiva realizar pagamentos de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas. O detalhamento da Ação Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, encontra-se no Quadro 7.

Quadro 7 - Operações Especiais que compõem o Programa Operação Especial: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

<i>Operações especiais</i>	
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	
<i>Finalidade:</i>	Efetuar o pagamento de dívidas, por recebimento de créditos externos, mediante contrato.
<i>Meta Física :</i>	Ação padronizada <i>Meta Financeira:</i> R\$ 427.251

1.2.2.5 Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União - Ministério da Previdência e Assistência Social

O Programa, de responsabilidade do Ministério da Previdência Social, objetiva assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes, garantindo a regularidade dos pagamentos dos benefícios. O detalhamento da operação especial Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis, encontra-se no Quadro 8.

Quadro 8- Operações especiais do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

<i>Operações especiais</i>			
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis			
<i>Finalidade:</i>	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos da União ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.		
<i>Produto:</i>	Pessoa beneficiada	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física :</i>	6.629	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 218.366.966

1.3. Processos de Trabalho

1.3.1 Processos Finalísticos

O IBGE é o órgão central produtor de informações estatísticas e geocientíficas e, no âmbito da Diretoria de Pesquisas, o levantamento dessas informações se dá através de um conjunto de pesquisas conjunturais, estruturais da área econômica e estruturais da área sociodemográfica, bem como pesquisas especiais, com periodicidades diferenciadas, utilizando metodologias cada vez mais apuradas, levando-se em conta, ainda, que os conceitos, definições e classificações são utilizados internacionalmente; são feitas em domicílios e em estabelecimentos, além de utilizar, também, registros administrativos.

Para a concepção e o planejamento desse trabalho o IBGE conta com equipes multidisciplinares de pesquisadores, além de uma rede de coleta com equipes de campo espalhadas por todo o território nacional. O processo é desenvolvido a partir do planejamento, quando são definidas as diretrizes gerais e estratégias da operação, tais como: âmbito da pesquisa, conteúdo de questionários, instrumental e estratégias de coleta, quadro de pessoal, procedimentos de transcrição, apuração e crítica, e divulgação dos dados. Após as etapas de apuração e crítica, os dados coletados são analisados e os resultados, incluindo os resultados georreferenciados, são amplamente disseminados através de diversos meios.

Cada vez mais, as pesquisas realizadas pelo IBGE incorporam novos temas, demandas do próprio governo federal, ampliando sua abrangência temática e também geográfica, apontando realidades diferenciadas sobre sociedade brasileira em todo o território nacional.

As atividades relativas à documentação e disseminação do acervo de informações são realizadas de forma a desenvolver produtos e serviços adequados aos vários segmentos de usuários; a promover a divulgação e comercialização destes produtos; a divulgar a imagem institucional; e a zelar pelos direitos intelectuais da Fundação IBGE quanto aos seus produtos.

No contexto das pesquisas censitárias, além das etapas especificadas no processo de pesquisas, na fase de planejamento, é realizada a atualização da Base Territorial para cada município brasileiro e a partir da respectiva malha setorial atualizada, são disponibilizados os mapas municipais das áreas urbanas e rurais e os *croquis* dos setores censitários que orientarão os recenseadores em campo durante a coleta de dados.

Os recenseadores são contratados temporariamente e recrutados através de processos seletivos e treinados para percorrerem o território nacional em visita a todas as unidades alvo da pesquisa censitária, que é realizada por equipes locais sediadas em postos de coletas instalados em todos os municípios brasileiros. Os dados coletados são processados eletronicamente nos Centros de Captura de Dados, com uso de modernas tecnologias, o que garante ganho de tempo e qualidade. A divulgação dos resultados preliminares, de caráter mais global acontece no mesmo ano em que é realizada a coleta de dados, enquanto que os resultados definitivos são divulgados com análises, inclusive espaciais, em produtos e serviços, durante os anos subsequentes.

Agregue-se a isto uma política de ativa participação da sociedade, em seus vários segmentos, através da instalação de comissões interativas com a comunidade técnico-científica, autoridades municipais e lideranças comunitárias, instituições de pesquisa, universidades, órgãos públicos e das diferentes instâncias de governo, buscando, dessa forma, o melhor atendimento às demandas crescentes e cada vez mais diversificadas por informação, aprimorando, assim, a percepção da evolução dessas demandas por nossos produtos e serviços. Ainda compondo a etapa de planejamento das pesquisas censitárias, todas as decisões adotadas são testadas por meio de provas-piloto que visam ao ajuste dos instrumentos e procedimentos planejados.

A produção de informações geocientíficas se dá por meio da representação do território em seus aspectos naturais e antrópicos, através de documentos cartográficos em diferentes escalas; da manutenção do sistema geodésico brasileiro, garantindo a atualidade do referencial geodésico nacional; e da realização de pesquisas e análises

geográficas e ambientais. O processo é desenvolvido mediante a elaboração, execução e atualização de cartas topográficas por meio de recobrimento aerofotogramétrico, imagens de satélite e levantamentos de campo; a ampliação e manutenção da rede brasileira de monitoramento contínuo de rastreamento de satélites, o refinamento das altitudes do território nacional e do modelo de ondulação geoidal; o planejamento e execução de pesquisas e análises da distribuição espacial de aspectos ambientais, socioeconômicos, e sobre o potencial, a estrutura e a utilização dos recursos naturais do meio ambiente. Os resultados alcançados pelas pesquisas e mapeamentos geram produtos e serviços que, devidamente documentados, são amplamente disseminados a toda a sociedade brasileira.

O ensino de graduação e pós-graduação atende ao público em geral e tem por objetivo contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de quadros profissionais voltados ao conhecimento da realidade social, econômica e espacial do País e o uso desse conhecimento para a formulação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas. Os alunos são graduados como bacharéis em Ciências Estatísticas, especialistas em Análise Ambiental e Gestão do Território e mestres em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, cujos trabalhos resultam em monografias de final de curso (graduação e especialização) e dissertações de mestrado que relatam os resultados de pesquisas realizadas sobre temas de relevância para o conhecimento da realidade social, econômica e espacial do País.

1.3.2 Processos de Apoio

São desenvolvidos os sistemas computacionais de coleta e apuração das pesquisas estatísticas, de apoio às atividades de geociências e os sistemas de gestão utilizando-se de forte aparato tecnológico, de forma a administrar, preservar e garantir a integridade das informações contidas na base de dados da Fundação IBGE, assim como manter toda a infraestrutura básica de informática. Dentre os produtos resultantes destacam-se o Banco Multidimensional de Estatística - BME, que disponibiliza os microdados dos vários censos e pesquisas para a sociedade; o Banco de Dados Agregados – SIDRA que disponibiliza os dados tabulados de vários censos e pesquisas, ambos com acesso através da Web, o Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas – ESTATCART que possibilita a consulta por temas, variáveis, área geográfica, a criação de mapas temáticos, cálculos de indicadores e tabelas que podem ser impressas e exportadas, disponível em *Cd Rom*.

Apoia-se a administração superior da organização na coordenação geral e na orientação e execução de ações de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, com vistas à melhoria da qualidade do processo de gestão institucional, objetivando garantir o desenvolvimento e a aprendizagem organizacionais.

As atividades de orçamento e finanças são realizadas de modo a assegurar o apoio técnico a todas as unidades responsáveis pela operacionalização dos sistemas de administração financeira, orçamentária e contábil, bem como orientar a execução dessas atividades nas Unidades Estaduais. Dessa forma, procede-se à execução do orçamento da Instituição (empenhos); a execução financeira (diversos pagamentos da Instituição – ordens bancárias); e a execução contábil da instituição (liquidação, apropriação e análise dos atos e fatos).

Em relação à área de recursos materiais, são executadas as atividades destinadas à contratação de materiais e serviços, administração do acervo patrimonial, almoxarifado, expedição, transportes, segurança patrimonial, obras e demais serviços de engenharia, telefonia, zeladoria, manutenção de bens móveis e imóveis e locações em geral.

Na área de recursos humanos, os principais processos de apoio às atividades da Organização são o recrutamento e seleção, internos e externos; o planejamento e alocação de pessoal; relações sindicais; administração de pessoal e as ações referentes à previdência social, saúde e assistência social.

Com as finalidades de valorizar o quadro de pessoal e elevar o potencial produtivo da Instituição, ampliar a produtividade dos trabalhadores, melhorar a comunicação interna e padronizar o conhecimento adquirido, o IBGE, por meio da ENCE, desenvolve atividades de capacitação dos servidores do IBGE e de outros órgãos da administração pública (federal, estadual e municipal) através de duas linhas, cada uma com características próprias: o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa – CDHP, com três edições anuais; e os cursos de curta duração do Plano Anual de Treinamento (PAT). O CDHP tem por objetivo apresentar aos participantes os principais conceitos e etapas do desenvolvimento e execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem. É realizado em seis semanas de dedicação integral, totalizando 240 horas, incluindo a atividade de coleta de dados – sete a dez dias de trabalho de campo. Os treinamentos de curta duração, a maioria com carga horária de 30 horas, são oferecidos continuamente nas seguintes áreas de conhecimento em que se encontram classificados: cursos técnicos de economia, de estatística, de demografia, de ciências sociais, e de geociências, de informática, de ensino à distância, além de cursos administrativos, gerenciais e de idiomas. Um catálogo de cursos é editado anualmente e divulgado para toda a Instituição.

1.4 Público Alvo

O público-alvo do IBGE é o Governo e a Sociedade em geral, entendidos por tomadores de decisão no âmbito das políticas públicas, e por cidadãos que necessitam conhecer a realidade brasileira e monitorar as ações de políticas públicas que lhes são afetas.

1.5 Parcerias Institucionais

Na área de cooperação interinstitucional, o IBGE mantém contínua a sua atuação no sentido de estabelecer parcerias através de Acordos, Convênios, e Cooperação Técnica, que permitam ampliar a disponibilização de informações, temática ou espacialmente, mediante a elaboração e desenvolvimento de novos estudos e pesquisas e/ou ampliação da cobertura de pesquisas já implantadas, o que contribui para o aperfeiçoamento da missão institucional do IBGE como órgão nacional de estatística. Estão relacionadas no Quadro 9 as principais Organizações com as quais o IBGE estabeleceu parcerias nos últimos anos.

QUADRO 9 - Principais Organizações com as quais o IBGE interage.

ORGANIZAÇÃO	FORMA DE INTERAÇÃO	FREQÜÊNCIA
Organizações Nacionais		
Associação Brasileira de Estatística - ABE	Acordo	bienal
Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP	Acordo	bienal
Caixa Econômica Federal - CAIXA	Convênio	contínua
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM	Cooperação	anual
Comando do Exército / Instituto Militar de Engenharia - IME	Cooperação	anual
Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA/PROJ.SIVAM	Contrato	anual
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	Cooperação	anual
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	Acordo	anual
Departamento de Projetos de Ensino Fundamental da Secretaria de Ensino Fundamental/SEF – MEC/FUNDESCOLA	Cooperação	anual
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI	Cooperação	anual
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	Convênio	anual
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	Convênio	bienal
Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR	Cooperação	trienal

QUADRO 9 - Principais Organizações com as quais o IBGE interage.

Continuação

ORGANIZAÇÃO	FORMA DE INTERAÇÃO	FREQÜÊNCIA
Organizações Nacionais		
Instituto Pereira Passos - IPP	Convênio	eventual
	Convênio	contínua
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	Acordo de Cooperação	quinquenal
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	Cooperação	anual
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE	Cooperação	anual
Marinha do Brasil – Capitania Fluvial do São Francisco - MARINHA	Cooperação	anual
Ministério da Educação - MEC	Convênio	bienal
Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS	Convênio	bienal
Ministério da Saúde - MS	Convênio	anual
Ministério do Esporte	Convênio	eventual
Ministério do Desenvolvimento Social - MDS	Convênio	eventual
Ministério do Meio Ambiente - MMA	Cooperação	anual
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	Convênio	bienal
Órgãos de Planejamento dos Estados – AC/ AL/ AP/ BA/ CE/ ES/ GO/ MA/ MG/ MS/ PA/ PB/ PE/ PR/ RJ/ SE/ RN/ RO/ RR/ SC/ SE/ SP/ TO	Convênio	anual
Petróleo do Brasil SA – Petrobras	Cooperação	anual
Prefeitura Municipal de Salvador / Secretaria Municipal de Saneamento e Infra-Estrutura Urbana / Superintendência de Parques e Jardins – PMS/SEMIN/SPJ-HBR	Cooperação	anual
Secretaria da Receita Federal	Convênio	anual
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/BA	Cooperação	anual
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	Convênio	bienal
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Cooperação	anual
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Cooperação	anual
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS	Cooperação	anual
Universidade Federal de Viçosa - UFV	Cooperação	anual
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Convênio	anual
Universidade Regional do Cariri - URCA	Cooperação	anual
Organizações Internacionais		
Fundação Ford	Acordo	bienal
Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF	Acordo	anual
Instituto Interamericano de Estatística - IASI	Acordo	bienal
Organização Internacional do Trabalho - OIT	Convênio	anual

Fonte: IBGE, janeiro de 2005

1.6. Quadro de Pessoal

A Instituição conta atualmente com 7.091 servidores do quadro permanente, 37 nomeados para exercício de cargo comissionado, 4 requisitados de outras instituições públicas e 1.742 contratados por tempo determinado.

Dos servidores que compõem o quadro permanente, regidos pelo Regime Jurídico, verifica-se, no Quadro 10, que 18,5% são pós-graduados (1,4% doutores, 4,3% mestres e 12,8% possuem cursos de especialização); 31,5% possuem curso superior mas não têm curso de pós-graduação e 47,1% completaram o nível médio.

Quanto à distribuição dos trabalhadores contratados por tempo determinado, verifica-se que 91% completaram o nível médio e 9% têm curso superior. Os nomeados são majoritariamente de nível superior, bem como todos os requisitados.

QUADRO 10 - Pessoal por Situação Funcional segundo o Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	Quadro Permanente			Nomeado (2)	Requisitado	Contrato Temporário	TOTAL	
	RJU(1)	CLT	%				Valor Absoluto	%
Doutorado	100	-	1,4	-	-	-	100	1,1
Mestrado	302	-	4,3	-	-	-	302	3,4
Especialização	907	-	12,8	-	-	-	907	10,2
Superior (3)	2.230	-	31,5	33	4	157	2.424	27,3
Médio	3.336	1	47,1	4	-	1.585	4.926	55,5
Fundamental	199	-	2,8	-	-	-	199	2,2
Alfabetizado sem curso regular	16	-	0,2	-	-	-	16	0,2
Total	7.090	1	100,0	37	4	1.742	8.874	100,0

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE dezembro 2004

1 Inclui os quantitativos de servidores cedidos.

(2) Sem registro de pós-graduação no SIAPE.

(3) Pessoal com curso superior sem pós-graduação.

Entre os servidores do quadro permanente (Quadro 11), 99% pertencem ao Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia - Plano C&T, instituído pela Lei nº 8.691 de 28 de julho de 1993, enquanto que 1% pertence ao Plano de Classificação de Cargos (PCC).

QUADRO 11 – Servidores do Quadro Permanente por Planos de Carreira e Nível do Cargo

Plano de Carreira	Nível		Total
	Superior	Intermediário	
C&T	1.584	5.459	7.043
PCC	26	22	48
TOTAL	1.610	5.481	7.091

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE dezembro 2004

2.1 Gestão Estratégica

2.1.1 Formulação de Políticas

A existência de informações estatísticas e geográficas públicas, confiáveis e atualizadas é essencial para a consolidação de uma sociedade democrática e indispensável ao aumento da eficiência na concepção, formulação, execução e transparência das políticas públicas.

Ao revelar o estado de suas economias e de suas populações, as informações estatísticas fazem um retrato objetivo do País, promovendo uma relação mais democrática entre governantes e governados. Por essa razão, cabe aos governos democráticos garantir a credibilidade das informações, assegurando condições de autonomia para sua produção com qualidade e credibilidade e preservando-as de qualquer ingerência de ordem política ou conjuntural.

As informações produzidas por instituições oficiais estão mudando muito rapidamente, não só dentro dos países, mas também entre países. Um novo perfil de demanda está levando os órgãos responsáveis pela produção de informações a alargarem o âmbito de sua cobertura temática e espacial, atentando-se inclusive para a sua dimensão global. Em resposta a essas mudanças na demanda, e beneficiando-se dos avanços na tecnologia de informação e na tecnologia de comunicação, abre-se a oferta com a emergência de outros órgãos produtores dentro dos países. Com isso, aumenta a necessidade de coordenação, o que reforça a maior presença e essencialidade de um órgão central voltado à produção de informações estatísticas e geocientíficas públicas.

No Brasil, o IBGE, há sessenta e nove anos, cumpre o papel de órgão central produtor de informações estatísticas e geográficas, retratando com fidelidade a realidade brasileira. A clara consciência dos condicionantes estratégicos, aos quais estará submetido no futuro imediato, coloca para uma instituição com tal perfil diversos desafios, de modo a adequar-se aos novos tempos. Dois desafios, pelo menos, destacam-se nesse processo: primeiro, o conviver com recursos públicos escassos, em meio a uma crise fiscal que vem se agravando já de longa data; segundo, articular-se

com novos atores públicos e privados envolvidos na produção e na disseminação de informações. Como os países precisam que tais informações sejam contínuas, abrangentes, estáveis e comparáveis, nacional e internacionalmente, para serem tomadas como bens públicos, urge desenvolver condições que garantam uma contínua oferta de informações, sem a qual a democracia inevitavelmente se enfraquecerá. Para tanto, é crucial que o órgão central de estatística e geografia seja reconhecido e fortalecido politicamente.

Num tal contexto, o IBGE empenha-se no uso de metodologias avançadas no trabalho de campo e no trabalho de análise, lançando mão da melhor tecnologia de informação e da tecnologia de comunicação; amplia sua qualificação como analista de resultados, o que naturalmente requer capacitação técnica e uma sólida e moderna disseminação; também se torna mais ágil no estabelecer de alianças e vínculos de cooperação com outros órgãos produtores e instituições afins, nacionais e internacionais; e mais, empenha-se na garantia de sua independente institucionalização, tendo em seu quadro funcional pesquisadores competentes, consolidando-se como centro de excelência nos espaços nacional e internacional.

Portanto, é imprescindível o fortalecimento da oferta de informações georreferenciadas, relativas a espaços e a temas mais desagregados, com diferentes formatos e provenientes de diferentes fontes, o que é especialmente importante em face de uma realidade cada vez mais complexa. Em especial, o IBGE registra o surgimento de uma consciência ambiental, com a consolidação da noção de desenvolvimento sustentável, o que implica a elaboração de novas informações que revelem a relação entre o desenvolvimento econômico e a exploração dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente. O IBGE transforma-se em uma organização intensiva em conhecimento de modo a fazer melhor frente às mudanças. A interação permanente com a sociedade é fundamental, com especial atenção para as mudanças na demanda, cada vez mais diferenciada. Para tanto, a dinamização do Conselho Técnico do IBGE, como consta em seu estatuto recentemente revisado, assegurará uma ampliação da transparência e articulação com diferentes segmentos significativos da sociedade.

Por fim, consciente da descentralização político-administrativa que vige no País, o IBGE precisa avançar no uso de registros administrativos, em princípio reduzindo os custos de sua produção e da disseminação de informações.

2.1.2. Desdobramento das Estratégias

A amplitude e diversificação das informações produzidas pelo IBGE requerem uma ação coordenada, racional, conseqüente e socialmente relevante. Para tal o IBGE interage com os agentes públicos e elabora, de um lado, as diretrizes básicas que nortearão a sua ação, e de outro, as informações capazes de contribuir para a definição de diretrizes compatíveis com o ambiente em que atua.

Cada um dos órgãos específicos singulares e estruturais do IBGE é responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades por eles desenvolvidos, definidos a partir do desdobramento das metas que constituem o Plano Estratégico – PE do IBGE, sempre em consonância com o Plano Plurianual que estabelece as diretrizes e objetivos da administração pública federal. O Plano em vigor tem como referência o período de 2002-2004, sendo monitorado e avaliado periodicamente, tanto em relação ao cumprimento das metas, como também quanto às orientações estratégicas.

As políticas institucionais encontram-se refletidas no PE, que aponta os seguintes fatores críticos de sucesso: credibilidade e legitimidade institucional, compromisso com informantes e usuários, atualização tecnológica, excelência na gestão de recursos humanos, compromisso com ensino e treinamento, e gestão estratégica dos recursos. O Quadro 12 apresenta um detalhamento destes fatores.

QUADRO 12 - Fatores Críticos de Sucesso

CREDIBILIDADE E LEGITIMIDADE

- . independência técnico-científica da Instituição;
- . garantia do sigilo estatístico por vias legais;
- . existência de metodologias, de padrão internacional, e sua contínua publicização;
- . sistemática cooperação com organismos nacionais e internacionais e a contínua interação com órgãos públicos e privados nacionais;
- . abrangência espacial e temática das atividades da Instituição, garantidas por sua rede de coleta nacional.

COMPROMISSO COM INFORMANTES E USUÁRIOS

- . incorporação de cultura de excelência no atendimento e relacionamento com os informantes e usuários;
- . conhecimento do perfil dos diversos segmentos de clientes e usuários;
- . aferição sistemática da satisfação dos clientes e usuários;

ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

- . utilização da tecnologia de informação como alavanca de transformações nos processos de produção e de disseminação, para o pleno atendimento às demandas dos usuários e clientes;
- . autonomia da atividade de informática nas diversas áreas da instituição, garantindo um adequado suporte ao uso da tecnologia de informação, inclusive no sentido de mantê-la permanentemente atualizada;
- . existência de sistemas de comunicação, dinamizadores dos processos administrativos e estimuladores das relações humanas, viabilizando uma nova cultura de cooperação e interação criativas;
- . incremento na utilização de ferramentas de geoprocessamento / geomática na produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas.

EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

- . existência de uma política de recursos humanos, voltada para a motivação, a profissionalização e o comprometimento dos servidores;
- . implementação de ações de valorização e reconhecimento dos servidores, dentre as quais o treinamento, a remuneração e o desenvolvimento profissional;
- . composição adequada, quantitativamente e qualitativamente, do corpo funcional.

COMPROMISSO COM ENSINO E TREINAMENTO

- . existência de um programa sólido e integrado de treinamento;
- . integração do ensino e da pesquisa com a produção e a disseminação de informações estatísticas e geográficas.

GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

- . compatibilização entre o orçamento-programa e o plano de trabalho, na elaboração e na execução, como apoio à tomada de decisão estratégica;
- . existência de uma sistemática de acompanhamento de projetos e de apropriação de custos, para o estabelecimento de prioridades;
- . aporte dos recursos financeiros, de acordo com a programação financeira previamente estabelecida;
- . suplementação dos recursos orçamentários, por meio de parcerias.

Consciente da necessidade de contar com um sistema integrado de planejamento o IBGE vem realizando estudos que visam dar continuidade à linha de construção de orçamento por projeto/atividade a partir da compatibilização dos instrumentos de planejamento disponíveis na Instituição, com o objetivo de se obter uma ferramenta integrada que sirva para atender às diversas necessidades do planejamento, tanto internas, como a elaboração da proposta orçamentária das unidades e sua adequação ao orçamento, quanto externas, como a alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN e atendimento de outras demandas do Governo Federal.

Em 2004, foi dado prosseguimento ao o trabalho de reestruturação do Plano de Trabalho Anual - PTA – instrumento institucional de planejamento que contempla a forma de implementação e os recursos necessários aos projetos e atividades da Instituição a partir das diretrizes estabelecidas no PE, de forma a permitir melhor compatibilização com o orçamento, para transformá-lo em instrumento básico de gestão estratégica.

O IBGE tem procurado estimular a reflexão sobre as políticas institucionais através da criação de comitês consultivos interdisciplinares. Um exemplo bem sucedido foi a implementação da Comissão de Planejamento e Organização Geral de Censos e Contagens da População (CPO), responsável por estabelecer a política geral e as diretrizes para planejamento e organização global das operações relativas aos censos, bem como decidir sobre a programação orçamentária e desembolso financeiro, o cronograma geral de atividades, e outros assuntos estratégicos relativos às operações.

Na área de Geociências pode ser destacada a estratégia utilizada na otimização de seus processos que, através da formação de acordos e parcerias no âmbito federal e estadual, conseguiu ampliar as informações de caráter territorial e evitar a superposição de trabalhos de mesma natureza e região do País, além de amenizar a escassez de recursos. Foram atingidas melhorias com a descentralização das atividades desenvolvidas por esta área, a partir do aproveitamento das Unidades Estaduais nos trabalhos de aquisição de dados em campo, tendo sido necessário para isto, infraestrutura, pessoal capacitado e recursos orçamentários, além do trabalho de disseminação dos conceitos e instrumentos de planejamento adotados no âmbito do Governo Federal.

Nas atividades de coordenação e busca de excelência, o IBGE investiu na gestão de novas formas de institucionalização de parcerias e alianças estratégicas com órgãos produtores de informações, instituições acadêmicas e entidades privadas. Com objetivo de adequar esta prática às reais atividades de produções de informações, principalmente àquelas consideradas essenciais à continuidade desta produção e aos recursos financeiros para a execução, foram estabelecidas regras, no âmbito de realização das

pesquisas estatísticas e geográficas, que direcionaram a tomada de decisão no ato destas parcerias, sendo elas:

- ◆ *Atendimento a atividades de pesquisas únicas em determinado período de tempo*
Tais pesquisas, dependendo de análise prévia metodológica, podem ser objetos de parcerias com órgãos externos, adequando o seu cronograma com o cronograma geral do Programa Básico de Pesquisas da Instituição, desde que haja recursos específicos para sua execução;
- ◆ *Atendimento a atividades de pesquisas suplementares ou pontuais às pesquisas existentes no Programa de Trabalho Básico do IBGE*
Tais pesquisas podem ser agregadas, em determinado período de tempo, às já realizadas pelo IBGE. Neste caso, a instituição tem como exemplo de parceiro nacional o Ministério da Saúde com o Suplemento Saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, e como parceira internacional a Organização Internacional do Trabalho - OIT, com o Suplemento Trabalho Infantil, nesta mesma Pesquisa, atentando também para a necessidade de recursos extras ao do orçamento da Casa;
- ◆ *Atendimento ao Desenvolvimento de Análise e Estudos*
Tais atendimentos são realizados a partir das informações já produzidas pelo IBGE, como exemplo temos a série “Criança e Adolescentes” em parceria com a UNICEF;

Além disso, existem parcerias para a prestação de serviços que atendem também à atividade de coordenação da produção de informações como, por exemplo, as parcerias com as Secretarias Estaduais de Planejamento para a produção das Contas Regionais. Nesse caso, fica a cargo do IBGE a disseminação da metodologia, garantindo assim a homogeneidade dos procedimentos, facilitando a produção das Contas Nacionais. Outra parceria com a mesma característica aconteceu com as Secretarias de Planejamentos dos Estados e de alguns municípios sede das capitais, na produção da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF que, dentre outros produtos sobre o tema, servirá de base para a implantação dos Índices de Preços nesses Estados e Municípios.

2.1.3. Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Para avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade no exercício de 2004, o IBGE utiliza seis indicadores, conforme detalhamento do Quadro 13.

Os indicadores Taxa de Resultados Alcançados e Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas objetivam a mensuração do fator eficácia. O

cálculo da Taxa de Resultados Alcançados é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão / Diretoria Executiva, que o executa à partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional. Quanto ao cálculo da Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas é de responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), que o executa a partir do número de usuários atendidos pela Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, informado pelo próprio CDDI.

Visando atender ao objetivo estratégico de “Manter o IBGE como centro de referência de informações estatísticas e geográficas, utilizando as mais modernas tecnologias de informação, atendendo com excelência os clientes e usuários” foi implantado à partir de 2004 o indicador Tempo Médio de Resposta que permite o acompanhamento da eficiência da Instituição no atendimento às solicitações feitas pelos usuários pelo correio eletrônico, por meio do endereço ibge@ibge.gov.br. O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Atendimento Integrado / Centro de Documentação e Disseminação de Informações, para o qual são consideradas as correspondências que apresentam uma resposta final e conclusiva ao usuário.

Os indicadores Taxa de Satisfação, Expectativa e Avaliação têm como objetivo mensurar a efetividade da instituição no atendimento aos cidadãos-usuários. Esses indicadores são calculados a partir dos dados levantados na Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada desde o primeiro semestre de 2003, sob responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Essa pesquisa é realizada no CDDI, Rio de Janeiro; e nos Setores de Documentação e Disseminação da Informação (SDDIs) do IBGE, localizados no Distrito Federal e nas demais capitais dos estados brasileiros. A coleta, com duração de um mês, é feita através do auto-preenchimento de um questionário, no qual os usuários atribuem notas (de zero a dez) que identificam a sua expectativa e avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados, de forma global e também para a cada uma das cinco dimensões da qualidade: conservação e limpeza do centro de atendimento, atendimento dos funcionários, capacidade dos funcionários, serviço ser feito corretamente e facilidade para conseguir o serviço. Nesse questionário o usuário estabelece uma priorização em função da importância (valor) atribuída por ele para cada uma dessas dimensões. A metodologia utilizada para a pesquisa é a American Consumer Satisfaction Index da Universidade de Michigan; SERVQUAL desenvolvido pelos especialistas Zeithaml, Parasuraman e Berry e Common Measurement Tool do Centro Canadense de Gestão; e a entrada de dados e análise dos resultados são feitas com o uso do aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS, versão 1.0, disponibilizado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

QUADRO 13. Indicadores de Desempenho

	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE	PERIODICIDADE
E F I C I Á C I A	Taxa de Resultados Alcançados ($\overline{RA}$) A composição desse indicador tem como base as metas das Ações do Plano Plurianual -PPA, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.	$\overline{RA} = \frac{\sum \left(\frac{M_R}{M_P} \times 100 \right)}{n}$ M_R = metas realizadas Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão = metas previstas n = número de resultados obtidos	%	Semestral
	Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDI) À partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários atendidos no ano em análise em relação ao ano anterior, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.	$TDI = \left(\frac{NU_n}{NU_{n-1}} \times 100 \right) - 100$ NU_n = número de usuários atendidos no ano NU_{n-1} = número de usuários atendidos no ano anterior	%	Anual
E F I C I Ê N C I A	Tempo Médio de Resposta ($\overline{TR}$) Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.	$\overline{TR} = \frac{\sum Ti}{n}$ $\sum Ti$ = somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês n = número de atendimentos realizados no mês	Dias	Mensal
E F E T I V I D A D E	Taxa de Satisfação do Usuário (S) Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.	$S = \frac{\overline{A}}{\overline{E}} \times 100$ $\overline{A}$ = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i> $\overline{E}$ = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i>	%	Semestral
	Expectativa do Usuário ($\overline{E}$) Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que esperavam receber em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a expectativa possuíam antes de receber o serviço.	$\overline{E} = \frac{\sum E_i}{n}$ $\sum E_i$ = somatório das notas atribuídas à <i>expectativa</i> por cada usuário n = número de questionários respondidos	Pontos	Semestral
	Avaliação do Usuário ($\overline{A}$) Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que efetivamente receberam em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a avaliação.	$\overline{A} = \frac{\sum A_i}{n}$ $\sum A_i$ = somatório das notas atribuídas à <i>avaliação</i> por cada usuário n = número de questionários respondidos	Pontos	Semestral

Fonte: Pesquisa de Satisfação dos Usuários - CDDI, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN e Avaliação de Desempenho Institucional.

2.2 Gestão da Qualidade

2.2.1 Histórico da Qualidade

Internacionalmente, observa-se que tem havido discussões e avanços significativos com relação ao gerenciamento e à avaliação da qualidade nas organizações de estatística. Uma grande quantidade de eventos com esse objetivo ocorreu nos últimos cinco anos, com participação do IBGE na maioria deles, podendo-se destacar:

- ◆ *Statistical Quality Seminar* – organizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo *Korea National Statistical Office*, realizado de 6 a 8 de dezembro de 2000, em *Cheju*, na Coréia.
- ◆ *The International Conference on Quality in Official Statistics* - Estocolmo - Suécia, de 11 a 15 de maio de 2001, organizado pelo *Eurostat* e *Statistics Sweden*.
- ◆ *Symposium on Methodological Issues in Quality Management* - Canadá, de 17 a 19 de outubro de 2001, organizado pelo *Statistics Canada*.
- ◆ Congresso do *International Statistics Institute - ISI - The 53rd International Statistical Institute Session*, realizado em Seul, na Coréia, de 22 a 29 de agosto de 2001, contou com a sessão *Quality Programs in Statistics Agencies*, organizada por *Gordon Brackstone*, do *Statistics Canada*.
- ◆ Em 2002, no âmbito do Convênio de Cooperação Estatística União Européia-Mercosul, foi constituído o Grupo de Estudo Metodológico sobre “Sistema de Indicadores de Qualidade como base para o planejamento e a gestão da qualidade nos Institutos de Estatística do Mercosul e Chile”.
- ◆ *OECD/IMF Workshop on Assessing and Improving Statistical Quality* - realizado em Paris, de 05 a 07 de novembro de 2003, organizado pela OECD - *Organization for Economic Co-Operation and Development* e FMI - Fundo Monetário Internacional, no qual foram apresentados os pontos de vista e as iniciativas relacionadas aos aspectos de qualidade implementadas no IBGE.
- ◆ *European Conference on Quality and Methodology in Official Statistics (Q2004)* em Mainz, no período 24 a 26 de maio de 2004, quando foi apresentado o trabalho *The prototype of the Quality Indicators System at the Brazilian Institute of Geography and Statistics*.
- ◆ *Conference on Quality for International Organizations*, em Wiesbaden, no período 27 e 28 de maio de 2004.

Nestes eventos estiveram presentes dirigentes, metodologistas, gerentes de produção de pesquisas, gerentes de qualidade das pesquisas e usuários de estatísticas oficiais,

onde foram apresentados artigos e discussões que representam o pensamento mundial corrente quanto às questões de qualidade no campo das estatísticas oficiais, cobrindo os mais variados aspectos de qualidade na produção e análise das informações.

O IBGE, incluiu no Programa Anual de Treinamento 2003, o Curso Gerencial “Introdução à Gestão da Qualidade em Institutos de Estatística”, ministrado por consultoras do Instituto Nacional de Estatística-INE de Portugal. O referido curso contou com a participação de 52 chefias e gerentes e foi organizado com o objetivo de propiciar ao corpo gerencial o conhecimento de conceitos e princípios básicos de um sistema de gestão da qualidade; de instrumentos utilizados no controle e na medição da qualidade; de experiência do INE-Portugal na implementação do seu sistema de gestão da qualidade e no seu envolvimento no sistema estatístico europeu.

Outras ações relacionadas com a gestão da qualidade foram realizadas em 2003 e referem-se à sensibilização e motivação do pessoal através da capacitação (seminários internos, congressos internacionais e visitas técnicas), à realização de pesquisas de satisfação dos usuários, além de uma alteração estrutural no IBGE, a fim de explicitar responsabilidades relacionadas com o sistema de indicadores de qualidade.

Em continuidade ao Projeto de Gestão da Qualidade, iniciado em 2002, destaca-se a implementação, em 2004, do Sistema de Indicadores de Qualidade, integrado ao Banco de Metadados do IBGE, com vistas a pesquisas, censos e registros administrativos. Após sua implantação e alimentação, o Sistema permitirá gerar relatórios padronizados com as informações sobre dimensões de qualidade de produto e de processo.

Para avançar neste processo, discussões sobre qualidade se ampliaram no âmbito da Diretoria de Pesquisas, e tiveram como resultado a definição de um objetivo estratégico¹, no Plano Estratégico 2004-2007 da Instituição, voltado para o tema, definindo-se assim, metas que deverão ser perseguidas a médio prazo no processo de melhoria da qualidade das informações estatísticas:

2.2.2 Fundamentos da Qualidade

O IBGE, como órgão nacional de estatística, vem cada vez mais ampliando a abrangência temática e geográfica para o levantamento de suas pesquisas, objetivando atender a demandas do governo federal para a formulação e implementação de políticas públicas. Isto caracteriza a relevância das estatísticas produzidas pelo IBGE.

1 Objetivo estratégico 1.5 - Garantir a construção, o desenvolvimento e a implementação do gerenciamento, da avaliação e do monitoramento da qualidade, em busca da melhoria contínua para aumentar a compreensão das informações estatísticas pelos usuários. (Planejamento Estratégico 2004 - 2007 - IBGE)

Visando o alcance desse objetivo, o IBGE promove reuniões, comissões, fóruns e conselhos consultivos, relacionados a seguir, onde são realizadas discussões sistemáticas sobre a produção de informações em suas diversas áreas temáticas, sobre questões conceituais e metodológicas, além de levantar informações que auxiliam na definição das prioridades.

- Conselho Consultivo do SNIPC
- Comissão Consultiva do Censo Demográfico
- Comissão Consultiva do Censo Agropecuário
- Comissão Consultiva de Estatística de Mortalidade
- Fórum de Discussão de Estimativas e Projeções da População
- Comitê Técnico das Contas Regionais do Brasil
- Fórum de Discussão da Conta Satélite de Turismo Regional
- Fórum de Discussão do PIB Municipal
- Comissão Consultiva de Estatísticas Ambientais

Além disso, o IBGE também tem como atribuição organizar as Conferências Nacionais de Estatística e de Geociências - CONFEST e CONFEGE, que objetivam a revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, com base na Lei 5.878/73.

Devido a uma necessidade cada vez menor de realizar ajustes no calendário de divulgação das pesquisas anuais e especiais (bimestre de liberação dos dados), constata-se uma melhoria continua no planejamento de divulgação, e que esforços vêm sendo feitos para manter a pontualidade como um aspecto positivo na qualidade das pesquisas.

A disponibilização dos calendários de divulgação das pesquisas conjunturais, anuais e especiais aos usuários, sempre ao final de cada exercício, na página do IBGE na Internet, revela um compromisso da Instituição com toda a Sociedade, além de evidenciar um comprometimento da Instituição na manutenção dos prazos divulgados. O calendário das pesquisas mensais e trimestrais também é disponibilizado na página do *Special Data Dissemination Standards* – SDDS do Fundo Monetário Internacional – FMI.

Outro salto qualitativo, diz respeito ao compromisso do IBGE em estabelecer e cumprir, a partir de 2004, metas institucionais referentes à elaboração de uma série de Relatórios Metodológicos das pesquisas conjunturais, estruturais da área econômica e estruturais da área sociodemográfica. Isso caracteriza um aprimoramento na divulgação de informações, pois até 2003 só eram divulgados os resultados quantitativos referentes a cada pesquisa.

A qualidade das estimativas previamente publicadas reside na precisão que elas apresentam. Considerando que fatores como mudanças metodológicas, erros detectados, novos dados e/ou dados mais completos podem comprometer a qualidade desta precisão, o IBGE procede e publica as revisões para algumas das estatísticas produzidas. Para a maioria das pesquisas e indicadores, o procedimento estabelecido é anunciar as possíveis alterações metodológicas, pelo menos um mês antes que elas sejam divulgadas, por meio de mensagem disponibilizada na página do IBGE na Internet.

Avanços significativos têm sido feitos no IBGE, no que se refere às questões de qualidade na produção de informações, que usa metodologias comparáveis com as melhores práticas internacionais, e busca adotar métodos e técnicas apropriadas, modernas e de baixo custo para a realização das etapas de coleta, entrada de dados, codificação, crítica, imputação, estimação e disseminação.

2.3 Gestão da Imagem e do Relacionamento com o Cidadão- Usuário

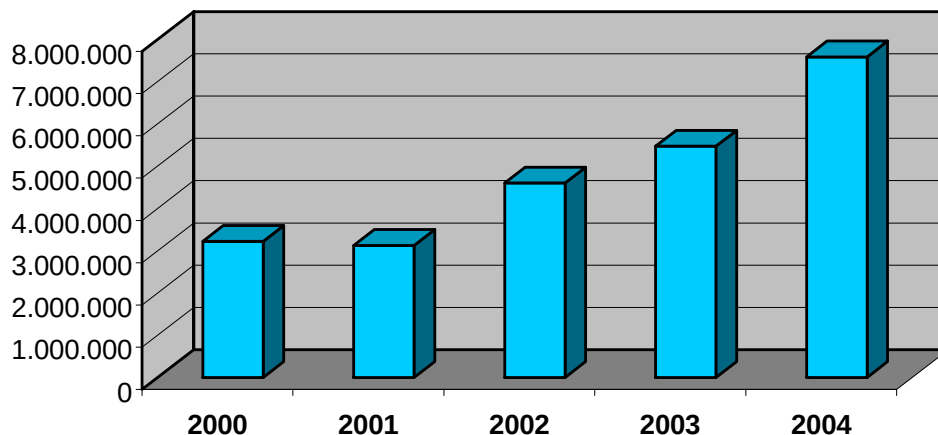
Conhecer cada vez mais a sociedade brasileira em suas necessidades de informações é uma tarefa que o IBGE vem aprimorando, com vistas à oferta do produto adequado, resultado do estreitamento entre a organização e o cidadão-usuário .

Dentre os resultados desse estreitamento, pode-se citar a disponibilização facilitadora das informações produzidas pelo IBGE em meios e formas acessíveis aos diversos segmentos usuários, gerando-se, assim, canais de comunicação reconhecidos, expressiva e freqüentemente utilizados por esses segmentos, como meios impresso e digital, publicações e bases de dados.

Através da internet, de bibliotecas, de livrarias, de lojas virtuais, de centro de atendimento- 0800 e de correspondência, o IBGE oferece um riquíssimo acervo de informações com mais de 50 mil monografias, 1.150 títulos de periódicos, 20 mil mapas e cartas, 100 mil documentos legislativos sobre a divisão territorial do Brasil, 110 mil fotografias e os resultados de aproximadamente 50 pesquisas e estudos conjunturais, econômicos, sociodemográficos e geocientíficos.

O número de atendimentos à sociedade vem aumentando significativamente, conforme demonstrado no Gráfico 1. As demandas solicitadas por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas do IBGE, incluindo o auto-atendimento no portal do IBGE na internet, passam de cerca de 3 milhões de atendimentos no ano de 2000 para cerca de 7,5 milhões de atendimentos no ano de 2004.

GRÁFICO 1. Número de Atendimentos realizados pelo IBGE



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, 2004

O IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações, devido, principalmente, à grande oferta de informações encontrada em seu portal na Internet. Com o objetivo de ampliar suas ações com o foco no cliente, o IBGE realiza, desde 2003, pesquisas de satisfação dos usuários que procuram as suas bibliotecas e livrarias localizadas nos centros de atendimento nas capitais dos estados brasileiros. A pesquisa está inserida no Programa de Qualidade no Serviço Público, e objetiva avaliar a qualidade dos serviços públicos pela percepção do cidadão enquanto usuário desses serviços, e orientar o gestor público sobre as melhorias prioritárias.

As expectativas quanto aos indicadores de atendimento, cujos resultados são apresentados no item 2.5.4, mostra que essas têm sido superadas, o que tem facilitado o planejamento nacional e o esclarecimento da população. Desta forma, o IBGE contribui de maneira decisiva para o compromisso de governo de "promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia".

Cabe também citar que o IBGE, na busca permanente da melhor interação com o cidadão- usuário, abriu novos segmentos dos quais a Instituição se tornou parceira. Atualmente, tanto o segmento infantil e jovem, quanto os portadores de deficiência visual ganharam um espaço no portal do IBGE na Internet onde podem obter, segundo suas necessidades e limitações, e com a mais atualizada tecnologia, as informações objeto de seus interesses.

No atendimento à demanda por microdados das pesquisas da área econômica e do universo do Censo Demográfico – sob restrição para liberação de uso, o IBGE, em sua política de interação com a sociedade, institui comitês para avaliar a relevância dos

projetos de pesquisadores não pertencentes à Instituição. Constatada e comprovada por esses comitês a necessidade da utilização da base de dados de microdados não disponíveis para uso público, o IBGE disponibiliza condicionalmente tais informações – sob assinatura de termo de compromisso de sigilo e utilização somente para fins estatísticos. A abertura de mais este segmento vem colaborar para o fortalecimento da imagem da Instituição - produtora de informações fundamentadas na credibilidade e integridade, e aceitas nacionalmente pela confiança pública.

O quadro a seguir (Quadro 14) apresenta os principais canais de veiculação dos produtos do IBGE, discriminando sucintamente o conteúdo e o segmento usuário.

QUADRO 14 - Principais canais de relacionamento do IBGE com o Cidadão-Usuário

CANAL	CONTEÚDO	SEGMENTO
Portal na Internet		
Banco Multidimensional de Estatística – BME (1)	Dados desagregados das pesquisas institucionais	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA	Dados agregados das pesquisas institucionais	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
IBGE 7 a 12 ANOS	Informações estatísticas e geográficas e jogos de caráter educativo	Jovens na faixa etária de 7 a 12 anos; professoras e orientadores educacionais
IBGE Teen	Informações estatísticas e geográficas e jogos de caráter educativo	Adolescentes; professoras e orientadores educacionais
Brasil em Síntese	Síntese das informações divulgadas pelo IBGE, apresentadas em gráficos, tabelas e mapas.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
IBGE modo TEXTO	Principais indicadores conjunturais, dados do Censo 2000, principais pesquisas	Portadores de deficiência visual
Cidades@	Informações sobre os municípios brasileiros	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Perfil dos Municípios Brasileiros	Informações sobre a oferta dos serviços municipais, finanças públicas, aplicação dos recursos, programas sociais, infra-estrutura urbana, estrutura administrativa e instrumentos de planejamento adotados. (7)	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Servidor de Mapas	Consulta, visualização e impressão de mapas temáticos	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Brasil - 500 anos de povoamento	História da construção do território nacional.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Estatísticas do Século XX	Tabelas para <i>download</i> com estatísticas populacionais, sociais, políticas, culturais e econômicas.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Memória Institucional	Evolução histórica da Instituição; apresentação dos pioneiros do IBGE; depoimento dos servidores que contribuíram para o processo de formação e evolução do IBGE.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Censo 2000	Principais informações sobre a operação censitária, desde o seu planejamento até a divulgação de resultados.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral

QUADRO 14 - Principais canais de relacionamento do IBGE com o Cidadão-Usuário

(continuação)

CANAL	CONTEÚDO	SEGMENTO
Portal na Internet		
Classificações Estatísticas / CONCLA	Tabelas de códigos e descrições referentes às classificações estatísticas nacionais, para temas selecionados, usadas no sistema estatístico e nos cadastros administrativos do País e as classificações internacionais a elas associadas.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Comunidade Européia Mercosul	Informações relativas ao Projeto de Cooperação Estatística entre a Comunidade Européia e os países do Mercosul.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
ENCE	Acesso ao sítio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Biblioteca	Acervos de informações estatísticas e geocientíficas.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Catálogo do IBGE	Publicações do IBGE, impressas e eletrônicas, editadas a partir de 1970 para os Censos e a partir de 1980 para os demais estudos e pesquisas, bem como cartas, mapas e cartogramas, impressos e eletrônicos, a partir de 1980. (8)	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Questionários Eletrônicos	Aplicativos para preenchimento e envio de questionários de pesquisas	Público em geral
IBGE wap	Informações sobre o IBGE wap - acesso por telefone celular wap.ibge.gov.br	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Loja Virtual (2)	Aquisição de publicações; sistemas; e de serviço de assinaturas de bancos de dados	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Correio eletrônico (3)	Demandas específicas e esclarecimentos sobre produtos do IBGE	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Outros Canais		
Livrarias do IBGE e privadas (4)	Publicações do IBGE. Pesquisas, estudos, mapas, cartas, e outros.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Bibliotecas	Publicações do IBGE. Pesquisas, estudos, mapas, cartas, e outros.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Centro de Atendimento 0800 (5)	Esclarecimentos sobre produtos do IBGE.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Telefonia celular (6)	Indicadores conjunturais, estimativas da população, e outras informações atualizadas no instante da divulgação.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Correspondência	Publicações do IBGE. Pesquisas, estudos, mapas, cartas, e outros.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral
Salas de acesso restrito	Microdados não disponíveis ao uso público.	Pesquisadores, acadêmicos, planejadores, estudantes, público em geral

(1) Acesso pago pelo usuário

(2) A Loja Virtual é responsável por cerca de 47% das vendas em todo o País

(3) webmaster@ibge.gov.br ou ibge@ibge.gov.br

(4) Atualmente existem 29 livrarias do IBGE em todo o território nacional, e convênios firmados com 79 livrarias privadas

(5) Centro de Atendimento : 0800-218181

(6) Telefonia celular – tecnologia WAP – acesso por telefone celular wap.ibge.gov.br

(7) A obtenção da base de informações municipais e do censo demográfico 2000 requer a instalação do *Estatcart: sistema de recuperação de informações georreferenciadas*, disponível para compra nas lojas do IBGE.(8) Inclui, ainda, arquivos digitais contendo informações sobre diversos temas, fornecidos mediante solicitação para ibge@ibge.gov.br.

2.4. Gestão da Informação

2.4.1 Comunicação Interna

A agilidade e a amplitude de alcance da comunicação interna são premissas fundamentais para que o IBGE cumpra sua missão institucional. Assim, além de reuniões sistemáticas que ocorrem no dia-a-dia das equipes constituídas, para facilitar o fluxo de comunicação e estimular a participação de servidores dos diferentes níveis hierárquicos no processo decisório institucional, o IBGE vem utilizando arranjos organizacionais mais flexíveis, como comissões, comitês e grupos de trabalho, que garantem o adequado saneamento de possíveis disfunções estruturais.

Destacam-se alguns grupos formais existentes na instituição, tais como a Comissão de Planejamento e Organização Geral dos Censos, que através de reuniões periódicas acompanha o desenvolvimento das atividades censitárias, decidindo sobre questões estratégicas e orientando o andamento dos trabalhos; o Comitê de Coordenação de Treinamento responsável pela definição dos programas anuais de treinamento; o Comitê de Acompanhamento das Unidades Estaduais, dentre outros.

Além disso, o IBGE possui um sistema de comunicação e informação em rede, que permite aos seus servidores terem acesso às informações institucionais a se comunicarem, a otimização e automação do fluxo de trabalho e a diminuição do trâmite de documentos. Esse sistema permite a utilização do correio eletrônico (e-mail), a navegação na WEB (internet e intranet) e a consulta a bancos de dados.

Ao longo dos últimos anos houve significativa modernização na intranet do IBGE, de tal modo que, hoje, além do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, a Presidência, cada uma das Diretorias e algumas Unidades Estaduais possuem sua página específica, tendo como conteúdo não somente notícias, mas também legislações pertinentes a cada área temática, instruções para procedimentos internos, disseminação de textos técnicos e informações gerenciais, tornando a consulta à página uma prática necessária ao desenvolvimento de atividades rotineiras e ao processo de tomada de decisão. A atualização sistemática das informações disponibilizadas na intranet e a busca pelo seu aprimoramento, tornado-a cada vez mais eficiente, demonstra a relevância de seu papel dentro da instituição, consolidando-se como um importante instrumento de comunicação organizacional.

O *Clipping* Eletrônico é uma outra forma de veicular informação na rede do IBGE, cujo objetivo é disseminar, em nível nacional, as notícias impressas divulgadas nos jornais e

revistas do Brasil e do exterior, visando informar todos os servidores a respeito da evolução e importância dos temas afetos às atividades exercidas pelo IBGE.

Outra ferramenta interna utilizada como meio de comunicação, entre a direção e seus servidores, é o Boletim Informativo - B.I., que objetiva a divulgação de assuntos de interesse geral / institucional.

No âmbito da Diretoria de Pesquisas (DPE), é disseminado desde 1996 o "Informe DPE", cuja periodicidade das informações é trimestral. Ele é um canal aberto para que todas as Coordenações e Gerências da linha de assessoramento da Diretoria possam registrar o andamento das atividades que estão sendo desenvolvidas. Este Informe é disponibilizado na Intranet da DPE, com acesso permitido para a Sede e para todas as Unidades Estaduais; além de ser publicado e distribuído à todas as Diretorias do IBGE.

Um dos destaques na área de comunicação foi a criação de Central de Atendimento, na Intranet, destinada a solucionar problemas internos relacionados com os serviços de informática da Organização, registrando através de formulário eletrônico a solicitação desses serviços. Com o registro formal e o acompanhamento, o atendimento pelas áreas prestadoras tornou-se mais dinâmico e eficaz, além de promover uma maior integração entre as áreas.

A transmissão de eventos em tempo real propiciou aos servidores acompanharem os eventos mais importantes realizados durante o ano de 2004, compartilhando ainda mais o conhecimento produzido pela instituição, como: o Encontro das Unidades Estaduais, o II Seminário sobre Mudança do Referencial Geocêntrico no Brasil, dentre outros.

2.4.2. Sistemas Gerenciais

O IBGE utiliza alguns sistemas gerenciais que facilitam os processos de tomada de decisão, entre os quais podem ser destacados:

A) Sistemas Institucionais

O Sistema de Informações Gerenciais – SIGER busca auxiliar os gerentes no processo de tomada de decisão, contendo informações sobre os recursos humanos, materiais e orçamentários. No segmento sobre os recursos humanos estão disponíveis informações sobre o quadro de servidores do IBGE – número de servidores, escolaridade/titulação, tempo de serviço público, e evolução salarial. No segmento de recursos materiais é possível obter dados sobre todos os imóveis (próprios, cedidos e alugados) e veículos, bem como os gastos anuais realizados com a manutenção. Já no segmento de

orçamento, estão disponíveis informações consolidadas das solicitações de suprimento de fundos realizadas pelas diferentes unidades da instituição, como também informações sobre a execução orçamentária do IBGE, segundo os principais itens de despesas e gastos com custeio por gestor.

O Banco de Dados Administrativos – BDA é um conjunto de sistemas informatizados que auxilia na racionalização de algumas atividades administrativas a partir do qual são emitidos relatórios gerenciais e operacionais. Os principais itens são: almoxarifado, bens móveis, bens imóveis, protocolo, veículos, telefones, e recursos humanos (servidor, dependente, inativo). Estão sendo desenvolvidos outros sistemas a serem agregados ao BDA, tais como diárias, suprimento de fundos e contratos.

O Sistema Informatizado de Atos Deliberativos do IBGE – SIAD, é o sistema utilizado para a divulgação de todos os atos deliberativos (resoluções, portarias e ordem de serviço) das diversas instâncias estratégicas e técnicas do IBGE.

O Sistema Gerencial de Acompanhamento da Rede de Coleta - SIGA-Rede integra três temas gerenciais: o acompanhamento físico, o orçamentário e a carga de trabalho das pesquisas que constam do cronograma de coleta anual. Tal sistema é um gerenciador que permite não só o atendimento dos recursos necessários, como também, devido à transparência nas informações, a tomada de decisão da direção superior. O módulo “Orçamento” foi disponibilizado às Unidades Estaduais, desde janeiro de 2003, e ao longo desses dois anos, foi possível aprimorar uma rotina de solicitação de recursos orçamentários on-line, trazendo, fundamentalmente, uma melhoria na qualidade de solicitação e atendimento, além de gerar uma total transparência na gestão dos recursos pela Diretoria de Pesquisas.

B) Sistemas Federais

O IBGE utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, para os registros de documentos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, através do acesso on-line. A operação do referido sistema, se dá de forma descentralizada nas 27 Unidades Estaduais do IBGE, sendo supervisionada e orientada pela Unidade Central.

Na obtenção de informações, o IBGE utiliza, também, o Contas a Pagar e Receber - CPR - que é um subsistema do SIAFI desenvolvido de forma a otimizar o processo de programação financeira dos órgãos/entidades ligadas ao Sistema, proporcionando informações em nível analítico e gerencial do fluxo de caixa. Através do SIAFI gerencial é possível efetuar consultas e gerar relatórios, e a tomada de decisão se processa através do acompanhamento da execução contábil, orçamentária e financeira.

Como ferramenta de apoio à gestão do Plano Plurianual - PPA, o IBGE utiliza o Sistema de Informações Gerenciais – SIGPLAN, que vem a ser o elo entre o Programa, o gerente, a supervisão e os demais agentes envolvidos no PPA. O Sistema reflete as características do modelo de gerenciamento, quais sejam: a orientação para resultados, a desburocratização, o uso compartilhado de informações, o enfoque prospectivo e a transparência para a sociedade. Além disso, o Sistema organiza e consolida informações para a emissão periódica de relatórios de situação, contendo principalmente os resultados alcançados e a evolução física e financeira de cada Programa.

É através do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE que o IBGE processa automaticamente a folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas. A partir de janeiro de 2002, o IBGE passou a operar também o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos/Cadastro – SIAPcad. Do total de Unidades do IBGE, 11 operam no SIAPE como Unidades Pagadoras – UPAGs, localizadas nos estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro (2 unidades), Rio Grande do Sul e São Paulo.

Através da disponibilidade de informações confiáveis e atualizadas extraídas da fita-espelho do SIAPE, o IBGE elabora relatórios gerenciais necessários à reformulação de políticas e diretrizes de Recursos Humanos e gera arquivos para a elaboração das folhas de ponto e atualização dos sistemas internos - Banco de Dados Administrativo - BDA e Sistema de Informações Gerenciais - SIGER, entre outros.

No Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, o IBGE registra seus documentos e efetua consultas *on-line*. Este sistema permite que a Instituição cadastre todos os servidores que irão efetuar os devidos registros, inclusive fornecendo senhas. Nas contratações de serviços e aquisições de bens e equipamentos para atendimento à infraestrutura e suporte operacionais de suas Unidades, o IBGE utiliza o portal COMPRASNet, onde são visualizadas e efetivadas as aquisições desde a mais simples compra direta até os grandes e vultosos pregões.

A utilização do SIASG e do portal COMPRASNet se dá de forma descentralizada, com operação em todas as Unidades Estaduais do IBGE. A dificuldade encontrada na sua utilização, no momento, está na emissão de relatórios fundamentais à gestão dos documentos que são registrados, como por exemplo: os contratos e os cronogramas.

Visando garantir a atualização, a consistência, e a qualidade das informações institucionais, o IBGE consulta permanentemente a legislação afeta às atividades de cada área, no Diário Oficial da União - DOU, na Internet nos portais do Governo Federal e, quando necessário, apresenta sugestões visando à adequação às normas internas,

fazendo parte também do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, recebendo e trocando informações.

Em que pese a importância e utilidade desses instrumentos para a gestão da informação, é reconhecida a necessidade de ações, visando à integração do mesmo, para que haja maiores eficiência, eficácia e economicidade da gestão institucional, tendo em vista a abrangência temática e espacial do IBGE.

2.5. Gestão Operacional

2.5.1 Descrição dos Resultados Alcançados em 2004

As atividades desenvolvidas pelo IBGE são de fundamental relevância para a consecução do Plano Plurianual do Governo Federal, uma vez que as informações produzidas subsidiam a formulação do planejamento estratégico nacional de médio e longo prazos, a avaliação dos impactos socioeconômicos de programas de governo, os estudos especiais em apoio às definições de políticas públicas, o acompanhamento sistemático da conjuntura econômica, o desenvolvimento de projetos que demandem referencial geométrico e de localização e a realização de estudos e pesquisas socioeconômicos, demográficos e ambientais.

Ademais, no contexto das orientações gerais que têm norteado as ações governamentais, o IBGE vem continuamente desenvolvendo esforços no sentido de avançar na qualidade de seu trabalho, com transparência em suas ações e modernização de seus processos para o melhor atendimento às demandas, tanto governamentais quanto da sociedade em geral.

A seguir são descritos os resultados alcançados pelo IBGE ao longo do exercício de 2004 nas atividades e projetos dos programas institucionais e nas ações do IBGE desenvolvidas nas áreas de formação acadêmica e modernização tecnológica; bem como a sua participação em eventos nacionais e internacionais. Os resultados referentes a Ação Capacitação dos Servidores são apresentados no item 2.7.3 - Valorização do Servidor (Gestão de Pessoas).

A) Informações Estatísticas e Geocientíficas

Em 2004, foram mantidas as ações regulares de produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas conjunturais, estruturais, e de análises geográficas e ambientais, bem como a produção de informações de natureza geodésica e cartográfica.

No que diz respeito às pesquisas conjunturais, fundamentais para as ações governamentais a curto prazo, transcorreram de acordo com a programação mantendo-se o quantitativo de resultados previstos até dezembro de 2004.

Objetivando o alcance dessas metas, foram realizados treinamentos destinados a realização das seguintes pesquisas: Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF e Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - PIMES; Pesquisa Mensal de Comércio - PMC; os Encontros Gerenciais da Pesquisa Mensal de Emprego - PME e do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC. Foram também realizados todas as supervisões de coleta previstas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA.

Merecem destaque algumas outras atividades que vêm propiciar o aprimoramento da qualidade das estatísticas produzidas, permitir a maior agilidade na divulgação dos resultados e ampliar, através da expansão da abrangência geográfica e da incorporação de novos temas, a gama de informações a ser disponibilizada para o maior conhecimento da realidade do País em suas dimensões sociodemográfica e econômica.

Em 2004 o IBGE realizou mais um avanço no sentido da estruturação e comparabilidade, inclusive internacional, das informações da área econômica ao disponibilizar a segunda edição da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que traz a correspondência com a *International Standard Industrial Classification* - Revisão 3.1, da Divisão de Estatísticas da ONU. A CNAE é a classificação adotada na produção e disseminação de estatísticas econômicas e na organização de cadastros da Administração Pública do País.

Foram também divulgados os resultados do Cadastro Central de Empresas do IBGE – CEMPRES, que constitui um importante acervo de dados sobre a atividade econômica do País, reunindo informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais da Instituição nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. As informações do CEMPRES foram divulgadas desagregadas por níveis da CNAE e por grandes regiões, unidades da federação e municípios das capitais, abrangendo informações sobre pessoal ocupado e salários pagos nas empresas, nos órgãos da administração pública e em entidades sem fins lucrativos, integrantes do Cadastro em 2002. Foram disponibilizados, ainda, indicadores de diversificação e concentração para a Indústria, Comércio e Serviços; notas técnicas e análise dos resultados, com enfoque sobre o aumento do número de empresas sem empregados assalariados em 2002, a tendência de interiorização da economia dos grandes centros para os municípios do interior, e aspectos da dinâmica demográfica das empresas no País, nos anos de 2001 e 2002, por segmentos econômicos selecionados.

Ainda a partir dos dados do CEMPRE, foi divulgado, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos. O estudo apresenta um perfil dessas fundações relativo ao ano de 2002 e o seu crescimento entre os anos de 1996 e 2002, anos que correspondem, respectivamente, ao primeiro ano de divulgação do CEMPRE e aos últimos dados disponíveis.

Com relação à indústria, teve início a divulgação de resultados da Pesquisa Industrial Mensal–Produção Física (PIM-PF) reformulada, com série de dados retroagindo a janeiro de 2002. A nova PIM-PF tem como base o novo Sistema de Estatísticas Econômicas, incorpora uma ampla revisão do painel de informantes e de produtos, utiliza nova estrutura de ponderação dos índices com base na Pesquisa Industrial Anual – Empresa / PIA-Empresa e na Pesquisa Industrial Anual – Produto / PIA Produto para o triênio 1998 – 2000, e adota novas classificações de atividades e nomenclaturas de produtos. Esta revisão da PIM-PF propicia, também, as condições de ordens técnica e metodológica necessárias para que se inicie o planejamento da Pesquisa de Preços ao Produtor, com vistas ao cálculo do Índice de Preços ao Produtor - informação nova a ser produzida pelo IBGE.

Iniciou-se também em 2004 a divulgação da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) revisada, tendo como referência o ano de 2002. O principal objetivo dessa revisão, que teve como base o novo Sistema de Estatísticas Econômicas, foi a redefinição de variáveis e ampliação do âmbito da pesquisa visando aumentar seu grau de representatividade do setor, contemplando, ainda, a modernização da operacionalização do levantamento de informações.

Ainda com relação às informações para a indústria, é importante mencionar a realização da segunda Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC) que foi a campo em 2004, tendo 2003 como ano de referência das informações. Assim como a primeira PINTEC, realizada em 2001/2002, a nova PINTEC conta com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O objetivo básico é mensurar o volume de recursos financeiros e humanos destinados às atividades de pesquisa, com o propósito de dimensionar o esforço da indústria brasileira em promover a inovação tecnológica. O cruzamento das informações da PINTEC com as que compõem o levantamento anual sobre a estrutura produtiva da indústria (Pesquisa Industrial Anual / PIA – Empresa), possível graças a uma base metodológica comum, permite a construção de indicadores comparativos de empresas inovadoras face às

demais empresas. Os primeiros resultados da pesquisa serão divulgados no primeiro semestre de 2005.

No que se refere às informações de natureza econômica, especificamente sobre o setor de serviços e de comércio, foram realizadas novas atividades. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) passou a divulgar resultados que refletem a ampliação e uma maior desagregação das atividades do comércio varejista em todas as unidades da federação, permitindo um acompanhamento mais refinado do comportamento do comércio no curto prazo. Além disso, foi dado início o projeto de implantar, gradativamente, no período 2004 – 2007 e a partir da Pesquisa Anual de Serviços (PAS), os levantamentos de informações específicas dos vários segmentos dos serviços através de módulos, pesquisas complementares ou satélites, com o objetivo de construir um Subsistema de Informações de Estatísticas de Serviços. Nesse sentido, em 2004 iniciou-se a coleta de informações, com vistas ao Módulo de Serviços de Engenharia.

Com base no acervo de informações do Censo Agropecuário 1995-1996, foi divulgado o estudo sobre Caracterização do Setor Produtivo de Flores e Plantas Ornamentais no Brasil 1995–1996. Os resultados apresentados enfocam os estabelecimentos que declararam como atividade principal a produção de flores e plantas ornamentais à época da pesquisa, segundo a propriedade das terras, área total, condição do produtor, receitas, despesas, mão-de-obra, insumos e tecnologias utilizados na atividade, investimentos, entre outros indicadores do nível de modernidade e especialização da floricultura brasileira.

Foram também disponibilizadas informações sobre finanças públicas dos municípios brasileiros através da divulgação dos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada em 1999 e 2001, junto às prefeituras dos 5.507 municípios brasileiros então existentes. Os resultados encontram-se agregados por faixas de tamanho populacional dos municípios, grandes regiões e unidades da federação, e abrangem os principais eixos temáticos contemplados na pesquisa, como a dimensão, estrutura e evolução das receitas e despesas municipais, as fontes de recursos dos municípios brasileiros e as despesas por função. Destacam-se, neste último caso, informações sobre educação e cultura, e saúde e saneamento, devido ao seu alcance social e por terem sido, na última década, os principais alvos de políticas de descentralização administrativa do Governo Federal.

Há que se destacar também empreendimentos na área de Contas Nacionais que dizem respeito às Contas Satélites. Em conjunto com o Ministério da Saúde e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o IBGE iniciou o desenvolvimento de metodologia que possibilite a elaboração da Conta Satélite de Saúde. Em 2004 deu-se continuidade

ao projeto de Conta Satélite de Turismo que conta com o apoio do Ministério do Turismo e a EMBRATUR, através de Acordo de Cooperação Técnica assinado ao final de 2003.

A Conta Satélite de Turismo é um mecanismo estatístico criado com a finalidade de verificar a real participação do setor de turismo na formação econômica de um país, seja através da sua participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB), seja através da incidência do setor em outros segmentos econômicos. Para tanto, o projeto visa desenvolver ações destinadas à elaboração de metodologia para a Conta Satélite de Turismo - nacional e regional, conforme as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial de Turismo (OMT), compatível com o Sistema de Contas Nacionais do País, e o planejamento, tratamento, análise e organização das fontes de informações para elaboração do referido trabalho. O trabalho é desenvolvido em conjunto com órgãos estaduais de estatística, Secretarias de Turismo, Ministério do Turismo, e EMBRATUR. No âmbito desse projeto, em 2004, algumas ações merecem destaque.

No que se refere a informações sobre o setor informal da economia do País, cabe mencionar a realização da Pesquisa de Economia Informal Urbana (ECINF). A partir de Convênio de Cooperação Técnica, assinado em 2003, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a ECINF foi a campo em 2004. Esta é uma pesquisa por amostragem de domicílios situados em áreas urbanas, onde se busca identificar os trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados em atividades não agrícolas e visa captar o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira no território nacional urbano. Os resultados, cuja divulgação terá início em 2005, permitirão identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas que deixam de ser captadas, ou são apenas parcialmente captadas pelas fontes estatísticas disponíveis; dimensionar o peso real destas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento; ampliar a base de informações necessárias para o Sistema de Contas Nacionais; e subsidiar os estudos sobre condições de trabalho e remuneração, em particular aqueles relacionados às situações de pobreza urbana no país.

Quanto às informações de natureza sociodemográfica, merece destaque a divulgação da Síntese de Indicadores Sociais 2003. Elaborada principalmente a partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2002, este trabalho reúne um significativo conjunto de indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, grupos populacionais específicos e trabalho de crianças e adolescentes, entre outros aspectos. A publicação apresenta, ainda, a relação das metas e objetivos traçados na agenda global do desenvolvimento, acordada pelos países signatários da Declaração do Milênio

de 2002, bem como os indicadores selecionados para subsidiar o monitoramento desses progressos no Brasil, com base nas fontes disponíveis no IBGE.

No âmbito das estatísticas de natureza sociodemográfica, destaca-se, a cada ano, pela riqueza de informações que levanta e disponibiliza, a realização e a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Em 2004 o IBGE divulgou os resultados da PNAD 2003, para o conjunto do País, com a publicação Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003 - Volume Brasil”. Além desse volume, também foi divulgada a Síntese de Indicadores, com resultados selecionados da pesquisa, abrangendo informações referentes a 2002 e 2003, bem como indicadores retrospectivos de rendimento relativos ao período de 1993 a 2003, para Brasil e Grandes Regiões.

No que se refere à realização da PNAD 2004, quatro novos empreendimentos, apresentados a seguir, merecem destaque:

- A coleta de informações foi ampliada, incluindo a área rural do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, com resultados a serem divulgados em 2005.
- A partir do interesse do Ministério da Educação, através do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na realização de investigação complementar para aprofundamento de questões relativas à frequência a creches, a PNAD 2004 realizou o levantamento de quesitos adicionais para investigação de características complementares de educação e acesso à merenda escolar, cuja divulgação de resultados está prevista para 2005.
- A PNAD 2004 também realizou investigação sobre o acesso dos domicílios a algumas transferências de renda promovidas por programas sociais do Governo Federal, provenientes da Auxílio Gás, Bolsa Família, Cartão Alimentação do Programa Fome Zero, Benefício Assistencial de Prestação Continuada, Bolsa Escola, e Programa de erradicação do Trabalho Infantil. Os resultados serão divulgados em 2005.
- A PNAD 2004 levantou as informações para o Suplemento sobre Segurança Alimentar. Estudos anteriores conjugados à experiência de outros países mostram que pesquisas por amostra, como a PNAD, possibilitam investigar as informações necessárias ao estabelecimento de uma escala de segurança alimentar. Desta forma, a partir de convênio assinado com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), foi levado a campo o Suplemento, como fruto da necessidade cada vez mais acentuada de planejamento e avaliação de políticas públicas e do compromisso de erradicar a fome, por meio de ações integradas que aliviem as condições de miséria assumido pelo Governo Federal, o que tem como objetivo gerar indicadores sobre a situação da população em termos de segurança alimentar. Esses resultados do Suplemento estarão disponibilizados em 2006.

Ampliando a disponibilidade de informações na área social, em 2004, o IBGE divulgou os primeiros resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). A POF tem por objetivo fornecer informações sobre a composição orçamentária doméstica, a partir da investigação dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas, bem como sobre a percepção das condições de vida da população brasileira, com representatividade para Brasil, grandes regiões (área urbana e rural), unidades da federação (área urbana) e municípios das capitais (área urbana).

O primeiro volume da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003 - Primeiros Resultados - Brasil e Grandes Regiões apresenta tabelas sobre despesas, rendimentos, aquisição alimentar domiciliar *per capita* e avaliação subjetiva das condições de vida, por estratos geográficos e por classe de rendimento mensal. Além desse volume, foram divulgadas mais duas publicações. O volume Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil, que traz estudo realizado a partir dos dados relativos a aspectos nutricionais e a medidas antropométricas da população brasileira adulta. Esse estudo foi fruto de parceria celebrada com o Ministério da Saúde que visou a investigação de temas de interesse específico. O volume "Aquisição alimentar domiciliar per capita – Brasil e Grandes Regiões – 2002-2003" apresenta os resultados referentes às quantidades da aquisição alimentar domiciliar *per capita*, no ano, de alimentos e bebidas da população residente no Brasil em diferentes detalhamentos geográficos, classes de rendimentos e formas de aquisição. As quantidades de produtos foram obtidas de forma direta em cada domicílio selecionado, ou seja, foram informadas pelas famílias pesquisadas.

Ainda no que se refere às estatísticas sociais, cabe mencionar o planejamento da Pesquisa sobre Cor e Origem. A importância e atualidade do tema "Cor e Origem" aliada à premência requerida para sua implementação levam esta pesquisa a investigar, de forma mais abrangente possível, a percepção, a construção e o uso das categorias étnico-raciais no País, objetivando subsidiar com seus resultados uma reflexão mais aprofundada da qualidade dos levantamentos do IBGE, no que diz respeito a essas características da população brasileira, viabilizando a revisão do atual sistema da categoria de cor nas pesquisas domiciliares e no próximo Censo Demográfico de 2010.

Em 2004 foi realizada a etapa de treinamento de entrevistadores com vistas à realização de mais uma Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS) que irá a campo em 2005, com o apoio do Ministério da Saúde, levantando informações referentes a 2004/2005. A última AMS teve como referência o ano de 2002. A pesquisa tem por objetivo o levantamento de informações cadastrais e gerais sobre os estabelecimentos de saúde no País, sejam públicos ou privados, com ou sem internação. As informações desse

trabalho são fundamentais à identificação de demandas regionais de investimentos públicos no setor, notadamente em relação à organização municipalizada da gestão dos recursos.

No âmbito da divulgação dos procedimentos adotados pelo IBGE no processo de produção de informações de natureza estatística, visando a maior transparência para seus usuários, em particular, e para a sociedade, em geral, foram divulgados os seguintes volumes da Série Relatórios Metodológicos: Contas Nacionais Trimestrais; Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) -3ª edição; Indicadores Conjunturais da Indústria: Produção; Indicadores Conjunturais da Indústria: Emprego e Salário; Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa); Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica; Produto Interno Bruto dos Municípios; e Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Cabe mencionar, na área de cooperação internacional, o trabalho conjunto no âmbito dos países do MERCOSUL e Chile que se encontra em andamento objetivando o cálculo de Índices de Preços ao Consumidor Harmonizados (IPCH), integrado pelos produtores dos Índices de Preços ao Consumidor oficiais dos países: na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, os Institutos Nacionais de Estatística e no Paraguai, o Banco Central do Paraguai. Em 2004 o IBGE foi responsável pela preparação, edição e divulgação do Relatório Técnico com os procedimentos e conceitos aplicados no cálculo dos IPCH e a apresentação de séries históricas de índices correspondentes ao período 1999/2003.

No âmbito da Ação Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, deu-se continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos com vistas à atualização sistemática de textos e cartas dos temas de geologia, vegetação, geomorfologia, solos, recursos hídricos e climas, com o objetivo de se constituir o Banco de Dados Georreferenciados de Recursos Naturais, bem como a análise das informações sobre a organização do território – subsídio fundamental às atividades de planejamento atendendo às demandas de informações espaciais. Dentre os trabalhos produzidos, destacam-se, entre outros, a conclusão do Mapa do Estado do Amapá, escala 1:750.000 (Cobertura e Uso da Terra, Geologia, Geomorfologia, Solos e Vegetação), Mapa de Caracterização da Bacia do Rio Jamari, Inventário das Espécies da Flora de Restinga, Inventário das Espécies da Flora do Cerrado, Inventário das Espécies da Fauna Ictiológica Brasileira, duas Cartas de Hidroquímica da Região Nordeste, oito Cartas de Geologia, oito Cartas de Vegetação, oito Cartas de Geomorfologia, oito Cartas de Solos, Banco de Dados associado à Folha NA.19 - Pico da Neblina, Vocabulário Básico de Meio Ambiente (atualização) e o Estudo Comparativo do Potencial Florestal do estado do Amapá (relatório).

Em 2004, destaca-se ainda o lançamento dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) – Brasil 2004, resultado de um movimento internacional – intensificado a partir da ECO 92 e coordenado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da

ONU – para consolidação de indicadores internacionais compatíveis, permitindo o acompanhamento do tema em escala mundial. Tendo sua primeira edição publicada pelo IBGE em 2002, a segunda edição do IDS é dividida em quatro áreas de interesse – ambiental, social, econômica e institucional. Contém um conjunto de 59 indicadores, dentre eles 12 novos, sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento brasileiro, trazendo inúmeras informações, entre elas, o uso dos recursos naturais e a degradação ambiental, sobre a população, trabalho, educação, saúde, desempenho macroeconômico e financeiro.

Em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade (22 de maio), o IBGE lançou o Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil. O primeiro, resultado de uma parceria entre o IBGE e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), traz a área aproximada que ocupa cada um dos seis biomas continentais brasileiros, sua descrição e a proporção de sua presença nas 27 unidades da federação, além de indicar as áreas alteradas pela presença humana (antropismo). O segundo, que serviu de referência para o primeiro, reconstitui a situação da vegetação no território brasileiro na época do descobrimento pelos portugueses e mostra os grandes conjuntos vegetacionais que ocorrem no país. Aprimorados pelo avanço da tecnologia de mapeamento e geoprocessamento, bem como da pesquisa científica, o Mapa de Biomas e o Mapa de Vegetação têm grande utilidade para a análise de cenários e tendências dos diferentes biomas e servem como referência para o estabelecimento de políticas públicas diferenciadas e para o acompanhamento, pela sociedade, das ações implementadas.

Na área de Geografia, destacamos o Mapa Mural do Brasil, escala 1: 5.000.000, Densidade Populacional por Setor Censitário e o Zoneamento Ecológico-Econômico do Delta do Parnaíba – Textos para Discussão no 1 – Diretoria de Geociências. Ressaltamos ainda o lançamento do Atlas de Saneamento, do Atlas Geográfico Escolar Multimídia e do Atlas Nacional Digital do Brasil.

Lançado no Dia Mundial da Água (22 de março), o Atlas de Saneamento tem como tema central a água, considerada um bem de domínio público, cuja gestão deve ser descentralizada e participativa. O Atlas revela, em mapas, a difusão espacial das redes de saneamento do território brasileiro, apresenta os resultados da Pesquisas Nacional de Saneamento Básico 2000 e, pela primeira vez, interpreta dados a partir das bacias hidrográficas, o que o torna um importante instrumento de avaliação da eficiência dos serviços de saneamento básico prestados pelas diferentes esferas governamentais.

O Atlas Geográfico Escolar Multimídia, lançado na 18ª Bienal do Livro de São Paulo, representa a versão multimídia do Atlas Geográfico Escolar do IBGE. Utilizando avançados recursos digitais, a nova versão usa ilustrações animadas para indicar as atuais teorias sobre o surgimento do Universo, a formação dos continentes, conceitos e

técnicas em cartografia, entre outras informações, tornando-a uma versão interativa, atraente e de fácil consulta.

Por último, mas não menos importante, foi lançado Atlas Nacional Digital do Brasil, a mais nova ferramenta de visualização, consulta e análise das estatísticas e mapas produzidos pelo IBGE. Totalizando três *gigabytes* de informações, sendo 420 mapas, 1.030 fotos, 532 textos e 30 vídeos em 1.410 camadas de dados, trata-se do maior volume de dados já reunidos em uma única publicação do IBGE que, pela primeira vez, utiliza o formato DVD Rom. Reunindo dados dos Atlas Nacional, Atlas do Censo Demográfico 2000, Atlas de Saneamento, Atlas Geográfico Escolar e o Atlas Nacional Digital do Brasil constitui um valioso acervo de recursos informacionais para o entendimento da complexa realidade do país.

Quanto às atividades de Mapeamento Topográfico de Referência, que buscam avançar no conhecimento do território brasileiro em nível de detalhe e precisão adequados ao ritmo de crescimento e diferenciação da demanda por informações espaciais, foram observados avanços, dando continuidade à capacitação técnica dos envolvidos nos processos de fotogrametria digital, com a atualização do Manual de Reambulação (identificação dos topônimos e outros elementos que constituem a folha topográfica), visando a melhoria dos procedimentos de campo através de adequação de metodologias associadas aos trabalhos de apoio suplementar e reambulação.

Além disso, em 2004, foram otimizadas as atividades relacionadas à carga e ao gerenciamento de dados estruturados a serem incorporados à Mapoteca Digital, bem como ao preparo para impressão, recobrimento de vazios cartográficos tradicionais tais como: Bahia, Maranhão e Pará e atualização cartográfica por sensoriamento remoto.

Das informações cartográficas digitais, deve-se destacar a produção de 169 fotografias digitais que serviram de base para a confecção de três mapas Estaduais (Amapá, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e Mapas do Brasil nas escalas de 1:2.500.000 e 1:5.000.000.

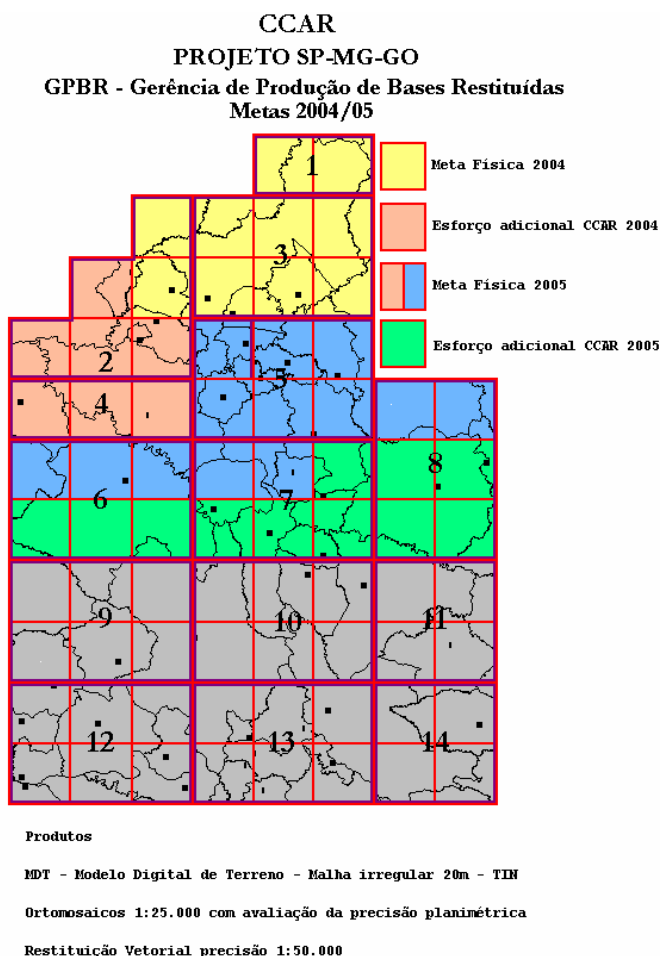
Também foram relevantes os trabalhos de campo envolvendo fotografias recentemente obtidas de áreas dos Estados de São Paulo, Minas e Goiás, desenvolvidas no âmbito do projeto SP/MG/GO (Gráfico 2), ampliando o leque de informações (dez ortofotos nas escalas 1:25.000, bem como 169 fotos aéreas) a serem disponibilizadas e divulgadas, pós tratamento gráfico, à sociedade. O Projeto concluiu em 2004 a restituição de dez folhas topográficas nas escalas 1:50.000.

Em convênio com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA) foram concluídos os trabalhos relativos ao Vazio Cartográfico da Bahia sendo

geradas oito bases planimétricas e oito cartas-imagem. Cabe ressaltar o fator pioneiro dessas bases cartográficas, elaboradas a partir do sensor SPOT4. Ainda com relação ao mapeamento de vazios cartográficos foram executadas atividades de apoio e reambulação para a elaboração de treze bases cartográficas em parte dos Estados do Maranhão e Pará.

No que diz respeito à conversão de cartas e mapas foram validadas 62 bases cartográficas em atendimento ao convênio com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA), com 61 folhas em processo de validação previstas à conclusão em 2005. Quanto à vetorização de cartas topográficas, na escala 1:250.000, utilizando-se o software I/Geovec., foi realizado no Rio de Janeiro, no período de 03 a 07 de maio de 2004, o treinamento de dinamização do processo, onde foram capacitados oito técnicos das Unidades Estaduais de Goiás, Bahia, Santa Catarina e Pará, atendendo, dessa forma, à solicitação da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais - CREN.

Gráfico 2. Projeto SP, MG, GO - Metas 2004 / 2005

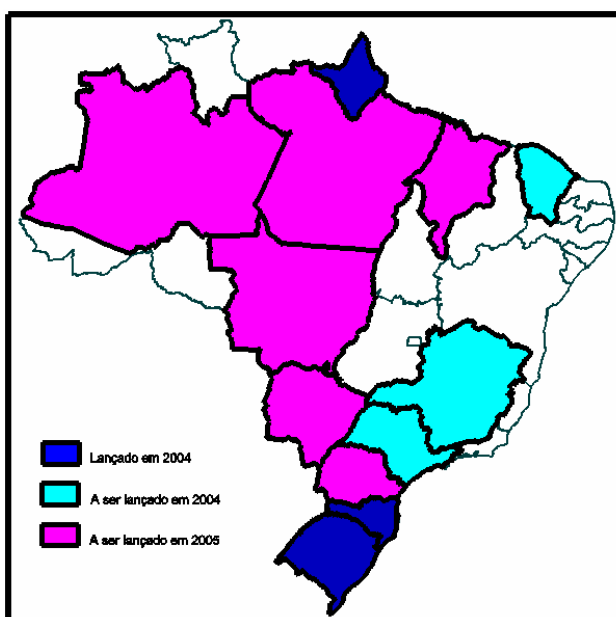


Fonte: Diretoria de Geociências, fevereiro de 2005

Quanto ao Mapeamento Municipal, em 2004, foi atualizada e consolidada a malha municipal, visando a disseminação dessa informação em 2005. Para tanto, foram realizados treinamentos para utilização do programa de Elaboração de Mapeamento Municipal Digital - SISCART na versão 2.80 e SISCART AT, que viabiliza a incorporação das atualizações de campo em todos os setores de Base Operacional; bem como de todas as Gerências de Geodésia e Cartografia (GGC), que atuam como coordenadores do processo de atualização da Base Territorial (BT). Visando a capacitação dos técnicos para atuação no Projeto Sinalização em Gabinete, foram executadas reuniões de instrução em todas as Unidades Regionais do IBGE. A Coordenação do Censo Vertente Rural coordenou os processos de instalação da versão mais atual do SISCART em todas as unidades do IBGE, os treinamentos necessários, e a atualização de campo de 1.214 municípios. Em cooperação com outras gerências da Coordenação de Cartografia (CCAR), foram iniciados estudos para elaboração de bases municipais com insumos de imagens e ortofotos, bem como a atualização a partir de informações de campo e sinalização em Gabinete.

Em relação ao mapeamento geográfico, foram produzidos os mapas estaduais do Amapá, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as bases para São Paulo, Minas Gerais e Ceará (para verificação junto aos estados), e uma nova versão do Mapa do Brasil 1/ 5000 000 e 1/ 2500 000. Cabe ressaltar a elaboração de bases em diversas escalas para atender as publicações do IBGE.

Gráfico 3. Mapeamento Geográfico



Fonte: Diretoria de Geociências, fevereiro de 2005

Em 2004 foram desenvolvidos estudos iniciais para atualização da Base Territorial utilizando técnicas de sensoriamento remoto. Nessa área também foram realizados

estudos para possibilitar a incorporação / atualização do mapeamento topográfico usando diversos sensores. Na Gerência de Fotogrametria, foram iniciados testes para verificar o *Shuttle Radar Topographic Mission (SRTM)* quanto ao mapeamento, bem como a possibilidade de avaliar a aplicabilidade do *China – Brazil Earth Resources Satellite (CBERS2)*, a partir de pares estereoscópicos. Foram também modelados os aplicativos para automatização de atividades relacionadas ao Projeto Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo (CIM), bem como atividades relacionadas ao Mapeamento Municipal. Além desses aplicativos foram desenvolvidas rotinas para a conversão de mapotecas em diversas versões.

A manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) está diretamente ligada à implantação e conservação das estações geodésicas – base para o mapeamento e diversas obras de engenharia. Para tanto foi dada continuidade às tarefas de implantação e manutenção das estações, distribuídas nas redes passivas do SGB – planimétricas, altimétricas e gravimétricas, e nas redes ativas – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS (RBMC) e Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG).

A implantação das redes passivas consiste em construção, medição, processamento e disponibilização de dados da estação geodésica para o usuário através do Banco de Dados Geodésicos. Ao longo de 2004 foram construídos 1.227 novos marcos geodésicos (607 altimétricas, 617 gravimétricas e 3 planimétricas), foram medidos 1.553 marcos geodésicos (576 altimétricas, 919 gravimétricas e 58 planimétricas), e foram processadas 1.356 estações (404 altimétricas, 688 gravimétricas e 264 planimétricas).

Em relação à manutenção das estações – o que significa manter o banco de dados geodésicos atualizado com informações relativas ao estado de conservação das estações bem como sua localização para facilitar a sua reocupação pelos usuários, os técnicos das agências do IBGE - distribuídas por todo território, estão sendo treinados conforme prevê o Projeto de Verificação da Realidade Física dos Marcos do SGB – VRF. Nesse contexto, foram visitadas 4.080 estações Geodésicas.

Em 2004 foram inseridas no banco de dados geodésicos 4.130 informações, sendo 2.479 informações referidas ao novo referencial geodésico – SIRGAS.

Ainda no contexto dos trabalhos da área de geodésia, cabe destacar a conclusão da medição da Rede Estadual GPS do Ceará; a divulgação dos resultados das Redes Estaduais GPS de Mato Grosso do Sul e da Bahia; a operação de mais cinco estações da RBMC (Varginha, Uberlândia, Montes Claros, Governador Valadares e Belém); a disponibilização, na Internet, de 4.632 arquivos de rastreamento de sinais GPS pertencentes às estações da RBMC; a implantação, nas dependências da Coordenação de Geodésia -

CGED, de uma Estação protótipo para monitoramento do sinal GPS em tempo real. Esta Estação, denominada RIO1, pertence à Rede Mundial de Correção em Tempo Real do Sinal GPS e servirá de referência para a modernização da RBMC; a produção, até o momento, de 822 arquivos de registros de maré e meteorológicos referentes às estações Macaé e Imbituba; a instalação e Operação da Estação da RMPG em Salvador; a conexão das Estações SIRGAS e mareógrafo de Fortaleza a rede gravimétrica; a densificação gravimétrica em Minas Gerais, Paraná e São Paulo; o treinamento realizado na Gerência de Geodésia e Cartografia - GGC de Fortaleza, contemplando a revisão de métodos de coleta de dados gravimétricos; a densificação Altimétrica em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Recife e Minas Gerais e o treinamento de VRF em parte das agências de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraíba e Alagoas.

Com relação às parcerias realizadas no âmbito da Geodésia, destacam-se: com a Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN, da Marinha do Brasil, sobre a reorganização do Programa GLOSS (Sistema Global de Observação do Nível do Mar) no Brasil; medições gravimétricas no Equador em missão conjunta com o IBGE, IGM/Equador e USP, objetivando o refinamento do Mapa Geoidal na América do Sul e no Brasil; convênios firmados com o Comando do Exército/Instituto Militar de Engenharia - IME, para implantação da Estação Rio de Janeiro incorporada à Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo; com a Universidade Regional do Cariri, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Maria e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais para manter em atividade as estações RBMC de Crato/CE, Recife/PE, Viçosa/MG, Porto Alegre/RS, Santa Maria/RS e Cuiabá/MT, respectivamente; e com a Petróleo do Brasil S.A. – Petrobras, a Companhia Docas de Imbituba – CDI e o Centro de Hidrografia da Marinha – CHN para o estabelecimento das condições de colaboração na operação e manutenção das estações da RMPG em Macaé/RJ, Imbituba/SC e Salvador/BA.

Destacamos ainda, o Projeto Pontos Culminantes, uma parceria entre IBGE e Instituto Militar de Engenharia (IME), que tem como principal objetivo medir com absoluta exatidão as altitudes dos pontos mais elevados do país, utilizando recursos mais modernos e novas tecnologias como GPS – Sistema de Posicionamento Global. O projeto proporcionará uma atualização dos dados cartográficos em todo território nacional, bem como a correção dos valores das altitudes brasileiras que ajudará a atualizar as cartas aeronáuticas. Em 2004 foram medidos os Picos da Neblina, 31 de Março, Bandeira, Pedra da Mina, Agulhas Negras e Cristal.

Na área de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia – responsável pela implantação, em larga escala, da geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à

disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente); pela modernização dos procedimentos de produção cartográfica, e pela consolidação do sistema de produção cartográfica digital – dos quinze postos de trabalho modernizado e em condições de produção, entendidos como sistemas instalados, somente cinco encontram-se em processo de aquisição de equipamentos para sua modelagem, tendo em vista restrições orçamentárias. A não implantação desses sistemas poderá vir a acarretar impactos nos projetos vinculados à Ação do Mapeamento Topográfico de Referência, que dependem do desenvolvimento de sistemas e da modernização de seu parque computacional.

Na área de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, em 2004, os acessos aos serviços de atendimento do IBGE ultrapassaram a 7,5 milhões de usuários, apontando para um crescimento em torno de 38% em relação a 2003. O Portal do IBGE, na rede Internet, é o líder absoluto em preferência do usuário (por volta de 95% do total de acessos). Responsável por esse desempenho expressivo de acessos aos serviços de atendimento, o Portal do IBGE oferece informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE através de canais de bancos de dados, bem como canais temáticos e de conteúdo histórico, incluindo ,entre outros, uma loja virtual para a aquisição de produtos. Cabe citar que em 2004 o Portal do IBGE ficou entre os três primeiros colocados no resultado do Prêmio Top 3 do iBEST - júri popular e oficial.

Cabe registrar que as informações produzidas pelo IBGE continuam sendo objeto de freqüentes solicitações por organismos e entidades internacionais, dentre os quais podem ser citados: Organização das Nações Unidas (ONU); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL); Fundo Monetário Internacional – FMI; *Population Reference Bureau*; Instituto Nacional de Estatísticas da Bolívia; Instituto Nacional de Estatísticas e Informática do Peru; e *International Sugar Organization*.

Conforme previsto no exercício passado, foi implantado em 2004, sempre buscando ampliar ações com foco no cliente, o sistema de indicadores de desempenho do atendimento de correspondência por e-mail. O sistema utiliza o endereço eletrônico de atendimento do IBGE – ibge@ibge.gov.br e vem demonstrando resultados satisfatórios, o que significa dizer que 76% das correspondências são atendidas em até um dia, 12% em até 3 dias e 12% em mais de 3 dias, fazendo com que o tempo médio total do atendimento as correspondências tenha sido de 1,94 dias.

Paralelamente a todas essas ações, a área de disseminação vem implementando semestralmente a pesquisa Satisfação dos Usuários, realizada com os usuários das bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o Brasil, objetivando avaliar a qualidade da

prestação dos serviços públicos. Observou-se que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade comprovando-se tal assertiva através da Taxa Geral de Satisfação, mensurada no 1º semestre de 2004, em 115,41% e mantendo-se constante no 2º semestre do exercício.

B) Recenseamentos Gerais

A Contagem da População, operação censitária que normalmente se realiza no intervalo entre dois Censos Demográficos, tem como objetivo principal permitir a melhoria substancial da qualidade das estimativas anuais e das projeções de população incrementando sua precisão, e levantar informações a respeito dos programas sociais voltados para a população de baixa renda, entre outras. O Censo Agropecuário visa o levantamento de informações de fundamental importância para o planejamento, execução e avaliação de políticas regionais e nacionais, de desenvolvimento do meio rural e do setor agrícola.

Em 2004 foram desenvolvidas ações de planejamento e preparo para a realização do Censo Agropecuário e da Contagem da População. Com vistas à realização da coleta de dados em 2005, foram planejadas para o ano de 2004 as ações preparatórias, sendo a principal delas a atualização do conjunto de mapas e cadastros que apoiam a coleta de dados e a divulgação de resultados denominado Base Territorial, dividida em duas vertentes: URBANA e RURAL.

Contudo, a não concessão de recursos orçamentários complementares impediu a execução de etapas preparatórias essenciais para a realização da coleta de dados em 2005, obrigando a uma reprogramação das operações de campo para 2006. Por fim, a ausência de recursos para os projetos na proposta orçamentária de 2005, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, inviabilizou também essa alternativa. As avaliações feitas pela direção e pelo corpo técnico do IBGE foram desfavoráveis à realização da Contagem da População em 2007, mas indicaram a viabilidade e a extrema necessidade de se realizar o Censo Agropecuário, que teve seu último levantamento feito em 1996.

Em função das mudanças de planos ocorridas ao longo do ano de 2004, não chegaram a ser iniciadas muitas das tarefas de preparo das operações censitárias, sendo parcialmente mantidas aquelas relacionadas à Base Territorial, tendo em conta que tais atualizações no mapeamento servirão às futuras operações censitárias, independentemente da época em que venham a ser realizadas, e também a outros estudos e pesquisas do IBGE.

No âmbito do Projeto Sinalizações de Gabinete foram incorporadas ao acervo de mapas e cadastros as alterações captadas durante a coleta de dados do Censo 2000 e de outras pesquisas, bem como informações obtidas junto a órgãos públicos e entidades diversas, abrangendo limites municipais e intra-municipais, áreas de assentamentos rurais, de preservação ambiental, estradas, arruamentos etc. Foram iniciadas também as atualizações em campo, visando solucionar casos não passíveis de correção em gabinete. Paralelamente às atualizações citadas, desenvolveram-se outras atividades como capacitação de pessoal, inventários e aquisições de documentos relativos às alterações havidas na divisão político-administrativa, desenvolvimento e implantação de sistemas e uma ação de Acompanhamento da Divisão Territorial Brasileira - DTB.

Para a Vertente Urbana da Base Territorial, foi prevista a realização das seguintes atividades:

- ◆ Planejamento – elaboração de manuais, referências, normas técnicas e outros.
- ◆ Desenvolvimento e implementação de sistemas – capacitação, acompanhamento e supervisão das equipes;
- ◆ Preparo da Base – inventário e aquisição de documentação (legislação sobre divisas inter e intramunicipais, mapas de cidades e vilas em escala cadastral, cadastros etc.); atualização cartográfica (em gabinete e no campo); planejamento da malha setorial; e elaboração de Mapas de Localidades Estatísticas (MLEs).

No primeiro trimestre do ano de 2004, as unidades estaduais trabalharam na reprodução de mapas e relatórios com vistas à seleção de áreas para atualização em campo; no repasse de instruções para as agências do IBGE e nos testes dos sistemas computadorizados (Base Operacional Geográfica 2005 e Base Territorial) implantados pela Diretoria de Informática. A partir do segundo trimestre e até o final do quarto trimestre, as unidades estaduais trabalharam com as atividades de atualização cartográfica (gabinete e campo); com o planejamento da malha setorial e com a elaboração dos Mapas de Localidades Estatísticas (MLEs). Uma equipe técnica da Diretoria de Geociências – Coordenação de Estruturas Territoriais (DGC/CETE), acompanhou, em cada unidade estadual, o desenvolvimento dessas atividades, a exceção do Ceará, de Minas Gerais e de São Paulo.

Todas as atividades previstas foram totalmente desenvolvidas, exceto aquelas referentes à atualização cartográfica, ao planejamento da malha setorial e à elaboração dos MLEs, cuja realização alcançou apenas 80% do previsto (de 2.500 municípios previstos foram atualizados em campo 2.000 municípios). A não contratação de pessoal e a não aquisição dos equipamentos necessários, no prazo previsto, concorreram decisivamente para a não conclusão dessas atividades.

O sistema computadorizado de acompanhamento da produção da vertente urbana que vinha sendo desenvolvido pela DGC/CETE teve sua responsabilidade transferida para a Diretoria de Informática. Visando a melhoria das atividades desenvolvidas nessa área, foi elaborado um novo sistema de acompanhamento dos trabalhos da Base Territorial – vertentes urbana e rural – chamado SIGB, já implantado para testes na unidade estadual do Rio de Janeiro.

Também durante o ano de 2004, relativamente à Base Territorial, foram analisadas questões sobre:

- ◆ Criação de Município, Criação de Distrito e Alterações de Divisas para as estimativas de populacionais 2004, visando a informação a ser passada para o TCU.
- ◆ Questionamentos de usuários internos e externos sobre: Divisas estaduais e municipais; subordinação de localidades e toponímia.

No Quadro 15 são apresentados os materiais produzidos pelo CDDI em 2004 para atender os trabalhos de atualização da Base Territorial.

Quadro 15. Materiais produzidos pelo IBGE em 2004 / Atualização da Base Territorial

TÍTULO	ATENDIDO
Manual do Censo - Atualização Cartográfica Vol. 8	abril
Manual do Censo - Edição da Malha Digital Vol. 10	abril
Ficha de Atualização de Gabinete - FAG	maio
Manual do Censo - Elaboração do Mapa Municipal	maio
Manual do Censo - Georreferenciamento de Arquivos	maio
Manual do Censo - Administração do Sistema SISCART Vol.4	agosto
Manual do Censo - Implantação do Siscart Vol.1	agosto
Manual do Censo - Implantação do Siscart Vol.2	agosto
Manual do Censo - Implantação do Siscart Vol.7	agosto
Manual do Censo - Visualização do Servidor Siscart Vol. 3	agosto
Manual do Censo - Noções Básicas de Cartografia	setembro
Manual do Censo - Lançamento da Atualização Cartográfica	outubro

Apesar das mudanças no plano de execução das pesquisas censitárias e, sobretudo, confiando na realização do Censo Agropecuário, foi dada continuidade aos estudos e às discussões técnicas com vistas a aperfeiçoar ainda mais os questionários, de forma a melhor atender à demanda reprimida por informações atualizadas do setor agropecuário e ambiental.

A seguir são listadas as atividades mais relevantes, realizadas em 2004, relativas ao planejamento do Censo Agropecuário:

- ◆ Elaboração de versão preliminar do Questionário Geral atendendo a recomendação da FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação;
- ◆ Elaboração dos instrumentos de coleta e recursos instrucionais;
- ◆ Revisão e redefinição do conteúdo técnico, em função da aplicação do teste de campo em outubro de 2003;
- ◆ Reuniões com o INCRA para atender demandas de inclusão de quesitos no questionário que possibilitem melhor identificação dos assentamentos, quilombos e aldeias indígenas;
- ◆ Adaptações e testes no Sistema de Informações Gerenciais da Coleta – SIGC;
- ◆ Início das discussões para definir crítica, apuração e imputação de dados;
- ◆ Início de estudos para definição do sistema de tabulação dos dados;
- ◆ Preparação dos originais e impressão de manuais e outros instrumentos utilizados no projeto de Atualização da Base Territorial;
- ◆ Elaboração do Convênio de Cooperação Técnica para cessão de informações entre o IBGE e outros órgãos, visando à atualização da Base Territorial.

Em relação à Contagem da População, no ano de 2004, foram executadas as seguintes atividades:

a) Planejamento

- ◆ coordenação das discussões, no âmbito da DPE, com vistas à definição do conteúdo do questionário;
- ◆ participação em reuniões com equipes dos Ministérios das Minas e Energias, das Cidades e do Desenvolvimento Social a fim de avaliar demandas temáticas para o conteúdo do questionário;
- ◆ elaboração da versão preliminar do Questionário, Folha de Coleta, Folha de Domicílio Coletivo e Caderneta do Setor;
- ◆ elaboração da versão preliminar dos manuais do Recenseador, do Supervisor, do Agente Censitário Municipal e da Coordenação Técnica;
- ◆ elaboração da versão preliminar do Roteiro de Estudo para o Recenseador, Teste Inicial, Caderno de Exercícios e do Álbum Seriado para o Treinamento;
- ◆ elaboração de planilhas com a previsão de recenseadores e supervisores a serem contratados temporariamente e das quantidades dos instrumentos a serem utilizados no treinamento, na coleta do Teste Piloto e na pesquisa propriamente dita.

b) Crítica e entrada de dados

- ◆ elaboração da crítica quantitativa do questionário e da folha de coleta;

- ◆ elaboração do Manual do Operador da Crítica Quantitativa do questionário e da folha de coleta;
- ◆ elaboração dos aplicativos Domicílio e Responsável, sistema DIA;
- ◆ definição do conteúdo das variáveis da folha de coleta e da pesquisa propriamente dita, para a entrada de dados;
- ◆ definição do conteúdo das variáveis do questionário para a entrada de dados;
- ◆ elaboração do Manual Técnico com conceitos e definições para os Centros de Captura de Dados.

c) Tabulação

- ◆ elaboração do plano tabular de divulgação dos resultados preliminares.

d) Acompanhamento e controle

- ◆ avaliação dos indicadores produzidos pelo Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta, com vistas à adequação para a Contagem da População.

e) Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta

- ◆ elaboração do manual de batimento, reconciliação e crítica;
- ◆ elaboração do caderno de exercícios e álbum seriado para o treinamento da fase do batimento e reconciliação;
- ◆ elaboração dos instrumentos de coleta da Pesquisa de Avaliação;
- ◆ especificação do Sistema de acompanhamento, crítica e entrada dos dados consolidado do batimento;
- ◆ elaboração do manual do instrutor para o treinamento do batimento, reconciliação e crítica.

Também fez parte da fase de planejamento das operações censitárias a criação de um projeto exclusivo para instalação das Comissões Censitárias Municipais (CCMs). Tais Comissões têm por finalidade propiciar a atuação conjunta IBGE/Sociedade, dando transparência aos trabalhos censitários desde as etapas preparatórias até o final da coleta de dados. Esta ação conjunta visa obter o envolvimento das comunidades locais, buscando compartilhar as tarefas de preparo dos mapas que orientarão a coleta, apoio para a instalação adequada das equipes locais e divulgação das operações censitárias; bem como contar com o acompanhamento e a colaboração da sociedade durante a coleta de dados.

Visando ao aperfeiçoamento de suas operações de coleta, tratamento e disseminação de dados estatísticos, o IBGE deu início, em setembro de 2004, à construção de um Cadastro Nacional de Endereços de Domicílios. Quando operacional, este cadastro propiciará à Instituição uma atuação mais eficiente no planejamento, na seleção de amostras e na supervisão da coleta de suas pesquisas. O cadastro possibilitará,

também, a realização de pesquisas domiciliares por via postal ou mesmo pela Internet. A sociedade será beneficiada através da utilização do cadastro na associação de informações estatísticas àquelas referidas a endereços.

Em um país com as dimensões e desigualdades do Brasil, a criação e, em especial, a manutenção de um cadastro desta natureza apresenta-se como um gigantesco desafio. Para enfrentá-lo, o IBGE necessitará não apenas concentrar, nesta tarefa, seus recursos humanos, financeiros e materiais mas, sobretudo, desenvolver uma grande rede de parcerias com instituições privadas e públicas, cuja atuação envolva o tratamento intensivo de endereços.

Em relação ao Censo Demográfico 2000 e com foco no público-alvo atendido por este programa, cabe destacar a produção, sistematização e disseminação de estatísticas sociais em nível municipal, com a divulgação da publicação Indicadores Sociais Municipais – Censo Demográfico 2000 – que apresenta um conjunto de indicadores sociais da população do Brasil, obtidos através dos dados contidos no questionário da amostra do Censo Demográfico 2000. Tais indicadores fornecem elementos que permitem conhecer importantes aspectos socioeconômicos das condições de vida da população dos municípios brasileiros.

No contexto da exploração dos dados oriundos do questionário da amostra do Censo Demográfico 2000, o IBGE lançou o volume *Tendências Demográficas: Uma Análise dos Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Um Olhar Retrospectivo*, que disponibiliza um conjunto de indicadores e uma análise retrospectiva dos dados demográficos e socioeconômicos para o Brasil, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, abordando, em linhas gerais, temas do Censo Demográfico que englobam a evolução da população; suas características gerais (cor ou raça, religião e deficiência física ou mental), nupcialidade; fecundidade; mortalidade infantil; migração; deslocamentos; trabalho e rendimento; famílias e domicílios.

C) Ensino de Graduação e Pós - Graduação

Na área de ensino da graduação, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), contou em 2004 com 28 professores em seu quadro permanente e com 15 professores colaboradores. No conjunto, foram oferecidas 44 disciplinas em 93 turmas a 321 alunos, totalizando 6.732 horas-aula nos dois semestres, em dois turnos (manhã e noite). Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu 15 bolsas aos alunos de graduação, garantindo assim a participação dos alunos em atividades de monitoria e iniciação científica. No exercício de 2004, foram graduados 18 alunos.

Nos meses de janeiro e fevereiro, foram oferecidos cursos de aperfeiçoamento extracurricular, sobre Linguagem R, SAS *on line*, Análise de Sobrevivência, Banco de Dados ACCESS, Aplicações e Simulações em Processos Estocásticos, para o corpo discente da graduação e pós-graduação, como forma de suprir as demandas do mercado de trabalho. Ao todo, 70 alunos participaram destas atividades.

O estágio supervisionado na ENCE, disciplina eletiva que objetiva especificamente oferecer ao aluno a experiência no campo profissional, propiciando-lhe a complementação do ensino, contou com cerca de 80 alunos de graduação. Os alunos estagiários contaram com a supervisão de dez professores orientadores. As atividades de estágio de alunos da ENCE são sempre reguladas através de convênios firmados pelo IBGE/ENCE e pelas empresas contratantes, sendo necessário estar o aluno matriculado e já haver cursado com aprovação a disciplina Inferência que corresponde ao 5º período.

A ENCE oferece anualmente 120 vagas no ensino de Graduação em Estatística. No ano de 2002 foram 408 candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente para o Vestibular de 2003, realizado em convênio com a Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Já para o Vestibular 2004 inscreveram-se 603 candidatos, com incremento de quase 50% na relação candidato/vaga. Para o vestibular 2005, inscreveram-se 422 candidatos.

O sucesso do curso de graduação da ENCE pode ser avaliado pela inserção de seus egressos no mercado de trabalho. Praticamente 100% dos egressos já saem do curso empregados, e a procura por alunos da ENCE para vagas de estágio supera a capacidade de oferta da escola.

Em nível de pós-graduação a ENCE ofereceu curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, e Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território.

Em relação ao Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, o programa conta atualmente com 18 docentes, todos com título de doutor. Durante o ano de 2004, o programa contou também com a participação de 4 professores colaboradores e visitantes. O programa ofereceu no ano 27 disciplinas, com uma carga horária total de 1.140 horas.

Em 2004 foram defendidas e aprovadas 17 dissertações de mestrado. Sete dos dezessete concluintes eram funcionários do IBGE, que foram licenciados com salário para cursar o mestrado.

O programa tem 113 alunos regularmente matriculados. Destes, 29 ingressaram em março de 2004 através de processo seletivo realizado entre outubro e dezembro de 2003. Desses alunos, 23 são bolsistas (7 financiados pela CAPES e 16 financiados pelo IBGE).

A ENCE oferece anualmente 30 vagas no Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Para o Processo Seletivo realizado para a formação da turma de 2005 inscreveram-se 125 candidatos, demonstrando o interesse despertado pelo programa. Isto reflete um maior reconhecimento da qualidade do ensino oferecido pela ENCE, e é, por outro lado, o resultado de intenso esforço de divulgação e disseminação da Escola, bem como reconhecimento dos resultados que o programa vem obtendo no meio acadêmico e quanto à produção de trabalhos de pesquisa de excelência.

Foram publicados pelo corpo docente da pós-graduação durante o ano de 2004 nove artigos na série Textos para Discussão da ENCE.

Em relação ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, cujo objetivo é aprimorar a formação e a qualificação profissional daqueles que atuam ou pretendam atuar em atividades vinculadas a gestão e organização do espaço territorial, é importante salientar sua estrutura curricular, que explora os conceitos básicos e princípios fundamentais de ecologia, demografia, desenvolvimento sustentado, políticas públicas, planejamento ambiental, gestão do espaço territorial, entre outros. O desenvolvimento do programa privilegia a abordagem multidisciplinar, na consideração do fato de ser a sustentabilidade ambiental determinada pelo balanço entre os diferentes níveis de qualidade do meio ambiente e as potencialidades ecológica, social e econômica.

O curso iniciado em agosto de 2003 finalizou em junho de 2004 sua sétima turma, com 59 candidatos inscritos e 23 selecionados e matriculados. A clientela diversificada foi composta por servidores do IBGE das áreas de pesquisas, de geociências e de Informática, por técnicos de órgãos federais (Ministério da Aeronáutica, FUNAI e ELETROBRAS) e por técnicos de órgãos estaduais (Corpo de Bombeiros), além de profissionais vinculados a empresas privadas.

Durante o ano, foram apresentadas e defendidas com sucesso 12 monografias de Especialização. Em 2004, foram também realizadas, como atividades de complementação ao embasamento teórico-conceitual, visitas a instituições que possuem em suas linhas de ação atividades relacionadas com o meio ambiente e unidades de conservação, tais como: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Parque Nacional da Serra de Teresópolis e Campo de Provas da Restinga de Marambaia.

No ano de 2004 foi feito novo processo seletivo para a montagem da oitava turma do curso que se iniciou em agosto/04 para conclusão em junho/05, onde foram oferecidas 30 vagas para graduados do terceiro grau. Dos 33 candidatos inscritos, e após as etapas: de análise documental e entrevista, 24 foram selecionados e 7 vagas foram preenchidas por reingresso de ex-alunos, totalizando 31 alunos que formam a turma de 2004/2005.

D) Modernização Tecnológica

No âmbito da Ação Sistema Informatizado de Dados Estatísticos, foi consolidado, em 2004, o Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, com a digitalização e a disponibilização eletrônica de alguns acervos da Instituição pelas Unidades do IBGE. Ademais, em 2004, iniciou-se a implementação do projeto GED, com a digitalização da folha de coleta do Paraná e do Rio de Janeiro, Pasta de Leis, Processos D.T.B., Folhas de Ponto, Pastas Funcionais, documentação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, processos das diretorias de Informática e de Pesquisas, além de documentos associados à publicação “Estatísticas do Século XX”, lançada pelo IBGE em 2004.

A partir de 2005, ainda em relação ao Projeto GED, objetiva-se a implantação da tecnologia de Certificação Digital e Assinatura Eletrônica nos documentos do IBGE, a implantação de *Workflow* para agilização e controle de processos administrativos e a substituição dos relatórios em papel por arquivos digitais indexados, buscando-se, desta forma, eliminar a utilização do papel e de outros materiais de consumo envolvidos.

Como estratégia atual, o IBGE obteve grande progresso na implementação do Projeto Software Livre com a construção de um aplicativo *WEB* utilizando o Sistema Operacional Linux Conectiva, desenvolvimento em linguagem PHP, o Servidor *WEB* Apache, base de dados POSTGRES e utilização de OWL - software livre de GED.

As principais vantagens do projeto GED, em ambiente software livre, além de atender à recomendação do atual Governo, são o fato de o conhecimento do produto ser todo adquirido e mantido na Instituição, e o baixo custo de implantação e customização se comparado com a aquisição de um produto GED de mercado.

A contratação de novos *links* para compor a Rede IBGE em 2004, a elaboração do projeto de ligação das Agências Estaduais do IBGE à Rede da Instituição bem como a implantação da mudança física da instalação da Rede, vem garantindo o dinamismo aos serviços de produção institucional. Ainda neste objetivo, foi também executada uma complexa ação de reunião dos equipamentos que compõem o nó central da Rede IBGE

em local único e apropriado, criando-se condições ao melhor compartilhamento de recursos, e evitando-se expressivas limitações e problemas atuais em infra-estrutura.

E) Eventos Nacionais e Internacionais

O IBGE, como órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional e responsável por atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, promove o intercâmbio com entidades congêneres de outros países, acompanhando acordos internacionais que envolvam atividades estatísticas e geocientíficas, fazendo-se representar em eventos nacionais e internacionais, pronunciando-se sobre matéria referente a sua área de atuação, na busca do cumprimento de sua missão institucional.

Nesse sentido, cabe destacar alguns eventos nacionais e internacionais ocorridos no exercício de 2004, nos quais o IBGE atuou de maneira expressiva, como os que são apresentados a seguir.

Em abril de 2004 foi realizado o Seminário Subregional da Conta Satélite de Turismo no Âmbito do Mercosul, em Brasília, promovido pelo Ministério do Turismo do Brasil e a Organização Mundial de Turismo (OMT), com a participação de técnicos do IBGE envolvidos no projeto.

Além do Seminário, no contexto do projeto, o IBGE, em conjunto com o Ministério do Turismo através do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e com apoio da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e da OMT, organizou o Primeiro Curso sobre Conta Satélite de Turismo (CST). O curso teve por objetivo apresentar aos técnicos envolvidos no projeto os conceitos e a metodologia das Contas Nacionais, assim como a metodologia desenvolvida pela OMT para elaboração da Conta Satélite de Turismo Regional. Ao reunir o corpo técnico dos órgãos estaduais de estatística e técnicos das Secretarias de Turismo, o Curso propiciou aos participantes uma relevante oportunidade para que o trabalho de elaboração da Conta Satélite de Turismo se inicie, não só com a garantia de compatibilização e comparabilidade com as Contas Nacionais do Brasil, mas também em conformidade com as recomendações internacionais.

Dentre os eventos ocorridos no âmbito da área geodésica, destaca-se a realização, no Rio de Janeiro, do II Seminário sobre Referencial Geocêntrico no Brasil que, além de divulgar diversos produtos geodésicos, formalizou a parceria no projeto de cooperação com a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA). Nesse seminário foi feita a divulgação do novo Banco de Dados Geodésicos com acesso a internet, do Novo Modelo Geoidal para SAD69 e SIRGAS (MAPGEO2004), e das coordenadas

SIRGAS para todas as estações GPS do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB); também foram fornecidas orientações aos usuários e produtores de cartografia e informações espaciais para a mudança no referencial geodésico, realizados debates e implementações de diretrizes e metas para a futura adoção de um referencial geocêntrico e da metodologia a ser utilizada.

Na área de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, o IBGE continua buscando, cada vez mais, ampliar suas ações com foco no cliente. Com este objetivo, em 2004, foram realizados 43 *workshops* sobre Ferramentas Digitais apresentando produtos que hoje representam o que a Instituição produz de mais moderno, em termos de informática, voltado à cartografia e estatística como: Sistema de Recuperação de Informações (Estatcart), Banco Multidimensional de Estatística (BME) e Sistema de Dados Agregados (Sidra).

Foram realizadas também apresentações institucionais em *workshops* e outros eventos externos, focando a identidade do IBGE e seu papel atual na sociedade. Por conta disso, o IBGE participou do seminário Brasil em Dados, realizado em Brasília, quando o Presidente e técnicos apresentaram as pesquisas elaboradas pela Instituição, os meios de disseminação dos resultados gerados e as ferramentas digitais a serviço do usuário.

Ainda no âmbito da divulgação e disseminação de informações, há que se destacar a participação do IBGE na X Bienal Nacional do Livro, realizada, em São Paulo, em abril, quando foi lançado o Atlas Escolar Geográfico Digital, direcionado ao público infanto-juvenil. Para tanto, o *stand* do IBGE foi modelado tecnologicamente provendo as crianças e jovens de computadores de forma a permitir tanto o manuseio do Atlas como do jogo Conhecendo o Brasil publicado também em CD-ROM. Direcionado ao mesmo público-alvo, foi desenvolvida uma linha de cinco jogos pedagógicos voltada para o uso das informações produzidas pelo IBGE, com previsão de lançamento em 2005.

O IBGE, em parceria com o Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI) do México, organizou o Seminário Internacional sobre Métodos Alternativos para Censos Demográficos, que foi realizado no Rio de Janeiro, no IBGE, nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2004.

Um dos principais objetivos do seminário foi divulgar as experiências do Censo Contínuo da França e da reengenharia para o Censo de População e de Domicílios dos Estados Unidos para 2010, com destaque para a *American Community Survey*, contando com a presença de especialistas de ambos os países. Trata-se de modalidades metodológicas alternativas para Censos Demográficos baseadas em pesquisas contínuas ao longo da década, com a aplicação de amostragem rotativa de áreas e acumulação de

informações, substituindo, total ou parcialmente, a operação convencional concentrada num único ano.

O Seminário contou com participantes da França, Estados Unidos, Espanha, Argentina, Bolívia, Chile, Cuba, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Brasil, e dos organismos internacionais: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Instituto Interamericano de Estatística (IASI), Fundo de População das Nações Unidas – Colômbia (UNFPA) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A realização do Seminário está em sintonia com o calendário de atividades da Comissão de Estatística das Nações Unidas, que realizou em setembro o Simpósio Internacional sobre Censos de População e Habitação e uma reunião do grupo de especialistas para revisar aspectos críticos relevantes para o planejamento da rodada de 2010 dos Censos de População e Habitação, sendo que em cada um desses encontros foi consagrada uma sessão sobre a implantação de metodologias alternativas de levantamentos de censos de população. A Comissão Econômica para a Europa, das Nações Unidas, incluiu em seu calendário o Seminário sobre Novos Métodos para Censos de População, no âmbito da Conferência dos Estatísticos Europeus, realizado em Genebra, em 22 de novembro.

Também foi realizado, em 2004, o *XIV Taller del Trabajo del Proyecto Apoyo al Censo Común del Mercosur, Bolivia y Chile*. Organizado pelo IBGE, o evento contou com o apoio de organismos internacionais (BID/INTAL, UNFPA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e deu continuidade ao plano de trabalho acordado pelos técnicos dos países da região, abordando os seguintes temas:

- ◆ lançamento da Página Web e a Base de Dados Comum, a discussão em torno de sua acessibilidade e seus conteúdos comuns;
- ◆ principais conclusões da avaliação dos Censos da Rodada 2000 e os temas a serem aprofundados para captar as lições apreendidas, com vistas à próxima rodada de Censos;
- ◆ temas emergentes surgidos das novas metodologias aplicadas tanto na América como na Europa.

Além do requerimento conjunto de dar continuidade à harmonização dos conteúdos censitários para o ano 2005, e tendo em vista uma melhoria contínua, serão realizados estudos de abordagens alternativas para o levantamento dos Censos à luz das experiências recentes de organismos internacionais de estatística.

Em março de 2004, O IBGE, por meio da ENCE, apoiou a realização do XVIII Encontro Nacional de Estudantes de Estatística (ENESTE) em suas instalações, com o total de 34 participantes, incluindo nove visitantes de outros estados brasileiros. No encontro, foram oferecidas nove palestras, uma mesa-redonda e quatro minicursos.

Em comemoração ao Dia do Estatístico (29 de maio), foi realizada na ENCE uma tarde de atividades que contou com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. A atividade incluiu 6 horas de palestras para alunos, ex-alunos e a comunidade acadêmica interessada, num total de 130 participantes.

Cabe destacar, ao longo de 2004, a participação do corpo docente e discente da ENCE em eventos como o Encontro Nacional de Estudos Populacionais realizado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), e o Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística (SINAPE), organizado pela Associação Brasileira de Estatística (ABE), entre outros eventos nacionais e internacionais, financiados através dos recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP-CAPES) recebidos pelo programa de mestrado no exercício. Ademais, foram realizados, na ENCE, 26 seminários, contando com 31 palestrantes de diversas instituições e universidades nacionais e internacionais, sendo que quatro dos palestrantes vieram de outros estados, graças aos recursos disponibilizados pela CAPES ao Programa de Mestrado via PROAP.

Os docentes da pós-graduação participam ainda de conselhos ou comissões tais como: Conselho Nacional do Idoso; Conselho Consultivo da ABEP; Conselho Editorial da Revista Brasileira de Estatística; Comissão da Revisão de Critérios de Classificação Socioeconômica da ABIPEME; Conselho Editorial da Revista Brasileira de Administração Pública da FGV; Subcoordenador do GT de População e Gênero da ABEP; Consultor ad-hoc do CNPq; Consultor ad-hoc da Revista Econômica da UFF; Consultor ad-hoc da Revista da ABET; Tesoureiro da Associação Brasileira de Estatística; Presidente do IASI; Comitê Bioética da Fiocruz.

2.5.2 Comportamento das Metas Físicas/Financeiras

A) Programa Informações Estatísticas Geocientíficas

QUADRO 16. Metas Físicas/Financeiras por Ação do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
			LOA 2004	Dotação Atual (A)		
0796.4227-0001	Pesquisas Conjunturais Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	141	141	141	100,0
		Financeiro	5.873.245	5.843.245	5.707.932	97,68
0796.4228-0001	Pesquisas Estruturais da Área Econômica Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	15	15	15	100,0
		Financeiro	3.187.200	3.187.200	3.042.642	95,46
0796.2228-0001	Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	4	4	4	100,0
		Financeiro	3.854.322	3.854.322	3.787.723	98,27
0796.2230-0001	Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas Produto: Usuário Atendido Unid. Medida: unidade	Físico	4.800.000	4.800.000	7.584.724	158,02
		Financeiro	2.566.000	2.566.000	2.436.551	94,96
0796.2665-0001	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais Produto: Resultado Divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	159	159	159	100,0
		Financeiro	1.000.000	815.100	707.190	86,76
0796.2236-0001	Sistema Informat. de Dados Estatísticos Produto: Sistema Mantido Unid. Medida: unidade	Físico	1	1	1	100,0
		Financeiro	12.321.800	12.321.800	11.251.100	91,31
0796.2231-0001	Sistema Geodésico Brasileiro Produto: Estação Geodésica Mantida/implantada Unid. Medida: unidade	Físico	3.000	3.000	4.080	136,0
		Financeiro	700.000	700.000	669.478	95,64
0796.2229-0001	Mapeamento Topográfico de Referência Produto: Mapa divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	900	900	900	100,0
		Financeiro	1.825.000	1.364.926	1.266.690	92,80
0796.4641-0001	Publicidade de Utilidade Pública Produto/ unidade: ação padronizada	Físico	(*)	(*)	(*)	(*)
		Financeiro	300.000	330.000	330.000	100,0
0796.1793-0001	Implantação do Índice de Preço ao Produtor Produto: Pesquisa implantada Unid. Medida: % de execução física	Físico	100	100	15	15,0
		Financeiro	323.648	52.351	49.048	93,69
0796.3596-0001	Implantação do Sist. De Geoprocessamento e Modernização da Cartografia Produto: Sistema implantado Unid. Medida: % de execução física	Físico	15	15	0	0,0
		Financeiro	800.000	800.000	798.334	99,79
0796.5280-0001	Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Produto: Modelo implantado Unid. Medida: % de execução física	Físico	70	70	12.520	17,89
		Financeiro	563.164	0	0	0,0
0796.5290-0001	Desenvol. e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações Produto: Metodologia Desenvolvida Unid. Medida: % de execução física	Físico	20	20	17.390	86,95
		Financeiro	800.000	800.000	611.649	76,46

FONTE - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, 17/01/2005

(*) Ação padronizada

B) Programa Recenseamentos Gerais

QUADRO 17. Metas Físicas / Financeiras por Ação do Programa Recenseamentos Gerais

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
			LOA 2003	Dotação Atual (A)		
1059. 1779- 0001	Censo Agropecuário 2004 e Contagem da População 2005 Produto: Censo divulgado Unid. Medida: % de exec. física	Físico	6	6	5,2	86,67
		Financeiro	29.000.000	18.400.000	14.537.885	79,01
1059. 4641- 0001	Publicidade de Utilidade Pública Produto/ unidade: ação padronizada	Físico	(*)	(*)	(*)	(*)
		Financeiro	1.000.000	0	0	0,0

FONTE - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, 17/01/2005

(*) Ação padronizada

C) Ação Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação

QUADRO 18. Metas Físicas / Financeiras
Ação Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
			LOA 2003	Dotação Atual (A)		
0750. 2000- 0001	Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação Produto: Servidor Capacitado Unid. Medida: unidade	Físico	2.568	2.568	1.544	60,12
		Financeiro	840.820	840.820	358.070	42,59

FONTE - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, 27/01/2005

D) Ação Ensino de Graduação em Estatística e Geociências

QUADRO 19. Metas Físicas/Financeiras Ação Ensino de Graduação em Estatística e Geociências

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
			LOA 2003	Dotação Atual (A)		
1062.2233-0101	Ensino de Graduação em Estatística e Geociências Produto: Aluno matriculado Unid. Medida: unidade	Físico	310	310	321	103,55
		Financeiro	189.750	189.750	86.398	45,53

FONTE - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, 27/01/2005

E) Ação Ensino de Pós-Graduação em Estatística e Geociências

QUADRO 20. Metas Físicas / Financeiras Ação Ensino de Pós-Graduação em Estatística e Geociências

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
			LOA 2003	Dotação Atual (A)		
1062.2234-0101	Ensino de Pós-Graduação em Estatística e Geociências Produto: Aluno matriculado Unid. Medida: unidade	Físico	148	148	144	97,30
		Financeiro	333.830	333.830	218.016	65,31

FONTE - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, 27/01/2005

2.5.3. Restrições e Providências

A) Ação Implantação do Índice de Preço ao Produtor — Código: 0796.1793.0001

A principal restrição ao não cumprimento da meta física planejada está associada à falta de recursos humanos. O projeto Implantação do Índice de Preço ao Produtor (IPP) tem demandado insistentemente novos técnicos com qualificações específicas, que poderão vir quando entrarem os novos concursados ou por transferências internas.

Durante o ano, mesmo não contando com a equipe em um número ideal foi possível trabalhar com vários setores (aço, cimento, química, papel e papelão, plástico, autopeças etc.), em graus distintos de avanço. Foi possível também conhecer melhor metodologias de outros países, aprofundar no estudo do Manual IPP organizado pelo FMI (participando, inclusive, de seu lançamento em Helsinque), conhecer os tratamentos dados a preços na Coordenação de Preços, e preparar questionários eletrônicos que

expressam as negociações com os setores acima mencionados para especificação dos produtos.

Este projeto não foi contemplado na LOA 2005, entretanto, internamente será dada continuidade em etapas que não necessitem de recursos orçamentários. Com o crescimento da equipe será possível fazer frente a novos contatos com os setores que comporão os índices de preços.

Deve-se ter em mente, que a Implantação do Índice de Preços ao Produtor é um projeto bastante aguardado, tanto em agências governamentais, como o Banco Central, como também internamente, no caso das Contas Nacionais, já que o mesmo viria a preencher uma importante lacuna de informação. Além disso, ao público em geral, o IPP será um índice extremamente importante para definir os processos de formação de preços, na medida em que será, por um lado, complementar os índices de preços ao consumidor, e, por outro, poderá contribuir para a discussão do aumento dos preços no nível da própria indústria, demarcando, assim, o movimento de preços em setores intermediários (aço, por exemplo) e final (automóvel).

Por conta de sua importância, o projeto a Diretoria de Pesquisa, responsável pela implementação das medidas, deverá manter, ainda que nas condições atuais, avançando nas negociações com novos setores (automobilístico, farmacêutico, e outros).

B) Ação Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia — Código 0796.3596.0001

A ação Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia é responsável pela implantação, em larga escala, da geotecnologia aplicada à coleta, ao tratamento e à disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente); pela modernização dos procedimentos de produção cartográfica, e pela consolidação do sistema de produção cartográfica digital de forma a obter a infra-estrutura necessária à produção de informações territoriais em formato digital e estruturadas para ambiente de Sistema de Informações Geográficas – SIG. Nesta ação cada posto de trabalho modernizado e em condições de produção constitui um sistema instalado.

No ano de 2004, a Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia teve sua execução impactada por contingenciamentos orçamentários ocorridos em 2004. A liberação de recursos iniciou-se apenas em julho de 2004, sendo que 91,7% do financiamento previsto ocorreu somente no final do ano, resultando na

impossibilidade de conclusão das metas físicas previstas no decorrer do período, conforme planejado.

C) Ação Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor —
Código 0796.5280.0001

A ação encontra-se em fase de implantação gradual. Das 16 novas áreas a serem implantadas duas tiveram o trabalho iniciado até o momento: Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Até dezembro de 2004, o trabalho nestas duas áreas implantadas contemplou procedimentos para montagem de bases cadastrais de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e produtos.

A principal restrição ao não cumprimento da meta física programada está associada a falta de investimentos em tecnologia. Para que o projeto de implantação ocorra de forma satisfatória há necessidade de contratação, de compra de equipamentos de informática, tanto para rede de comunicação quanto para coleta eletrônica de preços (PALM TOPs) e de infra-estrutura.

Este projeto não foi contemplado no Orçamento 2005, entretanto, internamente será dada continuidade em etapas que não necessitem de recursos orçamentários. A não-contemplação do projeto com recursos impedirá a ampliação do sistema que visa acompanhar em todas as unidades da Federação a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias, produzindo medidas de inflação, de interesse do governo Federal e de toda a sociedade.

O IBGE tem buscado parcerias para a implementação do projeto e desenvolvendo etapas internas que independem de recursos.

D) Ação Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações — Código 0796.5290.0001

Devido ao corte orçamentário nem todas as atividades previstas foram efetuadas, razão pela qual a meta física realizada foi de 17,39% , inferior ao previsto, de 20% no exercício de 2004.

Todas as pesquisas do projeto foram aprovadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID: Revisão do Modelo das Estatísticas Econômicas, Implantação do Novo Sistema de Contas Nacionais e de Contas Regionais, Finanças Públicas e Contas dos Governos Estaduais, Criação do Sistema de Indicadores Sociodemográficos,

Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias na Produção de Informações, Modernização da Informática do IBGE e Melhoria do Perfil dos Técnicos na Atividade-Fim, sendo desenvolvidas as seguintes atividades: contratação de consultores nacionais e internacionais para desenvolvimentos de pesquisas, aquisição de equipamentos e *softwares* e participação de técnicos em seminários e treinamentos nacionais e internacionais.

Devido ao corte orçamentário, foram excluídas etapas de aquisição de equipamentos que constavam nos projetos. A previsão que os equipamentos sejam adquiridos com recursos relativos ao exercício 2005.

E) Ação Censo Agropecuário 2004 e Contagem da População 2005 —

Código 1059.1779.0001

Inicialmente, o IBGE planejou desenvolver em 2004 todas as ações preparatórias para a realização da coleta de dados das duas pesquisas (Censo Agropecuário e Contagem da População) em 2005. Para tanto, orçou as despesas nesse exercício em R\$ 50 milhões. No entanto, o Programa foi contemplado com R\$ 30 milhões e não contou com o acréscimo de recursos complementares ao longo do exercício, o que inviabilizou a coleta de dados em 2005. Assim, as atividades foram reprogramadas considerando o cenário de coleta de dados em 2006. Posteriormente, a não indicação de recursos para essas ações na proposta orçamentária para o exercício de 2005, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, levou ao cancelamento da Contagem da População e à reprogramação do Censo Agropecuário para 2007. Também o atraso na autorização ministerial para contratação de pessoal temporário para atender aos trabalhos de atualização do mapeamento prejudicou o andamento dos trabalhos programados para 2004. Em função de tais mudanças de planos, não chegaram a ser iniciadas muitas das tarefas de preparo das operações, sendo parcialmente mantidas aquelas relacionadas à atualização do mapeamento (Base Territorial), tendo em conta que tais atualizações servirão às futuras operações censitárias, independentemente da época que venham a ser realizadas, e também a outros estudos e pesquisas do IBGE.

F) Ação Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação — Código 0750.4572.0001

As restrições ao não cumprimento da meta física programada está associada a cinco fatores. Uma greve de servidores, da qual os servidores da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) – que é a responsável pela implementação da Ação – não participaram, mas que teve adesão de parcela importante dos servidores do IBGE,

impedindo a realização de treinamentos e atividades de capacitação por quase dois meses, e dificultando a liberação de servidores para atividades de capacitação no restante do segundo semestre do ano. A outra questão que atrapalhou foi a liberação tardia dos recursos do orçamento, devido ao seu contingenciamento durante grande parte do exercício, o que inviabilizou a realização de treinamentos previstos para ocorrerem nos estados. Finalmente, as dificuldades de natureza administrativa e de licitação para contratação de cursos fora do IBGE foram uma terceira fonte de problemas que impediram a realização de algumas ações de capacitação programadas. Além disso, a manutenção dos valores de orçamento do programa de treinamento em termos nominais tem representado na prática cortes nos valores reais disponíveis para gastos nas atividades de treinamento. Um problema que também afeta o atendimento ao programa de capacitação refere-se ao número reduzido de salas de aula disponíveis na Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE para o desenvolvimento desta atividade.

Quanto às questões de gestão orçamentária, a ENCE está empenhada em estudar metodologias alternativas de educação à distância, de modo a poder reduzir os custos da atividade de treinamento. No que diz respeito às dificuldades em promover licitações e contratações de cursos fora, o IBGE vem buscando a revisão dos seus procedimentos e capacitar melhor os seus servidores para as tarefas requeridas, de modo a eliminar as barreiras e poder realizar as ações planejadas de capacitação.

G) Ensino de Pós-Graduação em Estatística e Geociências — Código 1062.2233.0101

A meta física prevista para 2004 era de 148 alunos matriculados. A diferença para o cumprimento da meta é pequena e não representa prejuízo ou problema para prestação dos serviços de ensino de pós-graduação na ENCE/IBGE.

2.5.4 Resultados - Séries Históricas

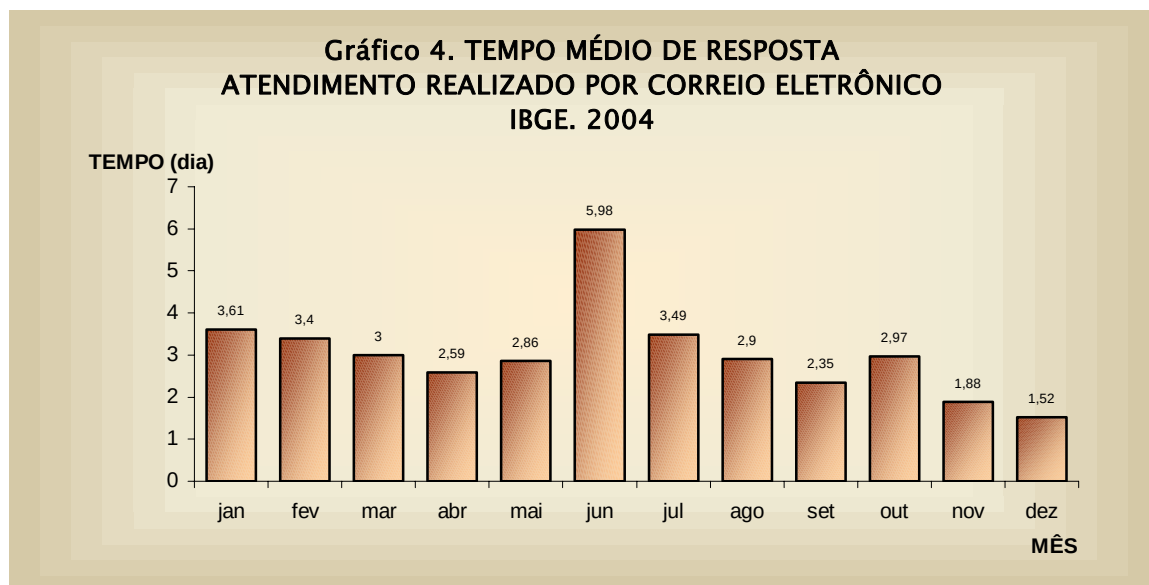
A) Resultados relativos aos Usuários e Sociedade

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo de Resposta, cujos resultados são apresentados no Gráfico 2, é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento.

Este gráfico apresenta resultados que refletem uma tendência favorável para esse indicador, pois como pode ser visto, o tempo médio de resposta para o atendimento por correio eletrônico diminui a cada mês, demonstrando eficiência nas atividades que são

realizadas para esse fim. Observa-se no Gráfico 4 que em dezembro de 2004 esse tempo é de um pouco mais de um dia, o que significa uma redução de 57,89% do tempo médio realizado em janeiro do mesmo ano.

Cabe ressaltar que os resultados acima do esperado para os tempos de resposta nos meses maio e junho são decorrentes da queda acentuada no número de correspondências atendidas, em função da greve dos servidores do IBGE nesse período.

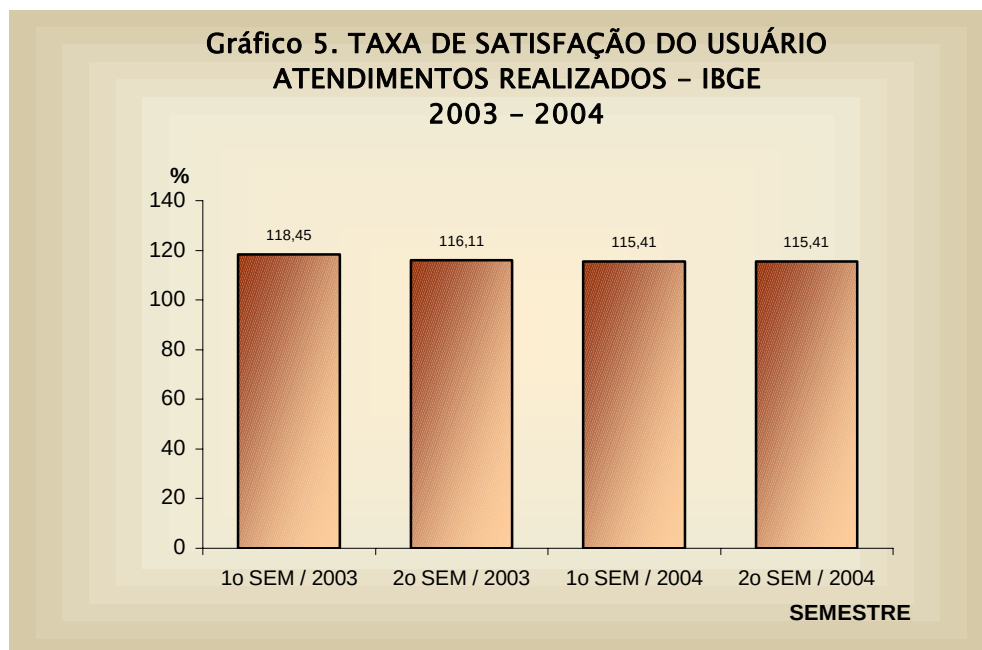


Fonte: Centro de Documentação e Disseminação - CDDI - janeiro / 2005

Restrições administrativas decorrentes de problemas operacionais, que resultaram na perda de parte do banco de dados do sistema SIGA – Sistema de Acompanhamento Gerencial de Atendimento, fizeram com que os resultados referentes ao mês de outubro ficassem acima do previsto, mas as medidas adotadas para sanear o problema permitiram que no mês de novembro resultados favoráveis voltassem a ser alcançados.

Os indicadores Taxa de Satisfação, de Expectativa e de Avaliação do Usuário permitem uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados utilizados no cálculo desses indicadores são obtidos por meio da Pesquisa de Satisfação realizada a cada semestre, o que significa que eles refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela instituição.

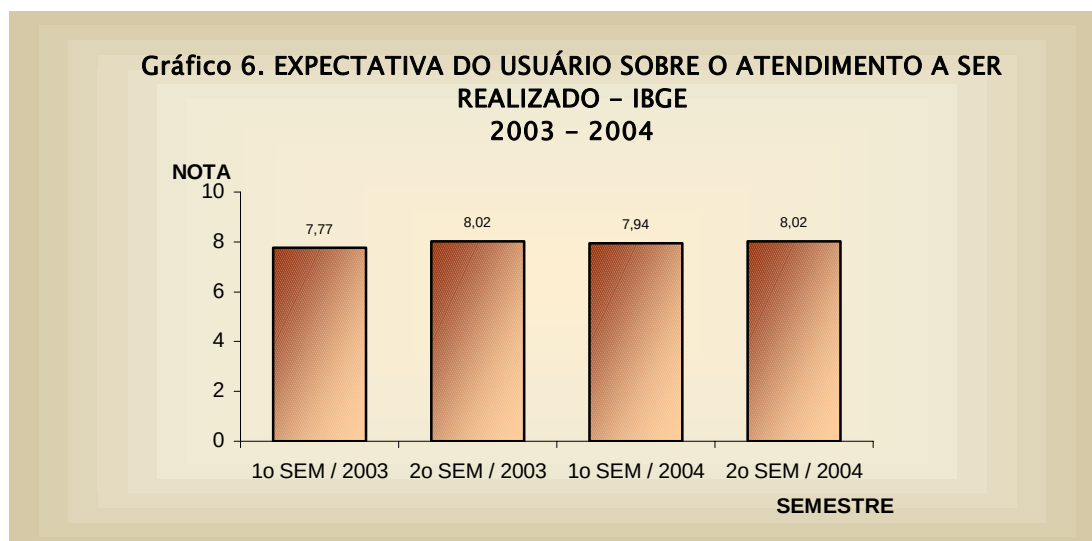
Através do Gráfico 5 pode ser observado que a taxa de satisfação do usuário manteve-se constante e superior a 100% no primeiro e segundo semestres de 2004.



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação - CDDI - janeiro / 2005

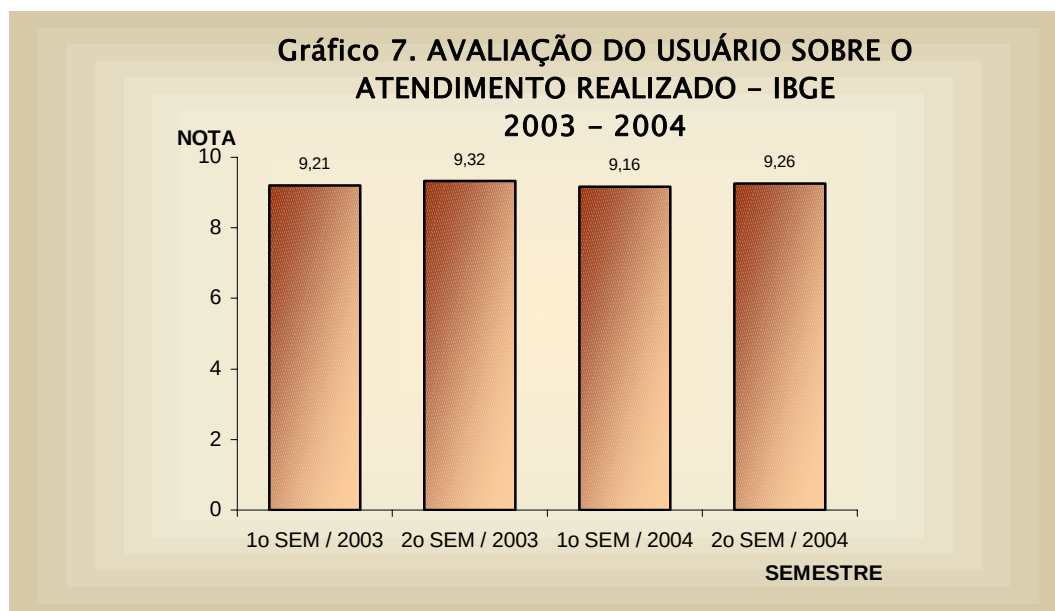
De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas pouco superiores a 100%; resultante de notas ligeiramente maiores dadas para a qualidade dos serviços efetivamente oferecidos em relação às referentes à expectativa sobre a qualidade dos mesmos serviços. Isto faz com que os resultados do primeiro e segundo semestres de 2004, apesar de estarem num patamar inferior, sejam considerados melhores que os do primeiro e segundo semestres de 2003.

Os resultados do indicador referente à Expectativa dos Usuários quanto ao atendimento, Gráfico 6, apresentam um patamar elevado tanto para o primeiro como para o segundo semestre de 2004, o que reflete a excelente imagem que o cidadão-usuário tem sobre a Instituição.



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação - CDDI - janeiro / 2005

Observa-se, no Gráfico 7, que as avaliações do atendimento no primeiro e segundo semestres de 2004 apresentaram como resultados médias próximas a nota máxima, o que reforça os resultados apresentados no indicador referente à Taxa de Satisfação do Usuário e demonstram que o atendimento realizado ficou acima das expectativas.



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação - CDDI - janeiro / 2005

Os resultados apresentados nos indicadores da Taxa de Satisfação, de Expectativa e de Avaliação mostram que o IBGE está oferecendo serviços com qualidade e deve continuar aperfeiçoando suas atividades de atendimento, com o objetivo de atingir um padrão de excelência e, também, que o IBGE tem ótimo conceito de sua imagem perante a sociedade, mas deve continuar trabalhando constantemente na sua melhoria.

O Quadro 16 apresenta alguns prêmios recebidos pelo IBGE, a partir do ano de 2000, o que demonstra o reconhecimento da sociedade quanto à atuação da Instituição.

QUADRO 16 - Prêmios recebidos pelo IBGE no período 2000-2004



Em 17/10/2000, Paulo Roberto R. Cunha, diretor da DI, esteve em São Paulo, na INFOIMAGEM'2000, recebendo, em nome do IBGE, o prêmio de Aplicação do Ano na área de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, oferecido à aplicação de digitalização (através de escaneamento e software OCR / ICR) dos questionários do Censo 2000.



QUADRO 16 - Prêmios recebidos pelo IBGE no período 2000-2004

(continuação)

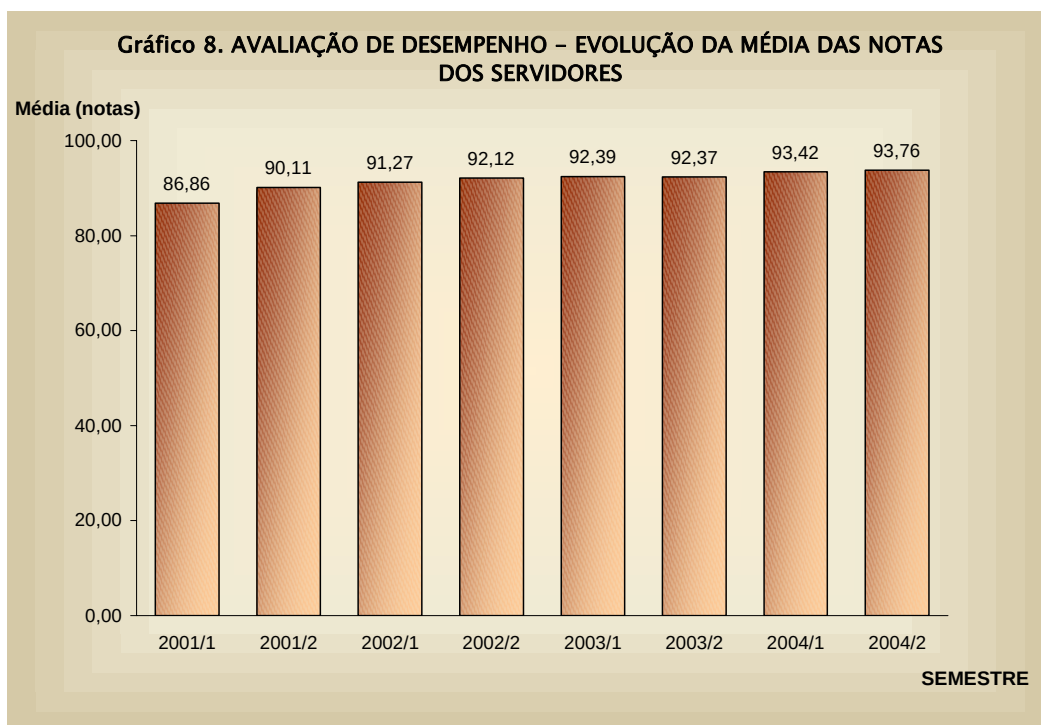
	Em 24/10/2000, Paulo Roberto R. Cunha esteve na FIRJAN, recebendo o prêmio da ASSESPRO (InRio Informática'2000), como um dos Destaques do Ano, por indicação da LOTUS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, cujo propósito foi o de prestar uma homenagem ao IBGE pela excelência da Aplicação SIGC. O prêmio está noticiado no site da ASSESPRO-RJ (www.assespro-rj.org.br).
	Prêmio de Excelência em Informática Pública, no VII Congresso de Informática Pública - CONIP2001, realizado de 5 a 7 de junho, em São Paulo. O IBGE concorreu com o trabalho "Banco Multidimensional de Microdados Estatísticos", 1º lugar na categoria Universalização dos Serviços e Redes Públicas de Comunicação e Informação. O CONIP é o principal fórum brasileiro de discussão e apresentação do que existe de mais relevante em matéria de modernização do serviço público, atendimento ao cidadão, gestão administrativa e de finanças públicas. O tema do VII CONIP foi Governo Eletrônico e Inclusão Digital: o futuro da cidadania na era da informática.
	TOP 3 - 2004 / Prêmio iBEST - categoria governo. O IBGE esteve entre os três finalistas (Top 3) em todas as edições do prêmio iBEST, criado em 1995. Além de ganhar o iBEST 2003, o Instituto também foi premiado em 1996 (júri popular e oficial) e em 2000 (júri popular). Em 2002, a página do IBGE foi visitada, em média, por mais de 350 mil usuários por mês. Ao longo de 2003, foi visitado por mais de 5 milhões de pessoas e em 2004 por mais de 7 milhões de pessoas.

B) Resultados relativos às Pessoas

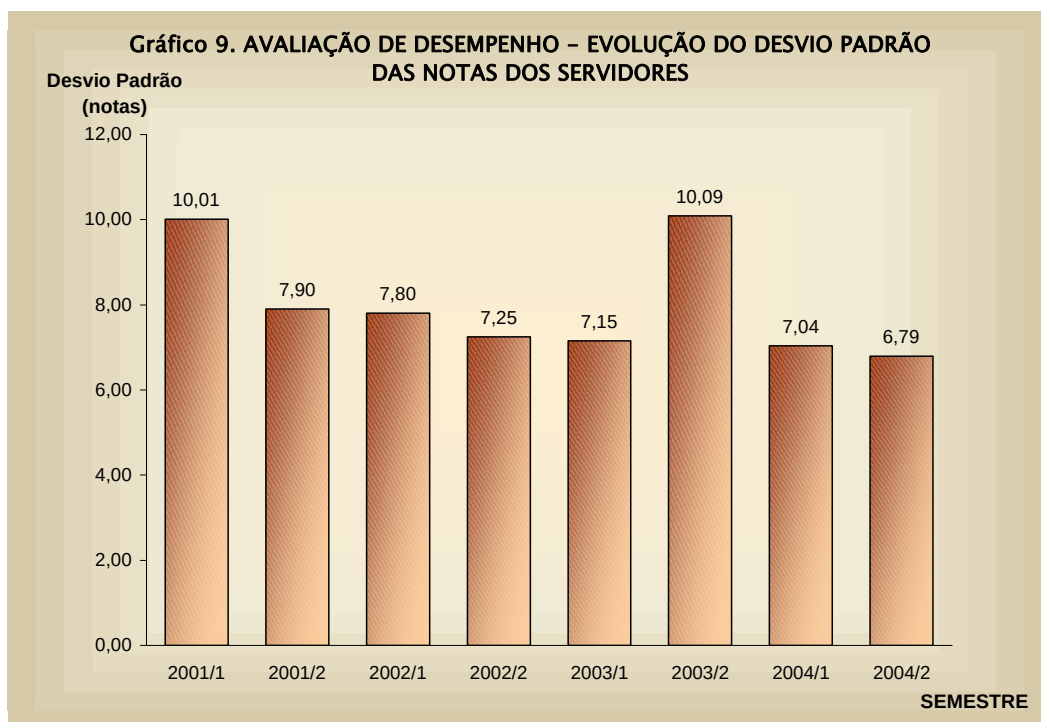
Os resultados apresentados nos gráficos 8 e 9 refletem a boa avaliação dos servidores do IBGE, em estrita consonância com os resultados institucionais. No entanto, como o processo de avaliação de desempenho na Instituição ainda é incipiente, deve-se admitir a necessidade de se aperfeiçoar a cultura de avaliação por parte dos gerentes e a respectiva assimilação desse processo pelos avaliados.

Com o aprimoramento contínuo do processo de avaliação de desempenho, espera-se, em médio e longo prazos, que o Sistema de Avaliação de Desempenho funcione sem as dificuldades que a Instituição ainda enfrenta. Frise-se também, a perseverança em busca da sensibilização dos avaliadores e avaliados quanto à importância do processo de

avaliação de desempenho, do comprometimento do corpo funcional com as ações de melhoria contínua advindas desse instrumento e da redução, a índices mínimos, da subjetividade presente no ato de avaliar, através da introdução de mecanismos que facilitem o processo a todos os gerentes avaliadores da Instituição. Visando esse objetivo, em 2004 foi realizado um treinamento destinado a obter a conscientização do corpo funcional sobre esse instrumento de avaliação



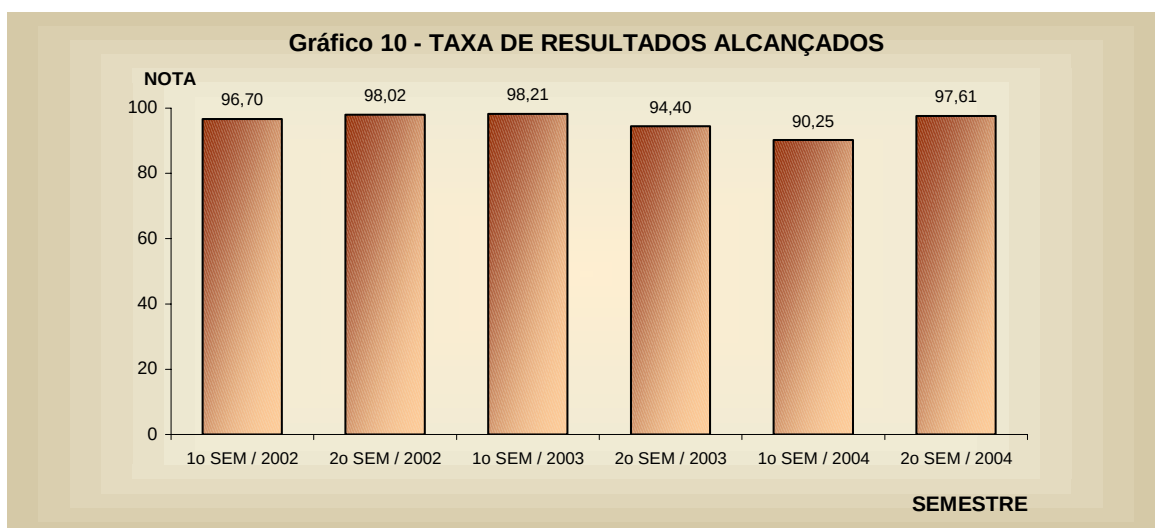
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos - CRH, 22/04/2005



Fonte: Coordenação de Recursos Humanos - CRH, 22/04/2005

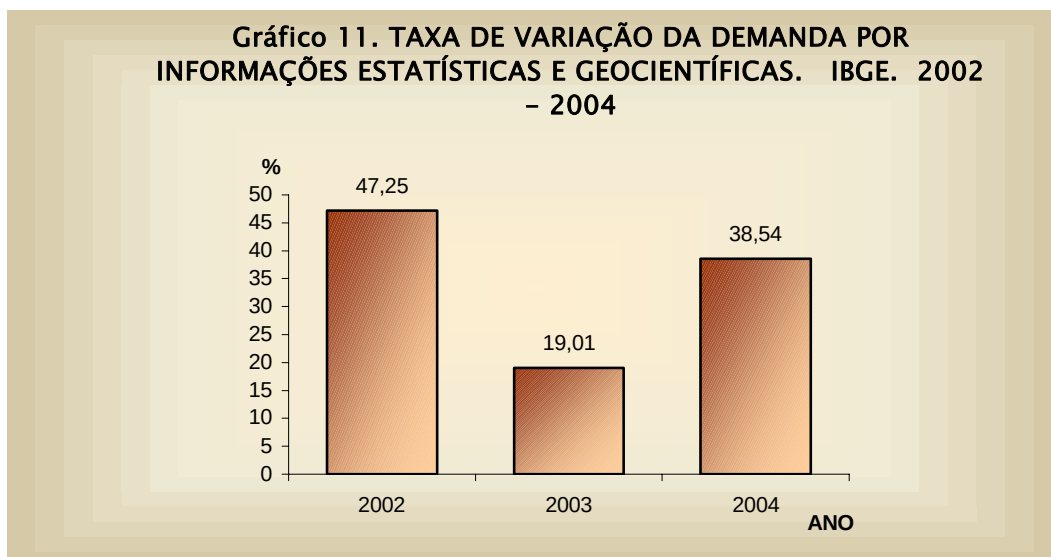
C) Resultados relativos aos Processos Finalísticos

O gráfico 10 apresenta uma série histórica que permite a visualização do cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período de 2002 a 2004. Cabe destacar que a maior parte das metas previstas das Ações selecionadas para a Avaliação de Desempenho Institucional foram cumpridas. Tendo em conta os resultados apresentados, pode-se considerar que o desempenho da Instituição foi satisfatório, além de oferecer ao Governo e a Sociedade informações necessárias ao conhecimento da realidade do País, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.



Fonte: Resolução do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002-2004.

O IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações, por meio da Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas. As demandas dos usuários solicitadas por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas do IBGE e principalmente através do Portal do IBGE na Internet passaram de 4.600.258 atendimentos em 2002 para 5.474.638 atendimentos em 2003. Em 2004 foram atendidos 7.584.725 usuários, o que significa um aumento de 38,54% em relação ao número de atendimentos realizados no exercício anterior, como pode ser visto no Gráfico 11.



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN)- janeiro / 2005

2.6 Gestão Orçamentária e Financeira

2.6.1 Planejamento Orçamentário

A proposta orçamentária do IBGE tem por base os programas e ações do Plano Plurianual do Governo Federal - PPA e as metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional, traduzidos em projetos/atividades definidos para o exercício. Cabe a cada área gestora, responsável pelos projetos/atividades, indicar a Ação provedora dos recursos orçamentários, tendo como referência as estratégias e classificando os projetos e atividades em ações de melhoria ou manutenção. Essa versão preliminar subsidia a adequação da proposta orçamentária aos limites fornecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP que, após os ajustes necessários, tem os dados orçamentários inseridos no Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR.

Para a elaboração da proposta, além da definição do elenco de projetos/atividades, é estabelecido um conjunto de informações básicas que são acompanhadas ao longo do processo de trabalho. Da mesma forma, a identificação das ações que compõem o orçamento do IBGE e seus respectivos gestores são importantes para a identificação da responsabilidade de cada uma das unidades envolvidas no processo.

A linha de construção do orçamento por projeto/atividade visa estabelecer base claramente identificada que facilite a execução orçamentária e possibilite a geração de insumos para outras atividades de planejamento. O trabalho consiste em dar visibilidade mensal, por grupos de despesas e fontes de recursos, associando as metas físicas ao

recurso a que se destina, o que é objeto de prestação de contas ao fim de cada exercício.

2.6.2 Execução Orçamentária e Financeira

A dotação orçamentária prevista para o IBGE no ano de 2004 foi de R\$ 747,5 milhões, conforme pode ser visto no Quadro 17. Observa-se por meio desse quadro que do orçamento efetivamente executado, na ordem de R\$ 706.868.183,00, apenas 4,38% estão comprometidos com as atividades finalísticas (Programas 0796 e 1062), 4,14% com os gastos de infra-estrutura (inseridos no Programa 0750) e 2,06% com as atividades censitárias. O detalhamento da execução orçamentária de todas as Ações sob responsabilidade do IBGE pode ser observado no item 2.5.2 - Comportamento da Metas físicas e Financeiras.

Quadro 17 – Demonstrativo do Orçamento 2004 – IBGE – por Programa

Cód. Programa	Nome Programa	DOTAÇÃO		Total Executado		Saldo da Dotação	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	234.068.196,00	31,31	233.945.418,91	33,10	122.777,09	0,30
0750	Apoio Administrativo	450.698.190,00	60,29	427.055.654,74	60,42	23.642.535,26	58,12
0796	Informações Estatísticas e Geocientíficas	32.634.944,00	4,37	30.658.336,56	4,34	1.976.607,44	4,86
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	10.793.027,00	1,44	-	-	10.793.027,00	26,53
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	427.251,00	0,06	366.472,22	0,05	60.778,78	0,15
1059	Recenseamentos Gerais	18.400.000,00	2,46	14.537.885,63	2,06	3.862.114,37	9,49
1062	Democratizando Acesso à Educação Profis., Tecnológica e Universitária	523.580,00	0,07	304.415,54	0,04	219.164,46	0,54
TOTAL		747.545.188,00	100,00	706.868.183,60	100,00	40.677.004,40	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Os recursos destinados às Ações referentes as pesquisas estatísticas regulares da Instituição, pertencentes ao Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas, são gerenciados pela unidade administrativa responsável - Diretoria de Pesquisas - que os transfere aos gestores das Unidades Estaduais conforme o planejamento das pesquisas a serem realizadas. Estes gestores tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento de atividades administrativas e técnicas, no processo de produção dessas pesquisas. Como pode ser visto no Quadro 18, tais atividades alcançaram ao todo 83,05% da execução financeira, utilizados especialmente no treinamento de pessoal que opera na rede de coleta e na execução do levantamento de dados urbanos e rurais em todo o território nacional.

Quadro 18 – Execução financeira das pesquisas estatísticas regulares da Instituição

AÇÕES	DOTAÇÃO FINAL		Executado					
			Total		Unidades Estaduais		SEDE	
	R\$(A)	%	R\$(B)	%(B/A)	R\$(C)	%(C/B)	R\$(D)	%(D/B)
PESQ. ESTRUTURAIS DA ÁREA SOCIODEMOGRÁFICA	3.854.322,00	29,91	3.787.721,62	98,27	3.141.226,40	82,93	646.495,22	17,07
PESQ.CONJUNTURAIS	5.843.245,00	45,35	5.707.931,14	97,68	5.199.295,00	91,09	508.636,14	8,91
PESQ.ESTRUTURAIS DA ÁREA ECONÔMICA	3.187.200,00	24,74	3.042.641,66	95,46	2.072.624,51	68,12	970.017,15	31,88
TOTAL	12.884.767,00	100,00	12.538.294,42	97,31	10.413.145,91	83,05	2.125.148,51	16,95

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

As Ações referentes à área geocientífica (Quadro 19), também pertencentes ao Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas, são gerenciadas pela unidade administrativa responsável - Diretoria de Geociências - e desenvolvidas nas Unidades Estaduais; embora com execução menos expressiva, em virtude da atuação dos levantamentos Geocientíficos estarem em menor número nas áreas pelo país.

Quadro 19 – Execução financeira das pesquisas geocientíficas da Instituição

AÇÕES	DOTAÇÃO FINAL		Executado					
			Total		Unidades Estaduais		SEDE	
	R\$(A)	%	R\$(B)	%(B/A)	R\$	%(C/B)	R\$(D)	%(D/B)
IMPLANT. SISTEMA DE GEOPROC.MODERN. CARTOGRAFIA ESTRUTURAIS DA ÁREA DEMOGRÁFICA	800.000,00	21,74	798.334,47	99,79	1.475,00	0,18	796.859,47	99,82
MAPEAMENTO TOPOGRÁFICO DE REFERÊNCIA	1.364.926,00	37,09	1.266.690,01	92,80	300.991,89	23,76	965.698,12	76,24
SISTEMA GEODÉSICO BRASILEIRO	700.000,00	19,02	669.478,38	95,64	415.990,92	62,14	253.487,46	37,86
PESQUISAS E ANÁLISES GEOGRÁFICAS E AMBIENTAIS	815.100,00	22,15	707.189,79	86,76	251.970,29	35,63	455.219,50	64,37
Total	3.680.026,00	100,00	3.441.692,65	93,52	970.428,10	28,20	2.471.264,55	71,80

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Por meio do Quadro 20 observa-se a execução financeira das Ações destinadas à divulgação de informações, é concentrada na Unidade Sede, onde se localiza o Centro de Documentação de Disseminação do IBGE, que é a unidade administrativa responsável por gerenciá-las.

Quadro 20 – Execução financeira das Ações destinadas à divulgação de informações

AÇÕES	DOTAÇÃO FINAL		Executado					
			Total		Unidades Estaduais		SEDE	
	R\$(A)	%	R\$(B)	%(B/A)	R\$(C)	%(C/B)	R\$(D)	%(D/B)
DISSEMINAÇÃO DE INFORM. ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	2.566.000,00	88,60	2.436.552,09	94,96	165.453,30	6,79	2.271.098,79	93,21
PUBLIC.UTILID.PÚBLICA	330.000,00	11,40	330.000,00	100,00	0,00	0,00	330.000,00	100,00
Total	2.896.000,00	100,00	2.766.552,09	95,53	165.453,30	5,98	2.601.098,79	94,02

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

A Ação Sistema Informatizado de dados Estatísticos, obteve efetividade na execução financeira, alcançando 91,31 %, concentrando a sua execução na Unidade Sede (Quadro 21), onde se localiza o Centro de Processamento de Dados na Diretoria de Informática.

Quadro 21 – Execução financeira da Ação Sistema Informatizado de Dados Estatísticos

AÇÕES	DOTAÇÃO FINAL		Executado					
			Total		Unidades Estaduais		SEDE	
	R\$(A)	%	R\$(B)	%(B/A)	R\$ (C)	%(C/B)	R\$(D)	%(D/B)
SISTEMA INFORMATIZADO DE DADOS ESTATÍSTICOS	12.321.800,00	100,00	11.251.101,12	91,31	166.785,62	1,48	11.084.315,50	98,52

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Apesar das mudanças no plano de execução das pesquisas censitárias, pertencentes ao Programa Recenseamentos Gerais, e sobretudo, confiando na realização do Censo Agropecuário, foi dada continuidade aos estudos e as discussões técnicas com vistas a aperfeiçoar ainda mais os questionários, de forma a melhor atender à demanda reprimida por informações atualizadas do setor agropecuário e ambiental. Nessas atividades foram executados 79,01 % dos recursos destinados a realização da Ação Censo Agropecuário 2004 e Contagem da População 2005, conforme pode ser visto no Quadro 22.

Quadro 22 – Execução financeira da Ação Censo Agropecuário 2004 e Contagem da População 2005

AÇÕES	DOTAÇÃO FINAL		Executado					
			Total		Unidades Estaduais		SEDE	
	R\$(A)	%	R\$(B)	%(B/A)	R\$ (C)	%(C/B)	R\$(D)	%(D/B)
CENSO AGROPECUÁRIO 2004 E CONTAGEM DA POPULAÇÃO 2005	18.400.000,00	100,00	14.537.885,63	79,01	4.082.468,14	28,08	10.455.417,49	71,92

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

A partir dos dados apresentados no Quadro 23, constata-se que a execução da ação Administração da Unidade, pertencente ao Programa Apoio Administrativo, foi na ordem de 94,70%, em virtude do crédito suplementar. Encontra-se inserida nesta ação, as despesas destinadas a folha de pessoal, tais como vencimentos e vantagens pessoais, a concessão de benefícios, o PASEP, entre outras; que comprometeram 91,75% do orçamento, destinado a mesma. Quanto a dotação correspondente a Outras Despesas Correntes - ODC, foi prontamente diagnosticado, quando das publicações e comunicações oriundas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que não atenderiam as despesas de funcionamento, tais como vigilância ostensiva, locação de imóveis, serviços de limpeza e conservação, energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, comunicação em geral, manutenção e conservação de bens imóveis e equipamentos, condomínios, entre outras, indispensáveis e primordiais, para a cobertura espacial das representações do IBGE, em todo o território nacional.

QUADRO 23 - Execução Orçamentária da Ação Administração da Unidade

Previsto		Realizado (B)	% (B/A)
LOA 2004	Dotação Atual (A)		
319.729.672	408.104.213	386.486.626	94,70

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, 17/01/2005

Vale ressaltar que para o grupo de despesas Outras Despesas Correntes - ODC foi realizado 13,81% da dotação de 2004, liquidando dívidas de exercícios anteriores, conforme demonstra o Quadro 24. O desempenho desta ação ficou seriamente comprometido, além de transferir para 2005, o total de R\$ 7.590.000,00 de despesas comprometidas na Sede e nas Unidades Estaduais.

QUADRO 24 - Ação Administração . da Unidade - Execução ODC - 2004

Natureza da Despesa (ND)		Crédito Empenhado Liquidado	ND/AÇÃO %
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	146.924,83	0,47%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	675.795,87	2,16%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	346.787,72	1,11%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.393.830,70	4,45%
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.473.110,70	11,08%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	17.636.235,36	56,28%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.254.311,37	10,39%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.328.690,85	13,81%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	79.760,06	0,25%
TOTAL		31.335.447,46	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Convém lembrar que o processo de treinamento, considerado essencial para a Administração, por dar atendimento ao conjunto de servidores das Unidades Estaduais, deixou a desejar, no que tange à gestão de Recursos Humanos, Financeiros, Orçamentários, Materiais e inclusive quanto a rede de coleta, em virtude do déficit orçamentário. A execução física e financeira da Ação Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação é apresentada no quadro 18, do item 2.5.2, que se refere ao comportamento das metas físicas e financeiras da Instituição.

Quanto às Ações: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes; Auxílio – Transporte aos Servidores e Empregados; Auxílio – Alimentação aos Servidores e Empregados; Contribuição à Previdência Privada; e Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, também pertencentes ao Programa Apoio Administrativo, são de caráter pecuniário e atendem a Leis específicas. Seu desempenho financeiro está atrelado à estimativa geral com base nas características do quadro funcional do IBGE.

2.6.3 Transferências de Recursos (convênios e outros meios)

O Quadro 25 apresenta as transferências de recursos, por convênios, realizadas para o IBGE em 2004.

QUADRO 25 - Transferências de Recursos em 2004 - Convênios

Concedente	Código SIAFI/SASG	Identificação Termo inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data Publicação DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido/ Transferido no Exercício
PNUD - United Nations Development Programme	374696	03606.000502.99-2	Convênio objetivando melhoria da qualidade e a atualização estatísticas econômicas básicas necessárias à definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do País pela modernização dos procedimentos de coleta, e a análise de informações econômicas	01/10/02	9.782.500,00	400.825,06
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	456408	ADM0374/02-4	Convênio objetivando a formação de especialistas em nível de mestrado e doutorado nas áreas de ciência, tecnologia e cultura e posuam de pós-graduação strictu sensu recomendados pelo sistema de acompanhamento e avaliação da CAPES	18/07/02	107.345,68	63.312,80
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	465082	ADM0389/02-0	Convênio que objetiva proporcionar melhores condições às instituições de ensino superior para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento científico nos cursos de pós-graduação, graduação strictu sensu - PROAP	23/09/02	263.149,92	5.631,10
Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde	483437	25000.027932/2003-81	Convênio que objetiva a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD para investigação de acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil	15/10/03	2.191.250,00	-
Ministério do Esporte	490803	58000.001713/2003-21	Convênio que objetiva a realização de pesquisa complementar a Pesquisa de Informações Básicas Municipais	22/12/03	750.000,00	650.729,66
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	500722	23036.000587/2004-87	Convênio que objetiva a coleta de dados da Pesquisa de Verificação do Censo Escolar 2004 que será realizada através de visitas as escolas públicas por pesquisadores treinados em aproximadamente 4000 escolas localizadas em, pelo menos, 300 municípios do País	08/06/04	1.578.500,00	1.377.680,57
Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde	509330	25000.019158/20004-16	Convênio que objetiva fornecer o SUS através do projeto da Pesquisa de Assistência Médico Sanitária AMS-2004	19/08/04	1.499.890,00	333.804,15
Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional	511692	71000.004955/2004-16	Convênio que objetiva complementar a Pesquisa Suplementar por Amostra de Domicílios - PNAD	20/10/04	2.000.000,00	1.438.262,30

2.6.4. Entidades de Previdência Privada Patrocinadas

A Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade – SIAS, CNPJ 33.937.541.0001/08, foi criada em 1979 com objetivo de fornecer aos então empregados do IBGE, sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, entre outros benefícios, uma complementação do valor de aposentadoria, de modo a garantir, quando aposentados, uma remuneração bem próxima àquela percebida quando ainda em atividade.

A partir de 1991, por força da Lei n.º 8112 de dezembro de 1990, que instituiu o Regime Jurídico Único – RJU, o IBGE deixou de repassar à SIAS o valor correspondente à obrigação do empregador, parcela constituinte da formação dos recursos destinados a manter as obrigações estatutárias junto aos seus participantes. A interrupção da transferência de recursos do IBGE à SIAS foi determinada pela migração de todo o quadro de empregados da Fundação do regime CLT para o RJU, regime no qual o servidor, ao passar à inatividade, adquire o direito de manter a mesma remuneração obtida quando em atividade.

Com a criação, na SIAS, de fundos constituídos para este fim, o IBGE passou então a patrocinador de fundos de complementação da aposentadoria para algumas situações em que o RJU não prevê a integralidade do valor do pagamento antes percebida pelo servidor. É importante observar que esses fundos não prevêm qualquer custo para o IBGE.

No ato de criação da SIAS, o IBGE assumiu o compromisso relativo à complementação das reservas matemáticas referentes ao período anterior à criação da entidade dos funcionários que aderissem ao plano de aposentadoria complementar que estava sendo constituído. Essas reservas deveriam ser constituídas através de um recolhimento à SIAS, mensalmente, de determinado valor indicado por cálculo atuarial. Assim, como em 1991 já existiam empregados aposentados, participantes da SIAS, e recebendo complementação aos valores pagos pela Previdência Social, essa obrigação permanecia.

Por determinação da Secretaria Federal de Controle foi solicitada uma auditoria atuarial externa que reavaliasse o montante da dívida do IBGE correspondente a tais reservas, tendo em vista a nova situação da entidade. Essa auditoria determinou o novo montante a ser pago e a Secretaria de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social, exigiu em 2001 a assinatura de documento formal, que garantisse à SIAS o recebimento daqueles valores. Dessa forma, foi assinado em 2002 um termo de reconhecimento de dívida a ser paga pelo IBGE na forma de oito parcelas anuais. Este documento encontra-se protocolado e registrado sob o nº 144456, no 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro.

O termo de reconhecimento da dívida prevê uma dívida total de R\$ 38.920.948,59 (trinta e oito milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), preços de setembro 2000, a ser paga em 8 parcelas anuais e consecutivas, acrescidos de correção monetária aferida pelo INPC mais juros de 6% ao ano. O processo contou com a anuência do Ministério do Planejamento, Secretaria de Previdência Complementar e Secretaria de Orçamento e Finanças para formalização e assinatura do contrato entre as partes

No exercício de 2004, foi repassada a SIAS, em 11/03/2004, a 3ª parcela do instrumento Particular de Transação para Reconhecimento de Dívida firmado entre a SIAS e o IBGE, com vistas à integralização das Reservas a Amortizar, referente ao tempo de serviço passado dos participantes aposentados até a implantação do RJU, no valor de R\$ 10.208.000,00 sendo R\$ 4.868.000,00 valor do principal e R\$ 5.340.000,00 de atualização monetária não recebidas nas parcelas anteriores.

O Tipo de aplicação (posição em 31/12/2004) em atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.121/03 e Política de Investimento aprovada pelo Conselho Deliberativo da SIAS encontra-se discriminado no Quadro 26.

QUADRO 26. Tipo de Aplicação da Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade

Tipo de Aplicação	Valor em R\$
Renda Fixa	6.354.572,11
Renda Variável	2.124.774,30
Imóveis	19.397.000,38
Empréstimos e Financiamentos	3.099.923,14
Total	30.976.269,93

Fonte: Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade, jan/2005

2.6.5. Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

Trata-se de dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A participação do IBGE está empenhada em acordo firmado entre as partes. A responsabilidade pelos registros no subsistema "DÍVIDA" cabe à Rede IPEA, que administra os créditos oriundos do contrato de empréstimo externo BID 991/OC/BR/BRA/97/01 através do PNUD, ficando a cargo do IBGE os registros, execução e acompanhamento no subsistema "CONVÊNIO", da parte que lhe coube (1/5 do total do empréstimo), com previsão para prestação de contas em 29/08/2005.

No exercício de 2004, por orientação do IPEA e em atendimento ao Decreto 4.992/04, foi criada no IBGE a UG 114641 para execução da parte que lhe coube do referido empréstimo, visando maior visibilidade nos Balanços extraídos do SIAFI. Neste mesmo exercício, por conta desta execução, o IBGE repassou ao PNUD, responsável pela execução do convênio na Rede IPEA, o montante de R\$ 440.825,06, conforme se observa no Quadro 27.

QUADRO 27 - Detalhamento do Projeto financiado com Recursos Externos

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL	EMPRÉSTIMO CONTRATADO	CONTRA PARTIDA NACIONAL	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS		
				Motivo	Valor em 2004 (R\$ 440.825,06)	Valor Acumulado
EX4400011 Melhoria da qualidade e atualização das estatísticas econômicas básicas necessárias a definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do país, pela modernização dos procedimentos de coleta, processamento e análise de informações econômicas e capacitação do quadro técnico do IBGE nesses procedimentos. Organismo Financiador: BID	9.782.500,00	9.658.292,58	NÃO	AMORTIZAÇÃO	59.286,23	9.658.292,58
			SIM	TAXA ADMINISTRATIVA	32.000,00	
			NÃO	AMORTIZAÇÃO	87.067,15	
			NÃO	AMORTIZAÇÃO	45.403,90	
			NÃO	AMORTIZAÇÃO	217.067,78	

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças - COF, março / 2005

2.7 Gestão de Pessoas

2.7.1 Situação do Quadro de Pessoal

Com o ingresso dos servidores do IBGE no Regime Jurídico Único - RJU, em dezembro de 1990, e após a Reforma da Previdência ocorrida no final de 1998, o quadro de pessoal permanente vem sendo reduzido e a tendência é que continue a diminuir, mas com menos intensidade, nos próximos anos.

Visando minimizar essa redução de pessoal e o consequente impacto causado nas atividades da Instituição, foram realizados dois concursos públicos no ano de 2004, com o objetivo de preencher 107 vagas de nível superior: 73 para o cargo de Tecnologista Júnior I; 24 para Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I e 10 vagas para o cargo de Pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e da Diretoria de Pesquisas (DPE).

As vagas para o cargo de Tecnologista Júnior I foram distribuídas pelas seguintes áreas de conhecimento: Análise de Métodos Quantitativos (10), Análise Socioeconômica (23), Análise de Sistemas (15), Análise em Geoprocessamento (03), Biblioteconomia (02),

Computação Gráfica (01), Edição de Vídeo (01), Engenharia Cartográfica (08), Geografia (02), Jornalismo (02), Letras Português/Espanhol (01), Letras Português/Inglês (01), Produção Gráfica/Editorial (02) e Programação Visual (02); todas para o Estado do Rio de Janeiro. Já as vagas para o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I foram distribuídas pelas seguintes áreas de conhecimento: Análise em Gestão e Infra-Estrutura (21) e Ciências Contábeis (03), sendo que uma vaga de Ciências Contábeis foi para o Estado da Paraíba e as demais para o Rio de Janeiro.

O concurso foi realizado pela empresa contratada Trade Census Tecnologia e Serviços Ltda, habilitada pelo Pregão Presencial nº 37/2004 para a operacionalização da seleção, com base nos procedimentos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo instituído pela P.PR - 187/2004. A previsão de efetivo exercício para os candidatos classificados é para o 2º trimestre de 2005.

O concurso para Pesquisadores ofereceu vagas para Pesquisador Associado (02), Pesquisador Adjunto (05) e Assistente de Pesquisa (03). A organização do concurso ficou sob a responsabilidade da ENCE e a previsão de efetivo exercício para os candidatos classificados é para o 1º trimestre de 2005.

Além disso, desde 1997 o IBGE vem adotando nova estratégia para a área de recursos humanos através da realização de Processos Seletivos Simplificados-PSS, com o propósito de suprir a necessidade de pessoal na realização das coletas de pesquisas sazonais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, entre outras. Essa prática foi estendida, mais recentemente, às pesquisas contínuas como o Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor - SNIPC e à Pesquisa Mensal de Emprego - PME, antes realizadas exclusivamente por pessoal do quadro permanente. Portanto, hoje, uma parte significativa do trabalho de coleta é realizada por pessoal temporário.

Em 2004, houve a realização de Processo Seletivo Simplificado visando a contratação temporária de pessoal para a realização de Pesquisas Econômicas e Sócio-demográficas. Foram oferecidas 2.700 vagas para a função Agente de Pesquisas e Mapeamento, distribuídas em todo o território nacional.

O edital foi publicado no D.O.U. de 26/10/04 e as contratações estão previstas para o início do próximo ano, respeitando o cronograma das pesquisas e a respectiva dotação orçamentária.

Para atender a solicitação do Ministério Público os contratados oriundos deste Processo Seletivo serão submetidos à Avaliação de Desempenho Mensal.

A utilização cada vez maior de mão-de-obra temporária atuando na Rede de Coleta evidencia a necessidade urgente de abertura de concurso público para recompor o

quadro permanente de servidores de nível intermediário - responsáveis pelo levantamento das informações em âmbito nacional, como também de nível superior - responsáveis pelo planejamento, gerenciamento e análise destas pesquisas. Visando suprir essas necessidades, foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão uma solicitação de autorização para realização de concurso público para nível intermediário.

2.7.2. Gastos com Remuneração

Com a implantação do RJU os níveis e condições de remuneração dos servidores seguem as diretrizes de uma política global do governo federal, que estabelece esses elementos gerenciais.

Os servidores do IBGE pertencem, em sua maioria, ao Plano de Carreira na área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas- Plano C&T, instituído pela Lei nº 8.691/93. Os servidores não optantes pelo referido plano, juntamente com os servidores redistribuídos de outros órgãos não pertencentes ao Plano de C&T, integram o Plano de Classificação de Cargos – PCC.

No Quadro 28 podemos visualizar os gastos com remuneração dos servidores ativos e inativos, por situação funcional, totalizando R\$ 571.318.867,42 (quinhentos e setenta e um milhões, trezentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), no exercício de 2004.

QUADRO 28 – Gasto Bruto com Folha Normal (*) de Pagamento por Situação Funcional

Situação Funcional	Valor Bruto	%
Ativos	335.722.153,88	58,76
Ativo	313.320.901,21	58,84
Requisitado	281.305,88	0,05
Nomeado	1.312.913,94	0,23
Cedido	5.726.955,49	1,00
Contrato Temporário	15.080.077,36	2,64
Inativos	235.596.713,54	41,24
Aposentado	189.626.353,42	33,19
Beneficiário-Pensionista	45.970.360,12	8,05
Total Geral	571.318.867,42	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, dezembro de 2004.

(*) Não foram incluídos os valores referentes às Folhas de Pagamento Complementar e Suplementar.

2.7.3. Valorização do Servidor

O IBGE entende como fator predominante para o cumprimento de sua missão institucional a criação de políticas de recursos humanos, as quais motivem e desenvolvam o servidor nas suas atividades profissionais. Para isso, vem implementando ações de valorização e reconhecimento dos servidores, dentre as quais destacam-se: a Capacitação; a Integração de Novos Servidores; o Processo Seletivo Interno; a Avaliação de Desempenho; e o Projeto Piloto - Reeducação Alimentar.

A) Capacitação

O IBGE vem desenvolvendo, desde 1996, ações sistemáticas no sentido de definir e implementar programas anuais de treinamento que viabilizem a capacitação do seu quadro de servidores para a incorporação de novas tecnologias e para a ampliação das possibilidades de melhoria de qualidade dos trabalhos nas áreas de pesquisas estatísticas e geográficas, de informática, e de gerenciamento.

O Programa Anual de Treinamento – PAT é o principal instrumento de planejamento e organização da área de capacitação, ofertando cursos considerados estratégicos para a Instituição pelo Comitê de Coordenação de Treinamento - CCT.

Os cursos de curta duração do PAT abrangem cinco áreas de conhecimento: técnica (com concentração em estatística, geociências e meio ambiente); de informática (automação de escritório; desenvolvimento, armazenamento e exploração de dados; edição e análise de dados espaciais; editoração e programação visual; planejamento e utilização dos recursos e serviços de informática; rede; sistemas operacionais); administrativa ; gerencial; e idiomas.

Dentre os cursos constantes no Plano Anual de Treinamento encontra-se o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa - CDHP. Baseado no *Survey Skills Development Course do Statistics Canada*, o CDHP se propõe a fornecer aos participantes uma visão abrangente de todo o processo de planejamento e execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem. Partindo de uma demanda específica apresentada por um cliente, os alunos, em curto espaço de tempo, desenvolvem um projeto, realizam o trabalho e apresentam, sob forma de relatório e arquivo de microdados, os resultados da pesquisa realizada em condições reais.

As necessidades de capacitação e desenvolvimento são identificadas pelas chefias imediatas, no processo de avaliação e negociação de acordos de desempenho, e pelos servidores, que por iniciativa própria buscam realizar cursos de extensão, Pós-Graduação, *Lato e Stricto Sensu* realizados na ENCE ou em outras Instituições, cuja proposição é avaliada pelo Comitê de Coordenação de Treinamento.

O Programa Anual de Treinamento - PAT capacitou, em 2004, 1.544 servidores em 121 turmas de 53 cursos de curta duração. Entre os cursos técnicos voltados para as áreas fins do IBGE, pode-se destacar o de Sistema das Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços com 146 participantes de Unidades Estaduais, entre eles 17 não servidores do IBGE; e o de Evolução Demográfica, ampliado às Unidades Estaduais, com 154 participantes, na área de Estatísticas. Já em Geociências, os principais eventos foram os cursos Fitogeografia do Bioma do Cerrado e o de Introdução à Geofísica para turmas compostas por participantes da Sede e de Unidades Estaduais do IBGE tendo sido ministrados no Distrito Federal e na Bahia.

Entre os cursos de Informática, o atendimento mais especializado teve por foco o curso de Introdução à Linguagem R para Análise Estatística contando com 12 treinandos. Vale destacar ainda que o curso Lotus Notes: Conceitos Básicos foi oferecido no modelo de ensino à distância em quatro turmas para 37 participantes.

A parceria com a ENAP foi retomada, com a realização de cursos gerenciais e administrativos, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. Cabe destacar para os cursos de Elaboração de Projetos e de Gerenciamento de Projetos que contaram com 30 e 37 participantes respectivamente.

Na área Administrativa, cabe ressaltar o curso de Gerenciamento de Compras, Serviços, Licitações e Contratos realizado para 77 alunos.

Em 2004, foram realizadas três edições do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa - CDHP. Os temas de pesquisa desenvolvidos relacionaram-se à segurança alimentar domiciliar, à seleção e reciclagem do lixo domiciliar e aos novos arranjos familiares/ domiciliares, temas inéditos dentre o rol de pesquisas elaboradas rotineiramente pelo IBGE e, no caso da pesquisa sobre novos arranjos familiares, tema inédito no País.

Visando ampliar a capacitação oferecida pelo CDHP a outras pessoas envolvidas no planejamento e execução de pesquisas sociais foram oferecidas vagas para participantes externos ao IBGE e, com o apoio da Fundação Ford, foi possível trazer funcionários das Unidades Estaduais do IBGE bem como de funcionários de Institutos de Estatísticas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de outros órgãos públicos e universidades não sediados no Rio de Janeiro. Dessa forma, ao longo deste ano, o CDHP capacitou 75 técnicos, sendo 49 do IBGE, 22 de outros órgãos públicos e 4 de países africanos (um de Moçambique, um de Cabo Verde e dois de São Tomé e Príncipe).

B) Integração de Novos Servidores

Com o início do processo de recomposição do quadro permanente de servidores de nível superior, o IBGE desenvolveu e implantou o Programa de Integração dos Novos Servidores - PINS. Visando um aprimoramento contínuo, em 2004 foi realizada uma avaliação do processo de integração realizado para os servidores aprovados nos concursos públicos 2001 e 2002.

A comparação entre a opinião dos Gerentes e dos Novos Servidores (da Administração Central e Unidades Estaduais) sobre esse Programa, indicou a necessidade de aprimoramento do processo de recepção e ambientação dos recursos humanos da Instituição e resultou na implementação de novas ações para a absorção e manutenção dos servidores que venham a ingressar no IBGE por meio do Concurso Público 2004.

C) Processo Seletivo Interno

Os processos de recrutamento e seleção interna têm como objetivo ampliar a possibilidade de identificação de novos talentos na própria instituição.

Em 2004 foi realizado o processo seletivo interno para identificar servidores que estivessem motivados e preparados com conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis, com as vagas oferecidas na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e na Coordenação de Recursos Humanos (CRH) – Setor de Atendimento - Sede.

As vagas foram destinadas somente aos servidores lotados na Administração Central e Unidade Estadual/RJ (Agências do Município do Rio de Janeiro e Área Metropolitana), de forma que as remoções dos que fossem selecionados ocorressem ex-offício, ou seja, sem ônus para o IBGE.

Para o preenchimento das vagas oferecidas foram estabelecidos os critérios de seleção: análise curricular, dinâmica de grupo, entrevista de traços e entrevista técnica; além da exigência dos seguintes requisitos básicos: ser ocupante de cargo efetivo de nível intermediário (técnico ou assistente) do Quadro Permanente do IBGE; possuir escolaridade mínima de ensino médio (antigo 2º grau) concluído; não estar suspenso, licenciado e/ou respondendo a Processo Administrativo Disciplinar; e apresentar declaração com ciência da chefia imediata sobre a pretensa remoção. As vagas não foram preenchidas devido à inexistência de candidatos.

D) Avaliação de Desempenho

Objetivando um processo contínuo de reorganização e modernização interna da Instituição, além do cumprimento da legislação instituída pelo Governo Federal e das diretrizes e metas definidas no Plano Estratégico, o IBGE desenvolveu o Sistema de Avaliação de Desempenho no ano de 2000 e o implantou em março de 2001. Esse sistema reflete uma concepção gerencial que possibilita mensurar o desempenho individual de todos os servidores, com vistas ao melhor aproveitamento do potencial humano da organização, ao desenvolvimento da produtividade, e à identificação das necessidades de treinamento e desenvolvimento profissional, como também ao fortalecimento do espírito de equipe e do comprometimento com a missão institucional. Cabe ressaltar que, apesar de instituída pelo Governo Federal, cada órgão teve a possibilidade de criar/desenvolver/ implantar/implementar sua própria avaliação de acordo com as características de cada instituição.

A Avaliação de Desempenho no IBGE é a análise dos resultados das atividades/tarefas do servidor pela chefia imediata com base em fatores de desempenho predeterminados, com vistas ao desenvolvimento nas carreiras dos servidores pertencentes ao plano de carreira de Ciência e Tecnologia e de quaisquer outras carreiras no IBGE. É, comprovadamente, uma ferramenta gerencial que deve funcionar como um processo permanente, permitindo que todos sejam parceiros do crescimento e do resultado, independentemente do nível em que se encontram.

Essa avaliação é um importante instrumento de alcance de metas estabelecidas e gerador de mudanças, promovendo ações transformadoras do dia-a-dia, no que toca ao cumprimento dos prazos e objetivos e ao papel dos funcionários na harmonização das relações e tarefas. É, também, um instrumento básico para o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT (aos integrantes das carreiras de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993), como pode ser visto no Quadro 29, e da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA (aos integrantes das carreiras de que trata o Art. 1º, da Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002).

QUADRO 29. Cálculo da GDACT à partir das notas obtidas na Avaliação de Desempenho

Fórmula da Nota Padronizada $NP = \frac{NS - MG}{DG} \times F + MBGE$ NP= NOTA PADRONIZADA NS= NOTA DO SERVIDOR MG= MÉDIA DO GRUPO DG= DESVIO DO GRUPO MBGE= MÉDIA DO IBGE F= FATOR DE MODERAÇÃO Variações da fórmula, em função do valor do Desvio do Grupo $NP = \frac{NS - MG}{DG} \times 5 + MBGE \quad \text{se} \quad 0 < DG < 5$ $NP = \frac{NS - MG}{DG} \times DG + MBGE \quad \text{se} \quad 5 \leq DG \leq DIBGE$ $NP = \frac{NS - MG}{DG} \times DIBGE + MBGE \quad \text{se} \quad DG > DIBGE$ DIBGE= DESVIO DO IBGE	GDACT – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia $GDACT = \frac{NP \times 30\% + NI \times 20\%}{100} \times VM$ Onde, “NP” é a “Nota Padronizada” do Servidor “NI” é a “Nota Institucional” “VB” é o “Vencimento Básico do Servidor” “VM” é o Vencimento Máximo do Cargo Obs: A fórmula do cálculo da GDACT foi modificada em dezembro de 2003. De janeiro a setembro/2004, o percentual máximo da GDACT foi de 40%. A partir de outubro/2004 passou a vigorar o percentual máximo de 50%, conforme MP 210, de 31 de agosto de 2004.
---	---

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos - CRH

A Resolução do Conselho Diretor nº 0038, de 3 de dezembro de 2001, estabelece que todos os servidores do IBGE, à exceção dos Procuradores Federais, serão avaliados, semestralmente, dentro dos grupos profissionais a que pertencem (Assessoria, Gerencial, Superior, Intermediário e Estágio Probatório).

Dentre as etapas previstas na avaliação: estabelecimento de um acordo de desempenho, acompanhamento, análise da atuação funcional (atribuição de notas) e possibilidade de traçar um plano de desenvolvimento para o servidor; apenas esta última não foi implementada. Ela tinha como objetivo subsidiar outros processos da área de RH, como a realocação de servidores, o levantamento das necessidades de treinamento, a indicação para o desenvolvimento profissional etc.

Após quatro anos, tornou-se necessário repensar a Avaliação de Desempenho como um processo de Recursos Humanos voltado para a gestão do desempenho das pessoas que contribuem para o cumprimento da Missão Institucional. Neste sentido, também estão sendo avaliadas as ações gerenciais e funcionais da instituição para possibilitar as mudanças e correções necessárias que, de certo, servirão para alavancar a modernização da gestão do IBGE.

Cabe ressaltar a perseverança em busca da sensibilização dos avaliadores e avaliados quanto à importância do processo de avaliação de desempenho, do comprometimento do corpo funcional com as ações de melhoria contínua advindas deste instrumento e da redução, a índices mínimos, da subjetividade presente no ato de avaliar, através da introdução de mecanismos que facilitem o processo a todos os gerentes avaliadores da

Instituição. Para tanto, o IBGE elaborou um treinamento visando à conscientização do corpo funcional sobre a avaliação de desempenho.

A obtenção de indicadores relativos ao desempenho dos servidores é feita a partir de um processo de avaliação intermitente, que consiste na observação e análise dos resultados de avaliadores e avaliados no que é concernente ao desenvolvimento de suas capacidades laborativas e participativas. A média das notas obtidas pelos servidores na Avaliação de Desempenho, bem como o desvio padrão desses resultados, são indicadores utilizados para acompanhar semestralmente o desempenho dos servidores da Instituição e a dispersão das notas obtidas. Deste modo, o *Sistema de Avaliação de Desempenho no IBGE* reflete o trabalho, a produção e a participação de todos no cotidiano da Instituição.

E) Benefícios (Quadro 30)

O auxílio alimentação é concedido de forma automática pelo Sistema SIAPE, ao servidor e ao contratado para prestação de serviço temporário, com a finalidade de subsidiar as despesas com sua alimentação, cujo valor varia de acordo com a Unidade da Federação. O valor do benefício sofreu alteração a partir de 1º de abril de 2004, de acordo com a Portaria nº 71, de 15.04.2004 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

O auxílio pré-escolar é concedido somente ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares de filhos, enteados, ou menores sob guarda ou tutela, em idade pré-escolar, de 0 (zero) a 06 (seis) anos, e no caso de dependente excepcional (idade mental de até 7 anos incompletos), através de requerimento próprio encaminhado à Unidade de Recursos Humanos.

O auxílio-transporte é o benefício concedido em pecúnia pela União, e destina-se ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, nos deslocamentos de servidores de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Sua solicitação é feita através de formulário próprio encaminhado à Unidade de Recursos Humanos.

A assistência médico-odontológica consiste no pagamento mensal de ressarcimento do valor do Plano de Saúde adquirido diretamente pelo servidor ativo ou inativo.

QUADRO 30 – Atendimento Médio de Benefícios em 2004

Benefício	Atendimento Médio Mensal	Unidade de Medida
Assistência Médico-odontológica aos servidores e dependentes	27.175	Pessoa beneficiada
Assistência Pré-escolar aos dependentes de servidores	902	Criança de 0-6 anos atendida
Auxílio-Transporte aos servidores *	3.584	Servidor beneficiado
Auxílio-Alimentação aos servidores *	7.105	Servidor beneficiado

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos - CRH, junho de 2005

(*) Não foram computados os contratados sob a lei 8.745 - de 09 de dezembro de 1993 – que dispõe sobre contratação por tempo determinado

F) Bolsa de Complementação Educacional – Estágio Curricular

Para atender às necessidades de estágio do IBGE, a partir do ano de 2000 foi firmado convênio, em caráter especial, entre o IBGE e o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, com o objetivo de manter um esquema de cooperação recíproca que vise o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de proporcionar, em conformidade com a legislação vigente, a operacionalização de estágio de estudantes de interesse curricular.

O estágio tem por objetivo propiciar ao estudante uma complementação educacional e prática profissional, constituindo-se em instrumento de integração em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, através da efetiva participação no desenvolvimento dos programas e planos de trabalho na Unidade Organizacional onde se realizar o estágio.

Ao final de cada ano é elaborado o Plano Anual de Bolsas de Complementação Educacional e o Plano de custo, de acordo com a “Solicitação de Estágio” de cada Unidade Organizacional. As despesas com o estágio ficam a cargo dos recursos de cada uma dessas Unidades. Em 2004, foram oferecidas 80 vagas de nível superior e 27 vagas de nível médio.

Em 13/12/2004, o IBGE celebrou um novo convênio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE a fim de atender a demanda de estágio para os próximos anos.

G) Projeto Piloto – Reeducação Alimentar

Em outubro de 2004 foi implementado o *Projeto Piloto - Reeducação Alimentar* no complexo Sede. O projeto foi organizado e desenvolvido pela Área de Saúde da CRH e foi apresentado aos servidores no Auditório da Presidência.

O objetivo desta apresentação era informar sobre a pesquisa científica, a finalidade da metodologia adotada, a conscientização sobre as consequências e impactos da obesidade no trabalho na sociedade contemporânea e fazer a prevenção, através de uma alimentação equilibrada, como ponto fundamental de uma vida saudável.

Para alcançar o sucesso deste projeto era necessário, no primeiro momento, a adesão de servidores para a composição de um Grupo de Trabalho que participaria de todas as suas fases.

No dia da apresentação, houve a adesão de 34 (trinta e quatro) servidores. Estes servidores foram encaminhados individualmente para uma primeira avaliação médica e nutricional. Os profissionais da Área de Saúde fizeram uma avaliação e orientaram os servidores sobre as primeiras providências que deveriam ser adotadas para a primeira fase do projeto.

Foram realizados alguns encontros, com todos os servidores envolvidos, com o objetivo de acompanhar, orientar, avaliar e repassar informações necessárias para a sua continuidade. Em todas as fases, estão sendo coletados dados que subsidiarão o acompanhamento e a conclusão do projeto piloto.

Após a conclusão, será feita uma avaliação para implementação do projeto nas demais unidades do IBGE no Rio de Janeiro e, posteriormente, nas Unidades Estaduais.

2.7.4 Terceirização de Mão-de-Obra

O IBGE, devido à extinção de diversos cargos de serviços administrativos de seu quadro permanente, utiliza atualmente a Lei 8.666, em seu Decreto 2.271/97, para a contratação de forma terceirizada desses tipos de serviço, tais como: Limpeza e Conservação, Serviços de Apoio Geral, Guarda e Vigilância Ostensiva, Recepção, Portaria, Transporte, Manobra, Telefonia e Serviço de *Motoboy*. Por outro lado, embasado na Lei 10.520 de 2002, o IBGE vem utilizando também a modalidade de “pregão”, que trata da aquisição de bens e serviços comuns.

Sob essa base legal, o IBGE pratica, hoje em dia, o processo de terceirização na área de apoio administrativo, o que, por outro lado, apresenta como desvantagem a rotatividade dos técnicos terceirizados.

2.7.5 Ações Disciplinares

As denúncias sobre irregularidades no exercício de 2004 foram apuradas na forma do art. 143 da Lei nº 8.112/90, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, apresentados na forma de Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias, na totalidade de 47 Sindicâncias e 24 Processos Administrativos Disciplinares, tendo sido concluídos com aplicação de penalidades diversas previstas no mesmo diploma legal, quais sejam – advertência, suspensão, cassação de aposentadoria, demissão ou destituição de cargo comissionado, para apurações relativas a desvios funcionais, tais como desvios de valores em numerários de suprimento de fundos, responsabilidade sobre bens patrimoniais, inobservância de normas e regulamentos e ausência habitual de servidor.

No entanto, as irregularidades relacionadas ao desvio de conduta ética e inobservância às regras do Código de Ética do Servidor Público Federal foram apreciadas pela Comissão de Ética do IBGE, por determinação do Sr. Presidente do IBGE.

O Gerenciamento de Processos Administrativos Disciplinares e Processos de Sindicâncias no âmbito do IBGE inclui as seguintes atividades: elaboração das portarias designatárias das respectivas comissões, respectivo acompanhamento das publicações nos B.I., assim como instruções nos processos e elaboração de minutas conclusivas que devam ser dirigidas as autoridades julgadoras. Destacando-se ainda orientação técnica no âmbito do IBGE e, o procedimento de revisão e atualização do Manual de Processos Administrativos Disciplinares. Esse gerenciamento se utiliza dos seguintes sistemas:

A) Sistema CGU-PAD (Controladoria Geral da União – Processo Administrativo Disciplinar) Esse Sistema existe para atender o Aviso Circular 02/CGU/2002, de 13/06/2002, reiterado pelo Ofício-Circular nº 14/GAB/SPO/SE/MP, de 23 de outubro de 2002, com controle e acompanhamento de processos de sindicância e processos disciplinares relacionados a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público que devem ser controlados por meio do sistema CGU-PAD.

B) Sistema de Controle dos Processos com Indícios de Acumulação de Cargos Consiste num processo de estudo e controle permanente de avaliação crítica acerca de todos os processos administrativos que envolvam servidores do IBGE que possam estar acumulando ilicitamente outro cargo público, e que tais situações foram detectadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em situações de cruzamento de dados cadastrais dos servidores do IBGE com outras Instituições Públicas. Cerca de 150 processos no exercício de 2004, foram analisados pela GERIS e enviados resumo de cópia para a Procuradoria da República, atendendo solicitação daquele órgão.

2. 8 Gestão do Suprimento de Bens e Serviços

2.8.1 Estoque e Suprimento

Uma das atividades destinadas à Gestão de Suprimento de Bens e Serviços é desenvolvida através do Sistema de Controle de Estoque – SCE, denominado Sistema de Almoxarifado, parte integrante do Sistema de Banco de Dados Administrativo - BDA. Nesta atividade são promovidas a requisição, o recebimento, a conferência, a armazenagem e a distribuição dos materiais de consumo das unidades. O Sistema de Almoxarifado possui como objetivos permanentes:

- Manter níveis de estoque compatíveis com a Política de Suprimento estabelecida;
- Controlar os níveis de estoques e promover o ressuprimento de forma econômica;
- Realizar a análise dos estoques e promover o aproveitamento ou destinação dos itens desnecessários;
- Gerenciar os estoques utilizando critérios de seletividade; e
- Avaliar a contribuição da Gestão de Estoque para os objetivos da instituição.

Todos esses processos são desenvolvidos através de métodos específicos, estabelecidos para nortear o suprimento de materiais nos órgãos públicos, de forma a cumprir a legislação que disciplina as formas de abastecimento. Todas as atividades para esse fim seguem rigorosos processos de controle. Um dos instrumentos utilizado pelo IBGE para controlar os níveis de estoques e promover o suprimento de forma econômica, é a classificação dos itens estocados quanto ao valor através do método ABC. A classificação ABC identifica a importância de cada item, de acordo com a sua classe, em relação ao dispêndio com compras a serem efetuadas anualmente. Permite, portanto, tratamento seletivo mais representativo.

Além da classificação ABC, os itens de estoque também são identificados quanto à “criticidade”, ou seja, quanto à importância de cada item para a continuidade operacional da instituição, independente do seu valor. Eles podem ser classificados como: nível 1 - materiais cuja falta ocasiona transtornos às atividades da Instituição; nível 2 - materiais cuja falta pode ocasionar transtornos e custos adicionais, mas são mais fáceis de serem adquiridos ou substituídos; ou nível 3 - materiais cuja falta não implica em custos adicionais significativos.

2.8.2 Compras e Licitações

A integração da Coordenação de Recursos Materiais com as áreas usuárias, na especificação das necessidades de compra e serviços, na parceria na elaboração de editais e nas tentativas de encontrar mapas de acompanhamento adequados, foram fundamentais para o sucesso obtido ao final do ano de 2004; com a realização de grande número de pregões, algumas compras através de cotação eletrônica, e a realização, pela primeira vez no IBGE, de pregões eletrônicos (via Internet). Para essa finalidade foi realizado o treinamento de todos os servidores envolvidos nessas atividades, as normas e procedimentos foram atualizados e sistemas de monitoração foram desenvolvidos em parcerias com outras áreas funcionais.

Nesse ano foram realizadas as seguintes modalidades de licitação: 83 pregões presenciais, 2 pregões eletrônicos, 10 convites, 1 concorrência, técnica e preço, e 2 tomadas de preço, representando um volume de trabalho 1,4 vezes maior que no ano anterior, mesmo diante do curto prazo para a superação das metas estabelecidas, resultando em aquisições de materiais e serviços da ordem de R\$ 12 milhões anuais. Foram emitidas 148 autorizações de fornecimento de materiais – AF e 51 autorizações de prestação de serviço – APS.

A maior afinidade com as diretrizes da Auditoria resultou no atendimento a inúmeras recomendações, dentre as quais destacam-se a criação do almoxarifado da gráfica, no prazo estabelecido, e melhorias no inventário físico.

2.8.3 Expedição de Material

A expedição de cargas, postagem de correspondência, serviços de malote e congêneres, resultam na contratação dos seguintes serviços básicos: malote - contrato feito com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para o envio e recebimento de correspondências e volumes, até o máximo de 20Kg, entre as Unidades Gestoras da Administração Central e as Unidades Estaduais; postagem de correspondências - contrato feito com a ECT para o envio de correspondências e pequenos volumes do IBGE a terceiros, no Brasil e no exterior, por meio de franqueamento, correspondência normal, AR, Sedex Nacional e Internacional, porte pago e carta resposta (observa-se que a remessa por Sedex é excepcional e apenas para aquelas que só possam ocorrer de tal forma, devidamente justificadas); e transporte de cargas - contrato com empresa do ramo para a expedição de materiais e equipamentos das diversas Unidades da sede para qualquer Unidade Estadual do IBGE no Brasil.

Os Quadros 31 e 32 apresentam os gastos realizados com transportes de carga e correspondências, serviços de malote e congêneres no exercício de 2004.

QUADRO 31. Gastos com o transporte de carga no exercício de 2004

CARGA TRANSPORTADA peso (kg)	CARGA FATURADA valor (R\$)
86.187	348.161,49

Fonte: Coordenação de Recursos Materiais - CRM, setembro de 2005.

QUADRO 32. Gastos com correspondências, serviços de malote e congêneres no exercício de 2004

MALOTE SERCA		SEDEX NACIONAL em R\$	SEDEX INTERNACIONAL (E.M.S.) em R\$	GASTO COM FRANQUIA em R\$
peso (kg)	valor (R\$)			
39.727	350.546,65	15.833,32	6.707,60	113.185,88

Fonte: Coordenação de Recursos Materiais - CRM, setembro de 2005.

2.8.4 Obras e Afins

O planejamento e estudo de soluções técnicas, especificações e estimativas de gastos, assim como o acompanhamento e fiscalização das obras e serviços afins, estão a cargo de uma equipe de profissionais habilitados nos ramos da engenharia e arquitetura, que desenvolve e acompanha os projetos no âmbito do IBGE.

A aplicação dos conhecimentos técnicos observa as normas e regulamentos do Código de Obras e demais legislações pertinentes, buscando obter soluções viáveis para as demandas do IBGE em termos de adequação e segurança dos ambientes de trabalho, ajustadas aos recursos orçamentários para despesas com investimento, caso das obras de construção e reforma.

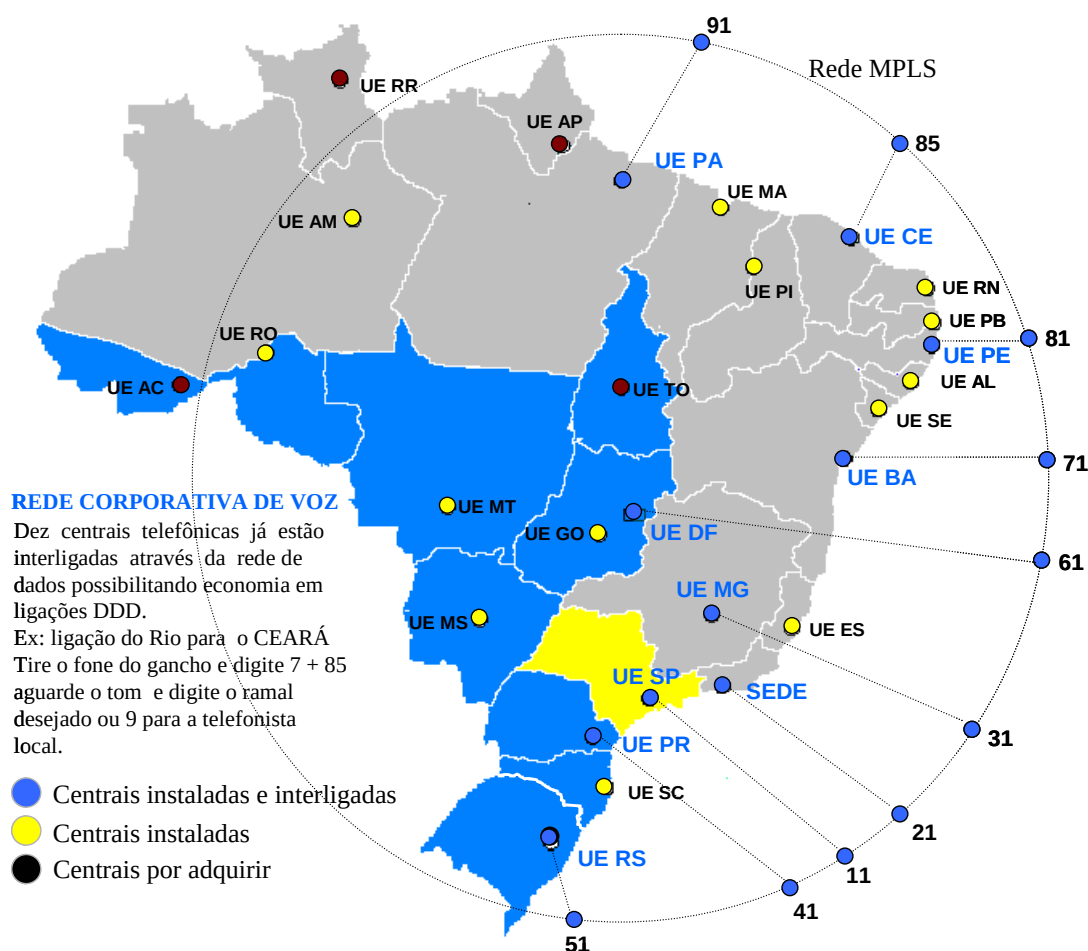
Dentre os projetos desenvolvidos em 2004 destacam-se: a melhoria das condições de trabalho do complexo Franklin Roosevelt (melhorias no telhado, revisão dos geradores de segurança na energia elétrica e atualização dos sistemas eletrônicos de segurança); a adaptação das novas instalações das Unidades Estaduais da Bahia e de Santa

Catarina e da realização de melhorias em outras Unidades, como o Maranhão; e a licitação de reformas a serem realizadas na lanchonete da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). Além destes, outros projetos de menor porte foram desenvolvidos, sendo prioritários aqueles relacionados com segurança e otimização de espaços físicos.

2.8.5 Telefonia

A Rede Telefônica do IBGE é constituída de centrais telefônicas instaladas em vinte e três capitais, sendo dez interligadas através da Rede de Dados, que formam a Rede Corporativa de Voz, o que possibilita uma grande economia nas ligações DDD. É um sistema simples que permite a comunicação entre as Unidades Estaduais da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (sede), conforme pode ser visto na Figura 1.

FIGURA 1. Rede Corporativa de Voz da Fundação IBGE



A parte técnica para a expansão desse sistema já está prevista e só depende de recursos orçamentários para a sua implementação.

Dentre as inúmeras vantagens das centrais telefônicas e da criação da Rede Corporativa de Voz e Dados, podem ser destacadas: a redução do custo das ligações locais e DDD, já que as ligações realizadas entre as Unidades que estão integradas à Rede serão sempre computadas como ligações locais; a discagem direta a ramal sem auxílio de telefonista (ramal DDR) e a eliminação de linhas telefônicas individuais.

A atual política do Governo, promovendo a expansão e competição no setor de telefonia, vem gerando uma forte concorrência entre as operadoras e, por conseguinte, regras e diretrizes estabelecidas pela Anatel vêm se aperfeiçoando. Tal fato implica numa atualização técnica contínua, não só para o cumprimento dessas diretrizes, como também para a obtenção de condições vantajosas para o IBGE, na contratação desses serviços. A Procuradoria Federal da Instituição vem desempenhando um papel fundamental nas licitações para contratação de serviços de telecomunicações, tendo em vista a complexidade do relacionamento com as operadoras e a dinâmica da legislação pertinente.

Em 2004 algumas medidas foram implementadas com o objetivo de otimizar os custos referentes à área de telefonia: a implantação da Rede Corporativa possibilitou licitações para contratar serviços que reduziram substancialmente os gastos, apesar do aumento das tarifas; o aumento da utilização de recursos técnicos que permitiram o tráfego de voz em linhas antes exclusivas para dados; a realização de licitação para a utilização de interface celular com o objetivo de redução de até 40% dos gastos; a implantação do controle informatizado de faturas das operadoras e do Tarifador on-line, onde cada servidor pode relatar diretamente as ligações pessoais realizadas, para posteriormente serem descontadas no seu aviso de crédito.

2.8.6 Administração de Contratos

Os serviços contratados de forma indireta e contínua são necessários à Administração para o desempenho de atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro, tais como: limpeza e conservação, vigilância, portaria, recepção, motorista, manobrista, ascensorista, telefonista (com cessão de mão-de-obra); e os contratos de manutenção de equipamentos (sem mão-de-obra).

Todos os contratos são fiscalizados e acompanhados por um representante/servidor especialmente designado, em conformidade com o artigo 67 da Lei 8.666/93.

A fiscalização dos contratos, além dos registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, contempla também o acompanhamento administrativo junto às contratadas, inclusive os pagamentos e alterações contratuais de acordo com dispositivos legais.

A distribuição das atividades entre os servidores, com o estabelecimento de prioridades para o atendimento da demanda existente, tendo em vista o cumprimento dos prazos estabelecidos em lei, foi uma das medidas adotadas para a diminuição dos gargalos operacionais na área administrativa.

Num constante processo de redução de custos, a Instituição vem implementando políticas de racionalização e contenção de gastos de infra-estrutura voltados, especialmente, para os itens de maior comprometimento. Dentre as medidas implementadas para minimizar os impactos negativos causados às atividades da Instituição, no âmbito da gestão de suprimento de bens e serviços, podem ser destacadas: a adoção de programas para obter a cessão de imóveis para instalação de agências do IBGE nos municípios, assim como, o estabelecimento de exaustivas negociações com locadores para redução dos aluguéis, de forma a minimizar o pesado encargo de locação; a implementação de processos de alienações de bens inservíveis, por venda, de forma a auferir recursos e otimizar os espaços ocupados; a realização de licitação para os serviços de telefonia, de modo a auferir os melhores preços, além de estabelecer o ressarcimento pelos servidores de ligações interurbanas e para celular, que sejam de caráter particular.

2.9 Gestão Patrimonial

2.9.1. Imóveis

Para a administração dos contratos de locação e cessão de imóveis o IBGE utiliza, como principal ferramenta, o Sistema de Bens Imóveis, integrante do Banco de Dados Administrativo – BDA, o qual dispõe de todos os dados e registros de cada imóvel ocupado, assim como, o número de servidores, dispêndios com manutenção, gastos com energia, água, esgoto e demais encargos pertinentes. O Quadro 33 apresenta os valores correspondentes aos imóveis próprios, alugados e cedidos pelo IBGE em todo o Brasil.

QUADRO 33 – Despesa com Bens Imóveis Segundo o Tipo de Ocupação

Próprios		Alugados		Cedidos	
Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Despesa (R\$)	Quantidade	Economia (R\$)
65	68.984.510,68	301	10.139.087,52	251	1.732.063,90

Fonte: Banco de Dados Administrativo - BDA, dezembro de 2004

Todos os imóveis (próprios) do IBGE são segurados contra incêndio pela seguradora AGF - Brasil Seguros S/A, cuja apólice tem vigência até as 24 horas do dia 06/01/05, com possibilidade de renovação. A importância assegurada foi de R\$ 53.886.204,00 e o prêmio pago de R\$ 13.165,00.

2.9.2. Móveis e equipamentos

A administração do acervo mobiliário do IBGE se processa através do Sistema de Bens Móveis - SBM, também integrante do Banco de Dados Administrativo (BDA). Pelo SBM é registrada e controlada toda e qualquer movimentação de bens, envolvendo tombamento, com correspondente identificação, localização, transferência, alienação nas suas várias modalidades e baixa.

O Inventário Geral de Bens Móveis², realizado no mês de novembro de cada exercício, é o procedimento legal e obrigatório para a demonstração atualizada, patrimonial e contábil, do acervo de bens do IBGE. As quantidades e valores de móveis e equipamentos nas unidades do Rio de Janeiro e nas Unidades Estaduais estão apresentadas no Quadro 34.

QUADRO 34 – Bens Móveis e Equipamentos segundo a Localidade

Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Sede	46.421	52.349.379,92
Unidades Estaduais	85.044	34.583.715,05
Total	131.465	86.933.094,97

Fonte: Banco de Dados Administrativo - BDA, dezembro de 2004

O registro de transferências e recebimentos de bens móveis pelos respectivos consignatários é feito diretamente no Sistema *on-line*, com acesso na página principal da Diretoria Executiva - DE (Intranet), em formulários administrativos – Transferência de Bens Móveis - TBM.

² A consignação de Bens aos servidores, está definida na Resolução da Presidência R.PR-003/03 e os Procedimentos na OS/CRM-001/03.

O descarte de bens inservíveis pode ocorrer, basicamente, pela doação, permuta ou venda. A forma de alienar mais utilizada pelo IBGE, após verificação da relação custo-benefício, é a venda por meio de leilão público.

Através da intranet o IBGE divulga aos seus servidores sobre otimização e melhores condições do local de trabalho advindas do descarte de todo material desnecessário, inservível ou mesmo ocioso; sobre a viabilidade de transferências de material não utilizado à outra unidade; sobre a geração de recursos produto da venda de sucata; e também sobre a possibilidade de doação a entidades filantrópicas, especialmente aquelas que atendem as comunidades carentes.

Os bens móveis (máquinas, móveis, utensílios, veículos) de todas as Unidades do IBGE são segurados contra incêndio pela seguradora AGF - Brasil Seguros S/A, cuja apólice tem vigência até as 24 horas do dia 06/01/05, com possibilidade de renovação. A importância segurada foi de R\$ 110.887.166,00 e o prêmio pago de R\$ 27.092,00.

2.9.3 Veículos

A frota do IBGE é constituída de carros para transporte de passageiros, utilitários e caminhões, alocados nas diversas Unidades do IBGE em todo o território nacional, nas quantidades indicadas no Quadro 35.

O controle do expressivo número de veículos do IBGE é realizado através do Sistema Informatizado de Veículos - SIV, integrante do BDA, onde são mantidos e atualizados todos os registros pertinentes a cada veículo, contendo especialmente sua identificação, localização, consumo e gastos com manutenção.

Cabe às Unidades Gestoras, tanto nas do Rio de Janeiro como em cada Unidade Estadual, a atualização periódica e freqüente do SIV, permitindo não só o efetivo controle, como também a produção de relatórios gerenciais, fundamentais para sua administração. São fornecidas orientações para as Unidades Administrativas de Atendimento sobre os procedimentos e exigências de ordem legal, obrigatórias para a utilização dos veículos e o atendimento dos servidores. Objetivando o desenvolvimento das pesquisas, sempre que necessário, é procedida a locação temporária de carros, os quais se subordinam a todas as regras estabelecidas para nossa frota.

QUADRO 35 – Número de Veículos por Unidade Gestora

UNIDADE	VEÍCULOS
CRM/GEATE (Franklin Roosevelt)	17
DE/GAT -1(Chile)	12
DE/GAT - 2 (Canabarro)	5
DE/GAT -3 (Lucas)	39
TOTAL SEDE	73
UE/ACRE - AC	9
UE/ALGOAS - AL	19
UE/AMAPÁ - AP	7
UE/AMAZONAS - AM	13
UE/BAHIA - BA	71
UE/CEARÁ - CE	52
UE/DISTRITO FEDERAL - DF	48
UE/ESPÍRITO SANTO - ES	11
UE/GOIÁS - GO	48
UE/MARANHÃO - MA	20
UE/MATO GROSSO - MT	16
UE/MATO GROSS DO SUL - MS	21
UE/MINAS GERAIS - MG	104
UE/PARÁ - PA	32
UE/PARAÍBA - PB	18
UE/PARANÁ - PR	44
UE/PERNAMBUCO - PE	46
UE/PIAÚÍ - PI	18
UE/RIO DE JANEIRO - RJ	35
UE/RIO GRANDE DO NORTE - RN	16
UE/RIO GRANDE DO SUL - RS	50
UE/RONDÔNIA - RO	14
UE/RORAIMA - RR	6
UE/SANTA CATARINA - SC	40
UE/SÃO PAULO - SP	126
UE/SERGIPE - SE	10
UE/TOCANTIS - TO	13
TOTAL UNIDADES ESTADUAIS	907
TOTAL IBGE	980

Fonte: Banco de dados Administrativo - BDA, dezembro de 2004

2.9.4. Adequação dos recursos patrimoniais

Em relação à adequação, em quantidade e qualidade, dos recursos patrimoniais existentes, cabe ressaltar que os equipamentos eletrônicos (pockets) utilizados na coleta de dados necessitam de manutenção e/ou renovação, bem como de novas aquisições para atender plenamente às necessidades dos projetos que utilizam essa tecnologia. Os microcomputadores existentes nas Unidades Estaduais, bem como nas unidades do Rio de Janeiro, precisam de renovação, substituição e/ou manutenção para se adequarem às novas ferramentas de desenvolvimento existentes nos sistemas institucionais.

Outro ponto considerado relevante é o impacto sentido na execução do Programa Cartografia Nacional, causado pela quantidade e condições da frota do IBGE que, apesar de possuir um número razoável de viaturas - instrumento essencial para as

atividades de campo de cartografia e geodésia, não é suficiente para cobrir todas as áreas definidas na estratégia de implementação. Além disto, a frota se encontra envelhecida, dificultando as operações de campo e acarretando gastos com seguidas manutenções. É importante destacar, também, a necessidade de alocação de veículos específicos para as atividades de geociências, tendo em vista o trabalho em áreas acidentadas e de difícil acesso.

O IBGE, num constante processo de redução de custos, tem promovido programas destinados à obtenção da cessão de imóveis para instalação de agências nos municípios e negociações com locadores para a redução dos aluguéis que sejam inevitáveis, além de implementar processos de alienações de bens móveis inservíveis, por venda, de forma a auferir recursos e otimizar espaços ocupados.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO das Empresas Brasileiras de Software e Serviços de Informática - ASSESPRO - Regional do Rio de Janeiro. Prêmio INRIO2000. Disponível em: <www.assespro-rj.org.br>. Acesso em: 02/fev/2004.

CONGRESSO de Informática Pública. Prêmio CONIP. Vencedores 2001. Prêmio excelência em informática pública. Categoria - Universalização dos Serviços e Redes Públicas de comunicação e informação. Disponível em: <<http://www.conip.com.br/vencedores2001.htm>>. Acesso em: 02/fev/2004.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Avaliação dos Programas quanto às Práticas de Gestão IBGE - 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2003. 11 p.

_____. Censo Demográfico 2000. Internet. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/default.php>>. Acesso em: jan-fev/2004.

_____. *Cadastro de Ações Orçamentárias IBGE - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2003. 52 p.

_____. *Cadastro de Ações Orçamentárias IBGE - 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2004. 50 p.

_____. *Cadastro de Ações Orçamentárias IBGE - 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2005. 54 p.

_____, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1º semestre de 2003*. Intranet. Disponível em: <http://w3.cddi.ibge.gov.br/pesquisa_satisfacao_1sem_2003.asp>. Acesso em fev/2004.

_____, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 2º semestre de 2003*. Intranet. Disponível em: <http://w3.cddi.ibge.gov.br/pesquisa_satisfacao_2sem_2003.asp>. Acesso em: fev/2004.

_____, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1º semestre de 2004*. Intranet. Disponível em: <http://w3.cddi.ibge.gov.br/pesquisa_satisfacao_1sem_2003.asp>. Acesso em fev/2005.

_____, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 2º semestre de 2004*. Intranet. Disponível em: <http://w3.cddi.ibge.gov.br/pesquisa_satisfacao_2sem_2003.asp>. Acesso em: fev/2005.

_____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Almoxarifado. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/almoxarifado/almoxarifadoframeset.htm>>. Acesso em: fev/2005.

_____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais - Atendimento Infra. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/atendimento/atendimentoframeset.htm>>. Acesso em: fev/2005.

-
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais -
 Compras. Intranet. Disponível em:
<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/Compras/comprasframeset.htm>. Acesso em: fev/2005.
-
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais -
 Engenharia. Intranet. Disponível em:
<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/engenharia/engenhariaframeset.htm>. Acesso em:
 fev/2005.
-
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais -
 Expedição. Intranet. Disponível em:
<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/expedicao/expedicaoframeset.htm>. Acesso em: fev/2005.
-
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais -
 Patrimônio. Imóveis. Intranet. Disponível em:
<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/patrimonio/imoveis/patrimonioimoveisframeset.htm>.
 Acesso em: fev/2005.
-
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais -
 Patrimônio. Móveis e Equipamentos. Intranet. Disponível em:
<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/patrimonio/moveiseequip/patrequipframeset.htm>. Acesso
 em: fev/2005.
-
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais -
 Relatório Preliminar da Atividades 2004 - CRM - Possibilidades e Desafios. Intranet.
 Disponível em: <http://w3.de.ibge.gov.br/crm/relatgerenciais/index.html>. Acesso em:
 mar/2005.
-
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais -
 Telecomunicações. Intranet. Disponível em:
<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/telecomunicacoes/telecomunicacoesframeset.htm>.
 Acesso em: fev/2005.
-
- _____, Diretoria Executiva. Recursos Materiais -
 Veículos. Intranet. Disponível em:
<http://w3.de.ibge.gov.br/crm/transportes/veiculosframeset.htm>. Acesso em: fev/2005.
-
- _____, Diretoria de Informática. Prêmios. Intranet.
 Disponível em: http://w3.di.ibge.gov.br/diretoria/prêmios_di.asp. Acesso em: fev/2004.
-
- _____, Diretoria de Pesquisas. Informe DPE. Ano
 17. Retrospectiva 2004. Rio de Janeiro: IBGE, dez.2004 - 106 p. Intranet. Disponível em:
http://w3.dpe.ibge.gov.br/ftb/Restrospectiva_2004/T4DPE2004.pdf. Acesso em:
 fev/2005.
-
- _____, *Estatuto do IBGE*. Intranet. Disponível em:
<http://w3.de.ibge.gov.br/de/estatutoibge/estatutolibgeframeset.htm>. Acesso
 em:15/jan/2004.
-
- _____, *Pesquisa Organizacional - 2003*. Rio de
 Janeiro: IBGE, jan. 2005.
-
- _____, *Plano Estratégico 2002 - 2004*. Rio de
 Janeiro: IBGE, dez. 2003. 25 p.
-

-
- Regimento Interno do IBGE* aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/de/regimento/regimento.html>>. Acesso em: 17/jan/2005.
-
- Relatório Anual IBGE - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 47 p.
-
- Relatório de Avaliação dos Programas IBGE - 1ª fase - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, fev. 2004. 30 p.
-
- Relatório de Avaliação dos Programas IBGE - 2ª fase - 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, fev. 2003. 30 p.
-
- Relatório de Avaliação dos Programas IBGE - 1ª fase - 2000 - 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2002. 48 p.
-
- Relatório de Gestão IBGE - 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2003. 20 p.
-
- Relatório de Gestão IBGE - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2004. 115 p.
-
- Relatório de Prestação de Contas IBGE - 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2005. 42 p.
-
- Relatório Transição Governamental 2002-2003* IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 18 p.
-
- Revista Vou Te Contar: *A Revista do Censo*. Rio de Janeiro: IBGE, nº10, p.3-30, ago.2003.
-
- Sistema de Informações Gerenciais - SIGER. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/index.htm>>. Acesso em: fev/2005.
-
- Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE - SIAD. Intranet. Disponível em: <<http://w3.aplicacao.de.ibge.gov.br/SIAD.nsf/Siadweb?OpenPage>>. Acesso em: jan - fev/2005.
-
- Subsídios para a Mensagem Presidencial IBGE - 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2003. 2 p.
-
- MINISTÉRIO da Fazenda. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Internet. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi/index_acesso.asp>. Acesso em: jan - fev/2005.
-
- MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Autodiagnóstico da Gestão Pública*. Avaliação da Gestão das Organizações da Administração Pública do Executivo Federal. Versão Preliminar. 2003. 30p.
-
- Livro Amarelo - Metodologia do Diagnóstico da Administração Pública Federal*. Versão Preliminar. 2003.
-
- Programa da Qualidade no Serviço Público - PQSP. Internet. Disponível em: < <http://www.pqsp.planejamento.gov.br>>. Acesso em: jan - fev/2005.
-

Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN. Internet. Disponível em: <<http://www.sigplan.gov.br>>. Acesso em: jan - fev/2005.

Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Internet. Disponível em: <<http://www.siapenet.gov.br>>. Acesso em: jan - fev/2005.

Anexo - Lista de Endereços

Conselho Diretor

Presidência

Eduardo Pereira Nunes
Av. Franklin Roosevelt, 166 – 10º Andar Centro
20021120 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março

Diretoria Executiva

José Sant'Anna Beviláqua
Av. Franklin Roosevelt, 166 – 10º Andar Castelo
20021120 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março

Diretoria de Geociências

Guido Gelli
Av. Brasil, 15671 – BL III-B – 3º Andar Parada de Lucas
21241051 Rio de Janeiro – RJ – CDD Itrajá

Diretoria de Pesquisas

Maria Martha Malard Mayer
Av. República do Chile, 500 – 10º Andar Centro
20031170 Rio de Janeiro – RJ – CDD São Cristóvão

Diretoria de Informática

Luiz Fernando Pinto Mariano
Av. República do Chile, 500 – 10º Andar Centro
20031170 Rio de Janeiro – RJ – CDD São Cristóvão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai
Rua General Canabarro, 706 – BL A – 2º Andar Maracanã
20271201 Rio de Janeiro – RJ – CDD Cidade Nova

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Pedro Luis do Nascimento Silva
Rua André Cavalcanti, 106 – 1º Andar Bairro de Fátima
20231050 Rio de Janeiro – RJ – CDD Cidade Nova

Unidades Estaduais

Unidade Estadual do Acre – UE/AC

Adão Delfino dos Santos
Rua Benjamin Constant, 907 – Centro
69900160 – Rio Branco – AC – Rio Branco

Unidade Estadual de Alagoas – UE/AL

André Luís Figueredo da Silva
Praça dos Palmares, S/N Centro
57020150 Maceió – AL – Maceió Cidade
Tel: 8221218102

Unidade Estadual do Amapá – UE/AP

Haroldo Canto Ferreira
Rua Antônio Coelho de Carvalho, 511 Centro
68900001 Macapá – AP – Macapá
Tel: 0962232696

Unidade Estadual do Amazonas – UE/AM

Carlos Alberto Araújo Simonaio
Rua Quintino Bocaiúva, 122 Centro
69005110 Manaus – AM – Manaus Cidade
Tel: 0922333884

Unidade Estadual da Bahia – UE/Ba

Artur Ferreira da Silva Filho
Av. Marechal Castelo Branco, 750 - 5º andar Edifício Central Valle
40046900 Salvador - BA _ Salvador Cidade
Tel: 7121058600

Unidade Estadual do Ceará– UE/CE

Francisco José Moreira Lopes
ª Treze de maio, 2901 Benfica
60040531 Fortaleza - CE - Fortaleza Cidade
Tel: 854336530

Unidade Estadual do Distrito Federal – UE/DF

Walker Roberto Moura
CRS 509 - bl-a - Lojas 1/5 Asa Sul
70360510 Brasília - DF - Brasília
tel: 613292187

Unidade Estadual do Espírito Santo – UE/ES

Max Athayde Fraga
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675 - 9º andar
Enseada do Suá - Ed. Palácio do Café
25056900 Vitoria - ES - Vitória Cidade
Tel: 027332254385

Unidade Estadual de Goiás – UE/GO

Daniel Ribeiro de Oliveira
Av. 85, N° 759 ed. Felicidade - Setor Sul
74080010 Goiânia - GO - Goiânia Cidade
Tel: 0622131008

Unidade Estadual do Maranhão – UE/MA

Pedro James de Souza Guedelha
Rua de Nazaré e Odylio, 49 Centro
65010410 São Luis - MA - São Luis Cidade
Tel: 0982224055

Unidade Estadual de Minas – UE/MG

Maria Antônia Esteves da Silva
Rua Oliveira, 523 - 4º andar Cruzeiro
303101150 Belo Horizonte - MG - Belo Horizonte Cidade
Tel: 3121052408

Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UE/MS

Carlita Estevam de Souza
Rua Barão do Rio Branco, 1471 Centro
79002174 Campo Grande - MS - Campo Grande Cidade
Tel: 0673211529

Unidade Estadual do Pará – UE/PR

Antônio José de Souza Biffi
Av. Serzedelo Corrêa, 331/337 - Ed. Felizardo Dias Nazaré
66035400 Belém - PA - Belém Cidade
Tel: 09131815640

Unidade Estadual da Paraíba – UE/PB

Aniberto Mendonça de Melo
Rua Irineu Pinto, 94 Centro
58010100 João Pessoa - PB - João Pessoa Cidade
Tel: 8321066600

Unidade Estadual de Pernambuco – UE/PE

Nilton Luiz Nadai
Prça Ministro João Gonçalves de Souza, S/N 2-87 Engenho do Meio
50670900 Recife - Pe - Recife Cidade
Tel: 08132724004

Unidade Estadual do Piauí – UE/PI

Raimundo Nonato da Silva Filho
Rua Simplicio Mendes, 436 – Norte Centro
64000110 Teresina- PI – Teresina Cidade - Tel: 0862214062

Unidade Estadual do Paraná – UE/PR

Sinval Dias dos Santos
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 552 Centro
80430180 Curitiba – PR – Curitiba Cidade
Tel: 412241978

Unidade Estadual do Rio de Janeiro – UE/RJ

Romualdo Pereira de Rezende
Av. Beira Mar, 436 – 13º andar Castelo
20021060 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março
Tel: 02125144805

Unidade Estadual do Rio Grande do Norte – UE/RN

Elder de Oliveira Costa
Av. Prudente de Moraes, 161 Petrópolis
59020400 Natal – RN – Natal Cidade
Tel: 0842222897

Unidade Estadual de Rondônia – UE/RO

Argemiro Carvalho de Oliveira
Av. Duque de Caxias, 1223 Centro
78901280 Porto Velho – RO – Porto Velho Cidade
Tel: 0692231738

Unidade Estadual de Roraima – UE/RR

Vicente de Paulo Joaquim
Av. Getúlio Vargas, 76-E Centro
69301031 Boa Vista – RR – Boa Vista
Tel: 0956239370

Unidade Estadual do Rio Grande do Sul – UE/RS

José Renato Braga de Almeida
Av. Augusto de Carvalho, 1205 Praias Belas
90010390 Porto Alegre – RS – Porto Alegre Cidade
Tel: 05132845102

Unidade Estadual de Sergipe – UE/SE

Antonio Pereira da Silva Marinho
Rua Riachuelo, 1017 Centro
49015160 Aracaju – SE – Aracaju Cidade
Tel: 792118979

Unidade Estadual de Tocantins – UE/TO

Ari Azevedo Soares
ACSE 05 LT 06 – QD 104 Sul Centro
77100040 Palmas – TO – Goiânia Transito
Tel: 063215829

Unidade Estadual Santa Catarina – UE/SC

Maurício Batista
Rua João Pinto, 60 Centro
88010420 Florianópolis – SC – Florianópolis Cidade
Tel: 0482123020

Unidade Estadual de São Paulo – UE/SP

Francisco Garrido Barcia
Rua Urussuí, 93 – 11º andar Itaim Bibi
04542050 São Paulo – SP – CDD Vila Clementino - Setor 045 A
Tel: 01131685256

Unidade Estadual de Mato Grosso – UE/MT

Devaldo Benedito de Souza
Av. Tenente Coronel Duarte, 407- 1 e 2 andar
Centro - Cuiabá - MT - CEP 77100-040
Tel: 0653213316